

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 244
Brasília, terça-feira, 14 de novembro de 2023

Sumário

Seção 3

Requerimentos.....	3
Ata Circunstanciada da 98ª Sessão Ordinária.....	15
Ata Circunstanciada da 99ª Sessão Ordinária.....	63
Ata Circunstanciada da 22ª Sessão Extraordinária...	76



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Lula da Silva Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Lula da Silva Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Lula da Silva Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Lula da Silva Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Lula da Silva Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		Atualizado em 12 de maio de 2023.	
Titulares	Suplentes		
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Lula da Silva Roosevelt Rogério Morro da Cruz		

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante Lula da Silva
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fábio Felix
Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa
Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Doutora Jane

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Dayse Amarílio e Deputada Paula Belmonte

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante Lula da Silva

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:

Seção 3

Requerimentos



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Thiago Manzoni - Gab 08



ESTATUTO Nº DE 2023

(Autoria: Deputado Thiago Manzoni)

**Requer a criação e o registro da
Frente Parlamentar pelo Livre
Mercado.**

ESTATUTO FRENTE PARLAMENTAR PELO LIVRE MERCADO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A **FRENTE PARLAMENTAR PELO LIVRE MERCADO (FPLM)** é uma entidade de direito privado constituída por representantes das mais diversas correntes de opinião política da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo como objetivo a defesa e fomento da livre iniciativa com vistas ao desenvolvimento do mercado, à desregulamentação, ao equilíbrio da equação tributária, à limitação legislativa, à desburocratização e a tudo que aprimore a eficácia dos fundamentos da ordem econômica sob a defesa e ampliação da efetividade das garantias individuais que permitirão a organização de uma sociedade verdadeiramente livre e próspera.

Parágrafo Único – A Frente, que tem sede e foro no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado:

I – A defesa da livre iniciativa, nos termos do que define o artigo 1º da Constituição Federal na condição de princípio fundamental pela emancipação do cidadão e sob os fundamentos do artigo 170 da CF;

II – Promover, de modo contínuo, o aperfeiçoamento, a desburocratização e simplificação da legislação incidente ao exercício da livre iniciativa, influenciando no processo legislativo a partir das legislações temáticas;

III – Cooperar com entidades governamentais no que concerne à orientação para a tomada de medidas que sejam fruto da vontade da sociedade organizada, podendo ouvir entidades especializadas no tema, tais como institutos, fundações ou associações;

IV – Incentivar a promoção de debates, simpósios, seminários e outros eventos relacionados à Política Distrital para Defesa e Fomento da Livre Iniciativa;

V – Promover o equilíbrio entre todos os atores do sistema econômico visando garantir a livre competição sem reservas de mercado;

VI – Assegurar aos agentes da livre iniciativa o sigilo de todas as suas informações fiscais e econômicas;

VII – Assegurar aos agentes da livre iniciativa que o recolhimento de tributos nunca preceda o auferimento da receita por prestação de serviço ou venda de qualquer produto e que sua coleta seja a mais simples e rápida possível;

VIII – Assegurar aos agentes da livre iniciativa a presunção da inocência;

IX – Aprovar legislação que fomente centros de formação, incubadoras, escolas, escolas de negócio, aceleradoras e hubs de agentes da livre iniciativa que atuem na organização de cursos ou simpósios para o ensino dos princípios de empreendedorismo, abertura de empresas, das trocas voluntárias e do livre mercado, de conceitos sobre moeda, dinheiro e matemática financeira, no desenvolvimento de novos produtos e negócios, de vendas e marketing, de startups e empresas exponenciais e de alto impacto, de contabilidade básica, para promover a formação de novos agentes da livre iniciativa geradores de riqueza e criadores de postos de trabalho;

X – Aprovar legislação que vise ao fortalecimento do empreendedor e para facilitação do processo de empreendedorismo bem como consolidar seu reconhecimento como classe locomotiva do progresso, da geração de empregos e da melhoria da condição de vida da população;

XI – Analisar e combater propostas que resultem na diminuição da capacidade de decisão e escolha do indivíduo ou que criem empecilhos à livre iniciativa, às trocas voluntárias, à livre concorrência ou ao empreendedorismo;

XII – Trabalhar sistematicamente para a melhoria do ambiente de negócios, da liberdade econômica e da competitividade das empresas brasileiras, tendo como meta fazer nosso país figurar entre os 10 mais livres do mundo no ranking da respeitada instituição Heritage Foundation e ascender ao grupo das 30 melhores economias para se fazer negócios de acordo com o ranking Doing Business, do Banco Mundial;

XIII – Reduzir a abrangência, escopo e poder das agências reguladoras, visando a abertura de mercados, a liberdade do consumo e a facilidade de inovação;

XIV – Promover, ampliar, simplificar, aproximar relações comerciais e tecnológicas internacionais, respeitando os interesses nacionais e visando maiores aberturas para os produtos brasileiros, combatendo as práticas não competitivas de outras nações, buscando sempre a razoabilidade das exigências para as transações de importações e exportações;

XV – Combater os monopólios e oligopólios, que estejam associados às práticas de reserva de mercado e impedimento de entrada de novos concorrentes, evitando a formação de preço pelos mesmos e suas agências reguladoras;

XVI – Apoiar e promover ações que resultem na privatização, desestatização e transferência das funções não essenciais do Estado aos agentes da livre iniciativa;

XVII – Propor e defender a criação de mecanismos de racionalização e redução da burocracia com a restrição à criação de novas exigências e imposição de justificativa e de prazo de validade para exigências existentes, formulários e aprovações em todos os órgãos da administração pública, em todas as esferas;

XVIII – Promover a proteção da personalidade jurídica como base fundamental à livre iniciativa e combater qualquer dispositivo que diminua a limitação da personalidade jurídica, fora os casos explicitamente previstos no Código Civil, em especial lutando pela revogação do art. 28 do Código de Defesa do Consumidor e sua aplicação por analogia à Consolidação das Leis do Trabalho e eventualmente ao passivo fiscal;

XIX – Promover a criação de novos tipos empresariais mais adequados à realidade do século XXI, com mais flexibilidade, simplicidade e proteção aos seus participantes;

XX – Defender a criação de novos tipos de veículos de investimento mais apropriados à realidade dos investimentos em empresas exponenciais (*startups*), fomentando os entes da livre iniciativa, e à realidade da gestão de pequenos volumes e número limitado de quotistas, promovendo o investimento e protegendo o investidor;

XXI – Promover a flexibilização das relações de trabalho, criando e aperfeiçoando formas de contratação mais adequadas aos novos tempos e dando autonomia à negociação entre as partes, reduzindo a interferência do Estado nas relações entre entes do livre mercado, inclusos aí os trabalhadores;

XXII – Promover metas, objetivos e índices de performance para planos assistencialistas, refutando qualquer tentativa de criação de planos nacionais em perpetuidade além dos mandatos de governo;

XXIII – Desenvolver a competição e o livre-mercado a fim de fornecer as melhores condições salariais e de trabalho possíveis;

XXIV – Promover a competitividade no setor financeiro para que o sistema brasileiro ofereça taxas de juros razoáveis, combatendo oligopólios bancários protegidos por regulamentação estatal;

XXV – Promover a liberdade nas relações de consumo, tratando o consumidor como protagonista de suas escolhas e principal vetor dos direcionamentos de mercado;

XXVI - Prezar pelas boas relações e acordos, comerciais e diplomáticos, que visem políticas que tragam: investimentos, aperfeiçoamento técnico e de qualificação de mão de obra, geradores de emprego e riqueza em solo nacional, parceiros que favoreçam a abertura de espaço para os produtos tangíveis e intangíveis brasileiros e medidas que garantam que o Brasil figure como parte dos principais cenários e padrões competitivos do comércio mundial.

XVII - Garantir a revisão da política urbana, de forma que fomente o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, sempre que adequado prezando pela diminuição da população marginalizada a partir de políticas que favoreçam cidades organicamente densas, a melhoria da qualidade de vida e a inovação urbana, considerando desde a revisão de planos diretores existentes à possibilidade da concepção de governanças modernas sobre os espaços e territórios.

Parágrafo Único – A Frente poderá, para atingir seus objetivos, celebrar termos de parceria, termo de fomento, termo de colaboração com o Poder Público, entidades privadas com ou sem fins lucrativos e organismos internacionais.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar:

I – como membros fundadores, os Deputados Distritais que, integrantes da 57ª legislatura, subscreveram o Termo de Adesão até a data de comunicação à Presidência da Câmara Legislativa de registro da Frente e, decorridos até 30 (trinta) dias, após a aprovação do presente Estatuto;

II – como membros efetivos, os parlamentares que subscrevam o Termo de Adesão em data posterior à fixada no inciso anterior;

III – como membros colaboradores, os ex-parlamentares que se interessem pelos objetivos da FPLM.

Parágrafo Único – A Frente poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares, autoridades e pessoas da sociedade em geral que se destacarem na prática de políticas e de ações voltadas para a consecução dos objetivos propostos.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS

Art. 4º São órgãos de direção da Frente Parlamentar:

I – a Assembleia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra e voto;

II – a Mesa Diretora, composta por:

a) Presidente, a quem compete a coordenação geral dos trabalhos, devendo atuar como porta-voz da Frente;

b) Vice-Presidente, a quem compete apoiar o Presidente na coordenação dos trabalhos na Câmara Legislativa e substituí-lo em suas faltas;

c) Secretário-Geral, a quem compete gerir e administrar os trabalhos administrativos da Frente, sobretudo quanto às convocações, planejamento e registro em ata das reuniões, tesouraria e finanças e frequência dos membros da Frente;

d) Coordenador Político na Câmara, responsável pelo monitoramento e articulação para aprovação ou obstrução de projetos de interesse da Frente na Câmara Legislativa;

III – a Secretaria Executiva.

§ 1º O Presidente nomeará, ouvida a Mesa Diretora, membros coordenadores temáticos, responsáveis pela organização dos trabalhos das temáticas de interesse da Frente.

Art 5º A Secretaria-Executiva da Frente será desempenhada pelo Instituto Livre Mercado, com sede em Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 40.256.451/0001-09 e isenta de inscrição estadual.

Parágrafo Único – As atividades da Secretaria-Executiva consistirão em:

a) Elaborar a proposta de plano de trabalho anual e auxiliar na execução das atividades e trabalhos da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado;

b) Definir ações prioritárias e executar ações previstas no respectivo plano de trabalho da Frente;

c) Planejar e coordenar a realização de eventos promovidos pela Frente tal como planejar e preparar a participação dos parlamentares signatários em eventos que sejam de interesse político da Frente Parlamentar e dos mandatos dos parlamentares;

d) Operacionalizar as atividades técnicas, administrativas, de comunicação e relações públicas da frente e gerenciar recursos financeiros disponíveis para execução do plano de trabalho anual;

e) Assessorar as atividades dos Coordenadores Temáticas e apoiar a gestão de conteúdo e encaminhamentos;

f) Incrementar o intercâmbio com as assessorias dos Poderes;

g) Divulgar periodicamente as ações da frente e de seus componentes, bem como as dos setores interessados que sejam cabíveis; e

h) Elaborar, inclusive em articulação com órgãos técnicos do setor produtivo, pareceres, notas técnicas, informações e propostas de proposições legislativas.

CAPÍTULO IV

DA ASSEMBLEIA GERAL E SUAS FUNÇÕES

Art. 6º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano, no último bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 20% (vinte por cento) de seus membros fundadores e efetivos e, em segunda convocação, quinze minutos após, com qualquer número.

Art. 7º Compete à Assembleia Geral:

I – aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar, pelo voto de, ao menos, três quintos dos seus membros signatários;

II – eleger e dar posse à Mesa Diretora;

III – zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente;

IV – admitir ou demitir membros, conceder títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, nesse sentido, forem adotados no interregno das assembleias ordinárias;

V – homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora;

VI – apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora ou qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos.

Art. 8º A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de sete dias, através de divulgação nos serviços de som da Câmara Legislativa, ou através do envio de mensagem via endereço eletrônico (e-mail) de cada membro.

CAPÍTULO V

DA MESA DIRETORA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 9º Compete à Mesa Diretora:

I – organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente, assessorado pela Secretaria Executiva;

II – nomear coordenadores e comissões, atribuir funções específicas a seus membros, nomear integrantes de missões externas e requisitar apoio logístico e de pessoal às Mesas da Câmara Legislativa;

III – manter contato com as Mesas Diretoras e com as Lideranças Partidárias da Câmara Legislativa, visando o acompanhamento de todo o processo legislativo que se referir às políticas, às ações e aos objetivos propostos;

IV – praticar atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente, fazendo publicar em seu site institucional todas as informações, sobretudo as referentes às receitas e despesas;

V – exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto, podendo firmar parcerias e convênios com institutos, fundações, associações ou entidades semelhantes.

CAPÍTULO VI

DOS MANDATOS

Art. 10º Os mandatos da Mesa Diretora têm a duração de 1 (um) ano, permitida a reeleição para todos os cargos, sendo que a presidência só poderá ser exercida por até dois mandatos em cada legislatura.

Parágrafo Único – A posse da Diretoria ocorrerá em Assembleia Geral a ser realizada no primeiro trimestre do respectivo ano para o qual foi eleita.

Art. 11º Os parlamentares representantes da Frente, referidos no artigo 1º, terão autonomia própria e adotarão regimento e condutas internas que não conflitem com as diretrizes adotadas por este Estatuto.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 12º Constitui patrimônio da Frente os bens que venha adquirir, que receba por doação ou por qualquer outro meio legal, sendo a sua administração da responsabilidade da Mesa Diretora em conjunto com a Secretaria Executiva.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13º A Frente poderá receber auxílio técnico de entidades representativas do setor a fim de conduzir discussões legislativas sobre temas de interesse do mercado, sendo vedada

a utilização da Frente para a defesa de interesses particulares de qualquer pessoa física ou jurídica específica.

§ 1º Para que possa fornecer amparo técnico e estrutural à Frente, as entidades representativas a que se refere este artigo deverão prever em seu estatuto que:

I – sua finalidade se limita à interlocução com os membros da Frente para organizar o relacionamento do setor com o Câmara Legislativa;

II – sua constituição e funcionamento visa fortalecer os objetivos em comum do setor e pretende estimular políticas públicas para o desenvolvimento do livre mercado;

III – todos os custos gerados pelo suporte prestado à Frente sejam publicados em seu site institucional, permitindo total, ampla e irrestrita transparência quanto às despesas para com a Frente e/ou quaisquer de seus membros.

§ 2º As entidades referidas neste artigo poderão, de espontânea vontade ou a pedido da Frente, elaborar estudos e pareceres técnicos sobre as demandas do setor que podem ser, a critério do membro da Frente, defendidas na Câmara Legislativa.

§ 3º O auxílio técnico referido neste artigo deverá ser feito pelas entidades sem qualquer custo para a Frente, sendo certo que o apoio oferecido aos membros da Frente não acarretará qualquer tipo de compromisso destes para com as entidades.

Art. 14 ° A Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, com vistas ao alcance de suas finalidades, poderá participar de entidades e instituições com finalidades iguais ou similares às suas, ouvida a Assembleia Geral.

Art. 15 ° Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela Mesa Diretora.

Art. 16º O presente Estatuto entra em vigor nesta data, aprovado pela Assembleia Geral de Constituição da **FRENTE PARLAMENTAR PELO LIVRE MERCADO**.

Brasília, 11 de Outubro de 2023.

THIAGO MANZONI
Deputado Distrital

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 8 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488082
www.cl.df.gov.br - dep.thiagomanzoni@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 19/10/2023, às 14:36:09 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 19/10/2023, às 16:04:22 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 19/10/2023, às 16:32:00 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO - Matr. Nº 00128, Deputado(a) Distrital**, em 25/10/2023, às 17:15:28 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA - Matr. Nº 00149, Deputado (a) Distrital**, em 09/11/2023, às 10:59:21 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.

2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 11:12:14 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 11:18:31 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 11:24:36 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM DOMINGOS RORIZ NETO - Matr. Nº 00167, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 14:39:13 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **97175** , Código CRC: **068db26c**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Thiago Manzoni - Gab 08



ATA Nº DE 2023

(Autoria: Deputado Thiago Manzoni)

Requer a criação e o registro da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado.

ATA DE FUNDAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR PELO LIVRE MERCADO Em onze de janeiro de dois mil e vinte três, na Sala de Reuniões do Gabinete 8, sito na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, em Brasília, Distrito Federal, os Senhores e as Senhoras Deputados(as) Distritais que subscreveram a Lista de Adesão (Requerimento), reuniram-se, remotamente, para fundar e constituir, nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012, que "*Dispõe sobre o registro de frentes parlamentares na Câmara Legislativa do Distrito Federal*", a **FRENTE PARLAMENTAR PELO LIVRE MERCADO** com a finalidade de garantir: **1)** a interlocução permanente entre parlamentares e a sociedade civil organizada, inclusive com a disponibilização de canais para sugestões e denúncias, com o objetivo promover e fomentar a livre iniciativa, o desenvolvimento do mercado no Distrito Federal; **2)** a discussão acerca de medidas necessárias para desburocratizar e melhorar o ambiente de negócios, a livre iniciativa e o empreendedorismo no Distrito Federal; **3)** - Debater e propor medidas visando a redução da carga tributária e a simplificação e desburocratização do processo de empreendedorismo; **4)** a promoção do intercâmbio do Parlamento Distrital com entidades nacionais e internacionais de defesa do livre mercado com o objetivo de compartilhar experiências aplicáveis à realidade desta Unidade da Federação; **5)** o monitoramento do orçamento do Distrito Federal com a finalidade de garantir os recursos necessários à efetivação das medidas a serem propostas por esta Frente Parlamentar; **6)** o estudo e a divulgação acerca da importância do Livre Mercado para o enriquecimento individual, coletivo e sustentado do país. Pelo consenso dos parlamentares, ficou definido que o **Deputado Thiago Manzoni** assumirá a Presidência. Em seguida, foi lido o Estatuto da FRENTE, resultado de debates e consultas anteriores a parlamentares e entidades representativas da sociedade civil. Colocado em votação, o Estatuto foi aprovado por unanimidade, fazendo parte da presente Ata, e, conseqüentemente, foi declarada criada a **FRENTE PARLAMENTAR PELO LIVRE MERCADO**. Foi assentado também que os ocupantes dos demais cargos previstos pelo Estatuto serão escolhidos em Reunião futura da Frente Parlamentar, sendo prevista a inclusão de outros representantes da sociedade civil organizada. Por fim, decidiu-se que o **Presidente, Deputado Thiago Manzoni**, representará a Frente perante os órgãos da Casa e será o responsável por todas as formalidades perante a Mesa Diretora, especificamente quanto ao registro e publicação da entidade. Não havendo mais nada a ser deliberado, o Presidente deu por encerrado os trabalhos, tendo determinado a lavratura da presente ata, a qual, após lida e, achada conforme, foi aprovada ao seu final e assinada pelo Presidente, Deputado Thiago Manzoni, e pelas Senhoras e Senhores Deputados Distritais que subscreveram a Lista de Adesão (Requerimento) à **FRENTE PARLAMENTAR PELO LIVRE MERCADO**.

THIAGO MANZONI

Deputado Distrital

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 8 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488082
www.cl.df.gov.br - dep.thiagomanzoni@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 19/10/2023, às 14:35:52, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 19/10/2023, às 16:04:22, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 19/10/2023, às 16:32:00, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO - Matr. Nº 00128, Deputado(a) Distrital**, em 25/10/2023, às 17:15:28, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA - Matr. Nº 00149, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 10:59:21, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 11:14:00, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 11:18:31, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 11:24:36, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM DOMINGOS RORIZ NETO - Matr. Nº 00167, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 14:39:13, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **97177**, Código CRC: **91b9a4ec**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Thiago Manzoni - Gab 08



REQUERIMENTO Nº DE 2023
Do Sr. Deputado Thiago Manzoni

**Requer a criação e o registro da
Frente Parlamentar pelo Livre
Mercado.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Os deputados que este subscrevem requerem a V.Ex^a. o registro de criação da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, entidade suprapartidária, constituída nos termos da Resolução nº 255/2012, instituída por representantes das mais diversas correntes de opinião política da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo como objetivo a defesa e fomento da livre iniciativa com vistas ao desenvolvimento do mercado, à desregulamentação, ao equilíbrio da equação tributária, à limitação legislativa, à desburocratização e a tudo que aprimore a eficácia dos fundamentos da ordem econômica sob a defesa e ampliação da efetividade das garantias individuais que permitirão a organização de uma sociedade verdadeiramente livre e próspera.

JUSTIFICAÇÃO

É crucial destacar que a criação desta Frente Parlamentar atende a uma necessidade premente em nossa sociedade e, especificamente, na Câmara Legislativa do Distrito Federal. A busca pela promoção do livre mercado e da livre iniciativa não é apenas um desejo, mas uma demanda atual, à medida que enfrentamos desafios econômicos, fiscais e regulatórios que afetam diretamente a capacidade de crescimento e prosperidade de nossa região.

Os fundamentos da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado estão alinhados com princípios basilares da economia de mercado, que têm demonstrado serem eficazes em proporcionar oportunidades, fomentar a inovação e estimular o crescimento econômico sustentável.

A criação da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado é uma iniciativa que busca aprimorar a qualidade de vida de nossos cidadãos, ao mesmo tempo em que impulsiona o crescimento econômico e a criação de empregos. Além disso, essa ação reflete um compromisso com os princípios democráticos, garantindo a representação de diferentes correntes de opinião política, o que promove um debate saudável e enriquecedor.

Portanto, com base nestes argumentos, solicita-se o registro da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado perante a Mesa Diretora desta Casa de Leis, a fim de permitir que seus membros possam trabalhar de forma coordenada e eficaz na busca de soluções que

beneficiem a população do Distrito Federal, promovendo o desenvolvimento econômico e a liberdade individual.

Sala das Sessões, em ...

DEPUTADO THIAGO MANZONI

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 8 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488082
www.cl.df.gov.br - dep.thiagomanzoni@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 19/10/2023, às 14:33:49 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 19/10/2023, às 16:04:22 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 19/10/2023, às 16:32:00 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO - Matr. Nº 00128, Deputado(a) Distrital**, em 25/10/2023, às 17:15:28 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA - Matr. Nº 00149, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 10:59:21 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 11:14:48 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 11:18:31 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 11:24:36 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM DOMINGOS RORIZ NETO - Matr. Nº 00167, Deputado(a) Distrital**, em 09/11/2023, às 14:39:13 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **97178** , Código CRC: **d6b24778**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria Legislativa



DESPACHO

A Mesa Diretora para publicação (RICL, art. 153, **art. 1º da Resolução nº 255/12**), atendidos os requisitos dos arts 2º e 3º da referida Resolução.

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 23.141

Assessor Especial

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8275
www.cl.df.gov.br - seleg@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS - Matr. Nº 23141, Assessor(a) da Secretaria Legislativa**, em 10/11/2023, às 08:59:54, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>
Código Verificador: **101772**, Código CRC: **1aca050e**

Ata Circunstanciada da 98ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 98ª (NONAGÉSIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023.

INÍCIO ÀS 15H05MIN

TÉRMINO ÀS 18H48MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a sessão ordinária desta terça-feira, 7 de novembro de 2023, às 15 horas e 5 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o nobre deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. De igual modo, eu quero cumprimentar todos da galeria: o pessoal da Ponte Alta, o pessoal dos concursos públicos.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente deputado Wellington Luiz, devemos também conversar com o DF Legal, porque há muita gente que está sofrendo.

Estão presentes os aprovados da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que são a favor da reestruturação também, e os campeões de Sobradinho. O pastor Sena está aí? Não está?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Parabéns, Márcia. Parabéns a todos vocês.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O Sena foi o seu professor, não foi? Ele, a esposa e o filho, que é campeão também. Parabéns a todos vocês.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quanto ao projeto de decreto legislativo que concede título de cidadã honorária de Brasília à excelentíssima senhora Celina Leão Hizim, vou pedir-lhe que eu seja subscritor desse título com V.Exa. Que honra! Título de cidadã honorária à excelentíssima senhora vice-governadora Celina Leão Hizim!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 97ª Sessão Ordinária, de 1º de novembro de 2023.

Indago se algum deputado deseja retificar a ata. (Pausa.)

Não havendo pedido de retificação da ata e sendo ela já do conhecimento de todos os deputados, esta presidência dispensa a leitura e dá por lida e aprovada sem observações a ata mencionada.

Deputado Fábio Félix, deputado Thiago Manzoni, deputado Pepa e deputado Ricardo Vale, sejam bem-vindos.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pepa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Vou suspender a sessão por 5 minutos, a não ser que V.Exa. faça questão. V.Exa. quer falar primeiro? (Pausa.)

A presidência vai suspender os trabalhos durante 5 minutos prorrogáveis por mais 5 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h13min, a sessão é reaberta às 15h27min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a sessão.

Mais uma vez, boa tarde a todas e a todos.

Informo que a deputada Doutora Jane está na 26ª Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, a Unale, representando esta casa, junto com outros colegas deputados. O deputado Thiago Manzoni, daqui a pouco, estará lá também. Boa viagem a todos os colegas deputados.

Quero saber se o deputado Iolando deseja fazer uso da palavra ou vai ficar azucrinando a cabeça do meu colega deputado Pastor Daniel de Castro. (Risos.)

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

Deputado Chico Vigilante, como vai? Tudo bom?

Eu chamei o Pepinha aqui. Ninguém fala antes do Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é isso mesmo.

Boa tarde a todos. Boa tarde à galeria. Moradores de Ponte Alta, força! Eu tenho muito carinho por vocês. (Palmas.) Eu estive lá na campanha, um pouco discreto. Precisamos mesmo dessa força, viu?

Cumprimento os meninos da Polícia Civil, também os cirurgiões dentistas, que Deus ilumine vocês. Com a bênção de Deus, esta casa fará o possível para que vocês sejam nomeados o mais breve possível. (Palmas.)

Boa tarde a todos.

Presidente, um bairro de Planaltina, o Vale do Amanhecer, na quinta-feira, nessa chuvarada nova, deputado Chico Vigilante, foi atingido com uma tempestade fortíssima. Vários postes caíram, árvores caíram, mas, graças a Deus e ao bom Pai, nenhum incidente ocorreu, ninguém se machucou. Hoje eu venho agradecer especialmente a Deus por isso.

Quero agradecer a todos os órgãos do governo, ao administrador do Arapoanga, ao administrador de Planaltina, a todos os órgãos que se envolveram para que no Vale do Amanhecer fosse restabelecida a ordem. Aquela comunidade passou apuros, mas toda uma equipe agiu, deixando a cidade em ordem um dia depois. Restabeleceu-se a ordem e por isso eu venho aqui agradecer a todas as secretarias do governo, à Defesa Civil, à Neoenergia, que prontamente viraram a noite e, atendendo a um pedido nosso, não deixaram aquela comunidade passar apuros.

Nós estamos vendo o que aconteceu em São Paulo. Moradores já estão há quase uma semana sem energia. Aqui não! Aqui a população foi prontamente atendida.

Eu sou grato, porque nós que moramos nas cidades satélites sabemos muito bem o quanto é difícil, e mais difícil ainda quando se está em um feriado prolongado. Na regional de ensino, na escola Mestre D'Armas, um muro caiu. Prontamente a regional de ensino agiu com toda a sua equipe.

Por isso hoje o meu dia é de gratidão. Primeiramente a Deus, porque esse incidente não ceifou nenhuma vida, não machucou ninguém; e a todos os órgãos, a toda parte social da comunidade do

Vale do Amanhecer e das comunidades do Arapoanga e de Planaltina pelo carinho que tiveram com cada pessoa.

Esse é o meu pronunciamento de hoje. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pepa. Eu o parabeno pelo importante pronunciamento.

Concedo a palavra ao nobre deputado Thiago Manzoni para fazer o uso da palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhor presidente. Boa tarde aos parlamentares que estão aqui. Boa tarde às equipes de assessoria e à imprensa que está aqui presente. Boa tarde a todos os presentes nas galerias. Boa tarde a todos os aprovados no concurso da Polícia Civil que estão presentes. Boa tarde aos aprovados no concurso da CLDF que estão aqui presentes.

Eu começo este discurso, senhor presidente, fazendo um agradecimento às pessoas que me procuram não só aqui na Câmara Legislativa, mas também na rua. Elas me encontram e me agradecem pelo trabalho que estamos realizando aqui. Agradecem pelas pautas que nós temos levantado aqui. Ouvir dessas pessoas que, de alguma maneira, o nosso mandato representa o que elas acreditam, o que elas têm de princípio, o que elas têm de valor, é muito gratificante. É para isso que estamos aqui. Eu gostaria de agradecer a cada uma dessas pessoas que nos encontram e nos impulsionam e nos estimulam a continuar.

Eu gostaria de fazer também menção à Polícia Civil do Distrito Federal. Na semana retrasada e na semana imediatamente antecedente, visitei cada um dos institutos da Polícia Civil. E ali pude ver o trabalho sério que essa instituição faz e o quanto esse trabalho pode melhorar. Já é um trabalho de excelência. Em especial, o trabalho de inteligência é um trabalho digno de nota. Eu vi o quanto esse trabalho pode melhorar se eles tiverem mais pessoal para efetuar o trabalho que eles realizam lá. E nós recebemos hoje nesta casa os agentes que passaram no concurso público e estão aguardando a nomeação. Eu espero que isso se dê o quanto antes, para que a Polícia Civil do Distrito Federal possa continuar prestando o excelente serviço que ela presta à população do Distrito Federal.

Trago também um outro tema imprescindível para o Distrito Federal e para o Brasil: a educação. Na verdade, a escolarização. O Brasil, infelizmente, é um país de semianalfabetos, de analfabetos funcionais. Muitos brasileiros, infelizmente, concluem o curso de graduação, o ensino superior, e, ao concluir o curso, eles são incapazes de ler um parágrafo e interpretar o que aquele parágrafo quer dizer.

Um dos maiores gargalos que o Brasil enfrenta, um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta é a produtividade; na verdade, a ausência da produtividade. Nós somos um país improdutivo. E era de se esperar, porque a nossa escolarização é péssima. O Brasil fica na posição 59 entre 63 países da OCDE. Não é que a nossa educação seja ruim, que o nosso sistema educacional seja ruim; é que ele é muito ruim.

Nesse último final de semana, os nossos alunos do ensino médio fizeram o Enem. O Enem serve de parâmetro para o Sisu e para o Prouni, ou seja, é necessário que os alunos acertem as questões daquela prova para que possam ingressar no ensino superior.

Não é à toa que o Brasil é o que é. Eu vou citar só um exemplo, que eu achei de uma covardia sem tamanho. Em tese você escolariza para inserir as pessoas no mercado de trabalho. Isso não acontece no Brasil. No Brasil, a escolarização é, na verdade, doutrinação político-ideológica. É perseguição a determinado pensamento, é perseguição a quem quer produzir. Quem mais produz no Brasil hoje? O agro. Adivinha quem foi achincalhado na prova do Enem? O agro.

Eu vou ler a questão nº 89 da prova branca, que tem gerado intensos debates nas redes sociais. Diz respeito ao agronegócio aqui no Cerrado. Vejam só a questão nº 89: "No Cerrado, o conhecimento local está sendo cada vez mais subordinado à lógica do agronegócio. De um lado, o capital impõe os conhecimentos biotecnológicos, como mecanismo de universalização de práticas agrícolas e de novas tecnologias, e de outro, o modelo capitalista subordina homens e mulheres à lógica do mercado." A intenção pejorativa é explícita, tanto em relação à tecnologia, como se ela fosse algo ruim, quanto em relação ao capital, ou seja, a aplicação do capital é ruim, o melhor seria que nós fôssemos até hoje trabalhadores braçais – o capital, aqui, são as máquinas. Esse é o pensamento do MEC, esse é o pensamento que está sendo cobrado dos alunos no Enem.

Senhor presidente, peço mais 2 minutos para eu terminar, já estou acabando meu pronunciamento. Eu agradeço se V.Exa. puder me concedê-los.

Eu continuo lendo a questão: “Assim, as águas, as sementes, os minerais, as terras (bens comuns), tornam-se propriedade privada” – como se a propriedade privada fosse ruim. Lembro que os 3 maiores direitos que nós temos são a vida, a liberdade e a propriedade privada. “Além do mais, há outros fatores negativos...” – ou seja, tudo isso mencionado antes é negativo – “..., como a mecanização pesada, a ‘pragmatização’ dos seres humanos e não humanos, a violência simbólica, a superexploração, as chuvas de veneno e a violência contra a pessoa.”

Isso aqui não é uma prova do Enem, isso aqui é um panfleto ideológico, é um panfleto da extrema esquerda, que submete todos os nossos alunos a essa prova. Isso aqui corresponde bem ao pensamento que o Plano Nacional de Educação 2024-2034 traz. O nome é Plano Nacional de Educação, mas você também pode chamá-lo de plano nacional da doutrinação ideológica nas escolas. Eles dizem que não há doutrinação ideológica nas escolas, mas eu vou ler aqui o item nº 266: “Na mesma linha, se faz urgente a contraposição efetiva do Estado, nas suas diversas esferas federativas, às políticas e propostas ultraconservadoras”.

É a escola trabalhando contra o que os pais e as mães de família majoritariamente acreditam no Brasil, porque as famílias brasileiras são conservadoras. O plano nacional fala... A escola vai ensinar o contrário do que os pais querem. Eles falam que as escolas têm que trabalhar contra as escolas cívico-militares, contra o *homeschooling*, ou seja, o seu filho, a sua criança vai ser escrava do Estado, aprendendo esse tipo de imbecilidade que está na prova do Enem; e você não pode se defender disso por meio do *homeschooling*. É um absurdo!

E o absurdo continua. Item nº 706.2.11: “Incentivar e apoiar financeiramente pesquisas sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero”. “Deputado, o que você tem contra isso?” O fato de o dinheiro público ser utilizado para isso! Cada um faz o que quer com a sua orientação sexual, mas o dinheiro do pagador de imposto não pode ser usado para isso. Os alunos precisam aprender o que vai colocá-los na linha da produtividade, o que vai inseri-los no mercado de trabalho. Que a política identitária se faça neste ambiente aqui, que se faça o debate público nas casas de leis, nos parlamentos, mas não podemos tolerar que as nossas escolas se tornem um braço da política, em especial dos partidos de esquerda, como pretende esse Plano Nacional de Educação, que eu chamo de plano nacional de doutrinação ideológica nas escolas.

Eu gostaria que todos os pais e mães de família do Distrito Federal estivessem atentos a isso. Caso queiram ler o plano na íntegra, está em thiagomanzoni.com.br; vocês ficarão tão estarecidos quanto eu, e precisamos lutar contra isso.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni, agradeço o pronunciamento.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, cumprimento os presentes na galeria – sejam bem-vindos a esta casa, a casa do povo, a casa de vocês –, bem como a todos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Eu quero deixar bem clara a importância da nossa participação nesta casa ao buscar cuidados com cada tema, a importância de cada item que é falado aqui na busca por melhorias na qualidade de vida do cidadão brasileiro. Como nós também temos uma responsabilidade nacional, muitas das nossas leis são copiadas em todo o país, o que nos orgulha bastante.

Faço aqui a apresentação da *Cartilha do Autismo*, que está sendo lançada, presidente Wellington Luiz, deputado Fábio Félix e demais deputados, pela Secretaria da Pessoa com Deficiência. Ela dá várias orientações aos pais, àqueles tutores que recebem o diagnóstico do filho com TEA, o Transtorno do Espectro Autista, que, às vezes, não sabem como lidar com essa situação; acham que é o fim do mundo, que não há mais saída; algumas vezes entram até em processo de depressão, não conhecem as leis, os benefícios, os cuidados que o Estado tem para com esta causa.

O autismo é uma causa que está sendo diagnosticada e apresentada gradativamente. Há estudos nacionais e internacionais em prol do autismo. E vemos a importância dessa cartilha para com aqueles que têm uma criança, que têm um filho com autismo e, às vezes, não sabem lidar com essa causa.

Nós temos aqui o que é o autismo, por exemplo. Aqui falam que o autismo é um transtorno. Quais são as possíveis causas, os sinais do autismo? Ela dá várias orientações aos pais para que eles sejam acompanhados pelo médico, pelo psicólogo, e saberem, precisamente, o que pode ser feito para

essa criança que foi diagnosticada com autismo.

Aqui também há a carteirinha que foi lançada, apresentada e aprovada por nós, nesta casa, encaminhada para o governo e sancionada pelo governador do Distrito Federal. Hoje, há a lei com a carteirinha do autismo. Inclusive, dia 28 serão entregues 200 carteirinhas em um total de mais de 40 mil carteirinhas do autismo e da pessoa com deficiência no Distrito Federal.

Então, vejo a importância também nessa cartilha dos direitos que as pessoas têm com o filho com autismo, com a possibilidade de aquisição da isenção do IPI, do ICMS e do IPVA para a compra de carros novos. Essa cartilha também nos dá orientações para o Loas, para a aquisição do BPC, o Benefício da Prestação Continuada à pessoa com deficiência. Enfim, ela nos dá um monte de passagens aéreas, concursos públicos para autistas.

Então, essa cartilha é um exemplo real de que a Secretaria da Pessoa com Deficiência, criada por esta casa e por nós, deputados, está, hoje, servindo de grande ferramenta para as mães, para os pais, para aqueles que são tutores de crianças com espectro autista. Vejam a importância dessa secretaria para o Distrito Federal. Temos a consciência do quanto é importante trabalhar juntos, o Legislativo e o Executivo, apresentando propostas que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas do Distrito Federal.

Então, presidente, essa é uma cartilha exemplar que vai ser lançada agora. Já estou em primeira mão com ela, lançada pelo Governo do Distrito Federal e pela Secretaria da Pessoa com Deficiência. Essa cartilha estará disponível para qualquer cidadão do Distrito Federal, para que tenha posse dela e possa procurar os seus direitos, para que as pessoas sejam atendidas e direcionadas para um bem melhor e para criarem os seus filhos.

Dando continuidade a esse tema, presidente, quero também citar uma referência aqui...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O meu amor por V.Exa. é irrestrito, deputado Iolando, não diga isso. Houve um problema no som. (Risos.)

DEPUTADO IOLANDO – Obrigado, presidente.

Houve um episódio muito triste que aconteceu no nosso Brasil, no estado de Pernambuco. Eu sei que não tem nada a ver com os nordestinos, com os pernambucanos, não tem nada a ver com os vereadores, mas foi infeliz a fala da vereadora, que veio a entristecer diversos corações, diversos corações daquelas pessoas que têm um filho com uma deficiência. Eu que tenho uma deficiência física, e não a adquiri quando criança, mas aos 19 anos de idade, em um acidente de moto, vi como são difíceis as coisas. Mas nós vemos o quanto sofre uma mãe com falta de orientações, com falta de direcionamentos para educar, para orientar, para cuidar, para buscar os benefícios das pessoas com deficiência.

Nós ouvimos uma fala, deputado Pastor Daniel de Castro, infeliz da vereadora lá de Pernambuco, quando ela pronunciou que as mães terem filhos com autismo seria castigo de Deus. Ela se expressou muito mal. Ela falhou, falhou com Deus, falhou com as famílias, falhou com a criança, falhou com todos, falhou com a sociedade, com aquela sociedade que a indicou para estar lá como vereadora, representante do povo. Aqueles que têm um filho com deficiência ou que tenham deficiência, sabem que isso não é o fim do mundo, sabem que isso não é o fim de todas as coisas.

Eu estava lendo a história de Thomas Edison, um dos caras brilhantes, um dos caras que são admirados por todos nós, do qual recebemos um dos grandes inventos, que foi a luz incandescente. Ele foi inventor também de mais de 2 mil invenções e recebeu milhões e milhões; até hoje recebem patentes de milhões e milhões das invenções que ele criou. Ele estava em certa escola e, nessa escola, os professores chamaram os pais, escreveram uma carta e mandaram essa carta para os pais, senhor presidente.

Thomas Edison perguntou a sua mãe o que estava escrito naquela carta e a sua mãe falou: "Meu filho, essa escola falou que você é muito inteligente, que você é muito sábio, que ela não tem capacidade para receber você por tamanha inteligência que você possui". O filho ficou triste, mas aceitou aquele momento de sair da escola. Ele, após sair da escola, foi para casa. Anos depois, ele que é engenhoso, um dos maiores inventores, recebeu a grande notícia de que a mãe havia falecido. Ele já estava no auge das suas invenções. Depois do anúncio da morte, ele sepultou a mãe e ali falou: "Vou dar uma arrumada na casa da minha mãe". De repente, encontrou ali uma mala com várias cartas e uma era aquela carta que a escola tinha mandado para o filho. E sabe o que na carta estava escrito? "O seu filho não tem capacidade intelectual, ele é um autista, ele não tem capacidade intelectual para estudar na nossa escola. A nossa escola não está preparada para receber criança com deficiência nem

crianças no espectro autista. Ele não deve mais permanecer e não deve mais frequentar a sala de aula.” Ali, Thomas Edison viu o quanto o amor da mãe, a proteção da mãe foi importante para a vida dele. Ela o protegeu de todas as calúnias desse mundo e ele se tornou um dos maiores inventores de toda a história do nosso mundo. (Palmas.)

Dá-se aí a explicação. Você pode pensar que a deficiência é o fim do mundo. Você pode pensar que, com o autismo, acabou-se tudo para sua vida, mas não acabou, não. Não acabou! Há solução e há vida após essa situação. O diagnóstico não é o fim do mundo. E nós temos certeza de que vamos mudar a nossa sociedade, ajudá-la a enxergar que, qualquer pessoa com autismo, com deficiência, com mobilidade reduzida, com quaisquer que sejam as suas deficiências, elas são capazes de nos representar e de serem cidadãos e cidadãs de bem e que podem, realmente, fazer a diferença no nosso país e uma sociedade melhor de se viver.

Muito obrigado, presidente. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando. Parabéns pelo pronunciamento, extremamente importante e vale uma reflexão.

Concedo a palavra ao nobre deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, cumprimento todos os presentes aqui, as parlamentares, os parlamentares, a assessoria, os que assistem a nós, os que transmitem, todos que estão na galeria reivindicando o que é de direito deles, como também os concursados da Polícia Civil.

Ontem eu tive a grata alegria de receber a comissão, em nome de V.Exa. também, deputado Wellington Luiz, e já estamos procurando conversar com o Governo do Distrito Federal, porque vocês já estão prontos, já se formaram, o curso está pronto, o concurso já foi homologado e agora é só chamar. E, mesmo chamando todos, sabemos que a deficiência do número de policiais e escrivães ainda vai continuar grande no DF. Então, espero que isso aconteça. Da mesma forma, existem outros concursos. Precisamos, o mais rápido possível, que o Governo do Distrito Federal veja isso, para que, logo, logo, vocês ingressem no serviço público, porque a segurança pública carece do trabalho de vocês. Meus parabéns pela vitória de vocês no concurso.

Presidente, há uma situação que está acontecendo em Sobradinho, tem me preocupado muito, no condomínio Nova Friburgo, que fica ali na subida do Grande Colorado, na avenida São Francisco, que é a questão da drenagem pluvial, que é muito séria. Toda a água que sai desse condomínio está indo para uma área que não mais pertence a ela, pertence ao GDF ou à Urbanizadora Paranoazinho. Ali está se criando uma voçoroca muito grande.

Nós já fizemos um ofício, o Ofício nº 514/2023, à Novacap solicitando o estudo e a regularização de uma obra a ser realizada o mais rápido possível. Fizemos, também, à Urbanizadora Paranoazinho, bem como uma solicitação à Defesa Civil da Secretaria de Segurança Pública, que fez o relatório de risco. Por quê? Porque, logo abaixo de onde essa água está escoando, existem várias e várias moradias. Então, o risco de acontecer um acidente com desmoronamento de casas e moradores dentro delas é muito grande.

Quero aqui deixar, mais uma vez, este alerta para que o governo não deixe de tomar as providências, não deixe de conversar com a Urbanizadora Paranoazinho, junto com a administração, que também já está a par e deseja fazer essa obra. Precisamos da Novacap para que seja resolvido esse problema, porque é uma tragédia, possivelmente, anunciada.

Quero falar, também, de um evento que acontecerá nessa cidade, aqui no Distrito Federal, que é o Simpósio Celam – Uniapac Latino-Americana. Brasília vai receber a 10ª edição do simpósio dos bispos e lideranças empresariais da América Latina. Nós teremos, entre os dias 9 e 11 de novembro, esse evento, que vai acontecer no Brasil 21 e cujo tema será: *Bispos e Empresários juntos diante dos desafios da América Latina*. Esse encontro está sendo organizado pelo Conselho Episcopal Latino-Americano, o Celam; pela União Internacional de Associações de Dirigentes Cristãos de Empresa da América Latina; pela ADCE, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa – Brasil; e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB.

Esse simpósio vai acontecer e será muito importante. Estarei presente o tempo todo. Designaram-me como diretor institucional da ADCE, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa. Eu fico muito contente. Parabenizei o João Carlos, que é o presidente, e todos aqueles que a compõem. Parabenizo porque organizaram esse simpósio, que vai ser, como eu falei, no Brasil 21. Saibam que esse simpósio vai trazer benefícios, porque estarão lá empresários cristãos que trabalham

corretamente junto com a igreja querendo construir algo de melhor para a sociedade. Então, estão de parabéns.

Todos os parlamentares estão convidados, caso queiram, a participar da abertura, no dia 9, às 17 horas. Praticamente todas as autoridades do Distrito Federal foram convidadas a participar da abertura desse simpósio, que, eu tenho certeza, será um sucesso.

Senhor presidente, quero falar novamente sobre a questão de uma epidemia que pode acontecer aqui no Distrito Federal. Falei disso na semana passada, o deputado Pastor Daniel de Castro comungou com o que eu falei. Nós temos anunciado e estão acontecendo novos casos de dengue em Brasília. Como eu já falei, da dengue a pessoa se cura e volta para casa; com a *chikungunya*, a pessoa tem que ir e voltar ao hospital várias vezes. Pode colapsar o serviço de saúde no DF, como aconteceu na pandemia do covid-19.

Então, mais uma vez, eu conclamo o GDF a fazer a convocação dos ACS e dos Avas, como da Polícia Civil também, porque, sem esses combatentes que vão de casa em casa observando, verificando, fiscalizando se existe o mosquito da dengue... Hoje, esse mosquito já transmite 5 vetores, não só 3 vetores, como era antes. Inclusive, um novo vetor africano chegou ao Brasil, e não sabemos o grau de destruição dele. Por isso, convido o Governo do Distrito Federal novamente a olhar essas carreiras que estão com seus concursos prontos e a convocar os concursados, principalmente na questão da saúde, que são os ACS e os Avas.

Mais uma vez, quero falar sobre a questão da greve que houve, a greve dos rodoviários, da qual eu faço parte como acompanhante que sou dessa carreira. Aqui corre sangue rodoviário. Meu pai foi rodoviário a vida toda em Brasília.

Quero parabenizar também o sindicato, o João Dão, nosso amigo, que sempre tem tocado o Sindicato dos Rodoviários DF. Eles fizeram a greve, o governo chamou para conversar, e eles rapidamente paralisaram a greve. Estão de parabéns, é assim mesmo: tomaram a iniciativa, o governo quis conversar, os empresários quiseram conversar e eles paralisaram a greve. Há também o João Osório, que sempre está participando junto com eles. É isso: rapidamente estão conversando a Semob, as empresas e o sindicato. Os rodoviários carregam vidas em suas mãos.

Hoje nós fizemos um seminário em defesa da vida, que foi muito bom. Quero agradecer a todos aqueles que dele participaram. Nós estamos defendendo a vida, deputados, defendendo a vida como devemos defender: desde a concepção. Desde o momento em que Deus concebe aquela criança, aquele ser humano, no ventre materno, é uma vida. Eu defendo a vida do nascituro e também defendo a vida dos que já nasceram, bem como a de todos nós aqui. Devemos sempre defender a vida uns dos outros. Se assim fizéssemos, o mundo não teria essas guerras, não teria essas brigas que não levam a nada, só à destruição.

Quero parabenizar o grupo do CID, o Centro de Iniciação Desportiva, lá de Sobradinho. Eles vieram há pouco à Câmara Legislativa, com várias atletas e um atleta. Eles, aqui de Brasília, foram campeões da ginástica acrobática. Fico feliz de saber que o CID de Sobradinho foi para o Brasil, representou todos nós aqui do DF e que os atletas se consagraram como campeões da ginástica acrobática. Fico feliz por isso, por saber que estamos cada vez mais caminhando para o melhor aqui no Distrito Federal.

Obrigado, senhor presidente.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado João Cardoso.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero saudar o pessoal das galerias e dizer da expectativa que os candidatos a policial civil depositam nesta casa vindo aqui todas as tardes.

Eu acho que está na hora de o Governo do Distrito Federal tomar uma decisão com relação às nomeações. Se vai contratar 100 policiais, que diga que o concurso é de 100 policiais e contrate os 100. Se são 1.000 policiais, que faça exatamente a preparação e a qualificação dos 1.000. O que não dá é para as pessoas fazerem um concurso, terem uma expectativa, largarem o emprego e os seus estados – muitas pessoas vêm de outros estados para o Distrito Federal –, e agora ficarem na expectativa do emprego que não sai nunca! Isso tem nome: isso é tortura psicológica. Já pensou você ficar todos os dias na expectativa, porque fez um concurso, passou no concurso, preparou-se para o

concurso, foi para a escola de formação, está formado e não pode trabalhar. Inclusive, se efetivamente houvesse justiça no Brasil, ela garantiria, por meio do Judiciário, a posse desses profissionais que estão aptos a trabalhar e dos quais efetivamente precisamos. A bandidagem está solta. Há muitos bandidos soltos por aí, precisando que a polícia os peguem para trazer um pouco de tranquilidade para nós, e o governo não cumpre com a obrigação dele, que é a contratação de vocês.

No caso do pessoal da Ponte Alta, eu vou dizer, aqui da tribuna, algo que tenho falado constantemente: alguém já viu algum grileiro na cadeia aqui no Distrito Federal? Já viram um grileiro preso? Portanto, as pessoas, por não haver uma política habitacional adequada, compram dos grileiros e depois o DF Legal, para cumprir a lei, vem e derruba as casas, e o grileiro continua enganando as pessoas. É preciso que tenhamos solidariedade, mas que também cobremos das autoridades que esses grileiros vão para cadeia e parem de enganar as pessoas, efetivamente.

Presidente, quero agora falar da situação dos rodoviários do Distrito Federal. Nós fizemos aqui um esforço gigantesco no sentido de ajudar nas negociações. Os rodoviários decretaram uma greve.

Sabe, Deputado Martins Machado, ontem houve uma reunião na justiça do trabalho, no Tribunal Regional da 10ª Região, e o presidente do tribunal, doutor Alexandre Nery, conseguiu conduzir bem a reunião. O Procurador Regional do Trabalho, que conheço, é uma pessoa fenomenal, o doutor Adélio Justino, conduziu como maestro as negociações para se chegar a um entendimento. Foi pedido aos rodoviários que suspendessem a greve por 10 dias. E sabe o que a Marechal fez? Aí o governo precisa agir, porque o que a Marechal fez com os rodoviários é patifaria. Ela não pagou os rodoviários. Não pagou os salários, sabendo que os trabalhadores, sem salários, iriam continuar a greve, porque quem vai trabalhar sem comer? Quem vai trabalhar sem levar comida para casa?

Portanto, está na hora de o Governo do Distrito Federal ter a coragem de romper o contrato com a Marechal e distribuir as linhas da Marechal para as outras 4 empresas e varrer a Marechal dessa prestação de serviço aqui no Distrito Federal. O que ela está fazendo é molecagem.

E aqui fica toda a minha solidariedade aos trabalhadores rodoviários do Distrito Federal.

Muito obrigado, presidente. Um abraço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu acho que o cidadão não entendeu nada do que eu falei. Ele não entendeu nada do que falei. O que estou dizendo é que grileiro precisa ir para cadeia. Grileiro não é povo, grileiro é grileiro!

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Vamos dar continuidade aos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, senhor presidente.

Eu solicitei a palavra para me associar às 2 falas do deputado Chico Vigilante. A primeira delas é quanto à questão dos concursados da Polícia Civil, que estão aqui.

Deus me deu a graça, presidente, de hoje eu estar nesta casa como deputado distrital, mas quem conhece a minha história de vida sabe que o meu sonho era ser policial civil. Eu fiz o concurso de 1990 e, em 2002, eu fiz a academia da Polícia Civil. Passei em tudo e sofri essa agonia, deputado Chico Vigilante, aguardando ser convocado para me tornar um policial civil – depois de fazer tudo. Eu sou um desses que pediu demissão do emprego para fazer a academia. Na minha época, a academia era em tempo integral. Então, isso gera, presidente, uma expectativa enorme na cabeça das pessoas, que gastam dinheiro, tempo, dedicam-se para realizar o sonho de ser um policial, de servir ao Estado. Hoje, o Brasil todo enfrenta uma crise enorme de segurança pública. Segurança pública é um bem do Estado, e o Estado precisa dar isso à população.

Aqui estão os concursados preparados para entrar. Então, clamo ao líder do governo e ao

nosso secretário Gustavo que falem com o governador Ibaneis, para que ele chame esse pessoal concursado da Polícia Civil – e não só os da Polícia Civil, presidente, mas também os da educação. Ele precisa nomear. Só quem é concursado e que gastou tanto, que se preparou, que se dedicou sabe o que isso significa psicologicamente, como o deputado Chico Vigilante falou. Isso vira uma tortura psicológica, é uma judiação. Há a necessidade. Há recurso. O pessoal está aqui. É só uma nomeação. Eu clamo ao Governo do Distrito Federal que faça a nomeação.

Outro tema é extremamente melindroso. Quero aqui dizer, com todo respeito à galeria, que o amigo não entendeu o que o deputado Chico Vigilante falou. O deputado não está contra a população; S.Exa. está trazendo uma causa extremamente sensível: grileiro tem que estar na cadeia, porque é um enganador de pessoas. Naturalmente hoje, como advogado...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Amigo, por favor. Presidente, mantenha a minha palavra, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Pessoal, quando o deputado estiver falando, vamos escutá-lo; depois vocês se manifestem. Está bem?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Nós estamos aqui falando a favor de vocês. Se o senhor não quer que falemos a favor, nós vamos falar contra. Se o senhor quiser isso, faremos assim. Nós estamos tentando falar a favor de vocês.

Precisa haver, presidente, deputado Ricardo Vale, e deputado Wellington Luiz, um diálogo nosso com o Governo do Distrito Federal, com o DF legal. O governador acabou de editar um decreto que traz segurança jurídica para o Distrito Federal. Esse decreto estabelece que aquele que está construindo sua casa comete uma irregularidade se não tiver um documento chamado alvará de construção. O governador editou um decreto que permite à pessoa ir à Terracap, entregar a documentação, pagar uma taxa e pedir o seu alvará de construção, assim ele estará legalizado a fazer a construção e fugir dessa possibilidade de empreender todo o seu recurso e o seu sonho na perspectiva de moradia e daqui a pouco ser surpreendido com a derrubada do DF Legal.

Esta casa é responsável. Não estamos aqui jogando contra, patrocinando invasão, nada disso. Precisamos saber que a pessoa vive da dignidade da pessoa humana, e moradia é um bem essencial ao cidadão. O governo precisa oportunizar moradia para o cidadão. Então, fica aqui o nosso pedido, presidente, para que essas coisas sejam mais humanizadas.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Por que não se faz uma notificação, não se dá a essa pessoa o direito de acessar à justiça, e a justiça dirá o direito? No entanto, chega-se de supetão e derruba-se, presidente. Estão destruindo sonhos! Naturalmente, é isso que alguém da galeria não entendeu. O que o deputado Chico Vigilante está falando é que nós aqui somos peremptoriamente contra grileiro. Grileiro tem que ir para a cadeia, que é o lugar dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Vou devolver a presidência desta sessão ao presidente desta casa, deputado Wellington Luiz, mas também gostaria de cumprimentar os aprovados da Polícia Civil. (Palmas.) Temos acompanhado a luta de vocês. Temos feito uma gestão junto ao Governo do Distrito Federal para que se possa urgentemente contratar vocês. O déficit de policias é muito alto. Fica a minha solidariedade. Quero dizer também que esta casa tem trabalhado por vocês.

Quero cumprimentar também os aprovados da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que são a favor da reestruturação. Contem conosco, estamos em um esforço muito grande para contratar o máximo de servidores possível. O deputado Wellington Luiz, presidente desta casa, juntamente com a Mesa Diretora, já tem feito muitas contratações.

Quero saudar vocês que estão na justa luta por moradia e quero saudar também o pessoal da Ponte Alta, que pede socorro. Esta casa é a casa do povo, portanto temos que estar sempre do lado de vocês. (Palmas.)

Um abraço.

Devolvo a presidência ao deputado Wellington Luiz.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, deixe eu chamar a atenção dos deputados que aqui estão e também pedir uma gentileza a V.Exa. O deputado João Cardoso acabou de, mais uma vez – acho que ele ainda está aqui –, trazer uma fala a esta casa...

Presidente deputado Wellington Luiz, vou pedir 1 minuto da atenção de V.Exa., porque eu acho que é demais importante esse tema. O deputado João Cardoso trouxe, pela segunda vez, uma pauta extremamente importante. Inclusive, estou sendo agora inquirido pela CBN. Eu preciso dar uma resposta, mas não queria dar uma resposta sem antes falar com V.Exa.

Estou pedindo uma gentileza a V.Exa.: que convide a esta casa a secretária de saúde e o subsecretário de vigilância à saúde, doutor Divino Valero Martins. Ele esteve aqui no começo do ano e já deixou um alerta sobre a possibilidade de uma epidemia que está vindo, de dengue, *chikungunya* e *zika* vírus. Estamos falando de doenças que podem matar.

O deputado João Cardoso, em sua pauta, está defendendo a contratação dos Avas, os agentes de vigilância, mas, lá atrás, o Divino já falava da perspectiva de não ter o dinheiro para fazer a contratação temporária para os agentes irem para a ponta, fazerem atuação nas casas, nas residências, nos lotes vazios.

Presidente, estamos falando da possibilidade de uma pandemia que mata! Então, que chamássemos a secretária Lucilene, o doutor Divino, para que, juntos com esta casa, pudéssemos tomar uma posição, nos unirmos e enfrentarmos isso, protegendo a nossa população.

Faço isso, inclusive, em nome do deputado João Cardoso, porque é a pauta que ele trouxe, estou apenas corroborando a palavra dele, presidente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Acolho o pleito de V.Exa. Solicito que a Comissão de Educação e Saúde, por meio do deputado Gabriel Magno, faça um convite, junto com a deputada Dayse Amarílio – que tão bem representa a saúde –, para que tanto a secretária Lucilene quanto todos os seus subsecretários venham até aqui, para que a Câmara Legislativa possa contribuir em matéria de tamanha preocupação.

Agradeço ao deputado Pastor Daniel de Castro e o parabênzo. Reitero o pedido ao nobre deputado Gabriel Magno e à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, tenho falado nisso aqui há algum tempo. Eu queria só lembrar que temos um concurso feito, já saiu o resultado, e temos que fazer uma força-tarefa para chamar esses concursados. Tenho brigado por isso constantemente e venho sinalizando isso desde o começo do ano.

Só para lembrar ao deputado Pastor Daniel de Castro que estamos de olho nisso, mas o que temos que fazer é chamar os concursados, assim como derrubar os vetos do Anexo IV, porque o PLOA não traz orçamento para nomeação. Temos que ter nomeação, senão o DF terá outras greves, vai parar, a despeito das pessoas que vêm aqui direto, enchendo essas galerias. Sabemos do déficit. Deputado, há concursados para chamar, inclusive agentes comunitários e Avas. O que queremos é que eles corram e chamem esses concursados, principalmente nessa área em que o serviço precisa ser perene e tem que haver vínculo com a comunidade. A estratégia de saúde da família se faz com ACS, Avas, concursados, ali no território, conhecendo a dona Maria e o seu João.

Queremos convocação e nomeação! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Antes de passarmos ao próximo orador, falo, Rui, sob a sua responsabilidade, que os deputados estão aqui para apoiar. Esse tom de agressividade e tentativa de intimidação não funciona aqui. Não dará certo. O deputado precisa ser respeitado, como tem que respeitar cada um de vocês. E quem está falando aqui é quem tem a moral para falar, porque já estive na Ponte Alta várias vezes. Todas as vezes em que pedi apoio aos deputados, tivemos. É natural vir e reivindicar. Quando me

perguntaram, Rui, eu disse que era para vir, porque esta é a casa de vocês e o pedido de vocês é extremamente legítimo, mas não se pode transferir para o Poder Legislativo aquilo que não é um problema causado pelo Legislativo. Estamos aqui para ajudar e vamos ajudar; contudo, o desrespeito será respondido à altura, até porque medo não temos. Se eu tivesse medo, não teria passado 28 anos na polícia. Deixo isso bem claro. A forma de convencer os deputados é na base do respeito. Isso vai prevalecer. Conhecemos praticamente todos vocês. É inaceitável esse tipo de discurso agressivo e intimidador contra deputado, porque não é assim que se ganha o apoio! Estamos dispostos a apoiar.

Primeiro, sou a favor da criação da Região Administrativa da Ponte Alta e da regularização dela, vamos trabalhar forte para isso; mas não toleraremos desrespeito contra deputado. A casa é do povo, não é a casa da mãe Joana! É bom que fique bem claro.

Muito obrigado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, vou usar a palavra como líder, mas há uma demanda para a Comissão de Educação, Saúde e Cultura que eu quero endereçar.

Eu quero só reforçar que nós da comissão estamos muito preocupados. Essa preocupação do deputado João Cardoso é muito legítima. Também quero reforçar a fala da deputada Dayse Amarílio e combinar 2 encaminhamentos.

Primeiro, faremos, pela comissão, o convite à secretária para vir a esta casa conversar com o conjunto dos parlamentares e pensar em soluções conjuntas. Entretanto, a solução também passa estrategicamente pela nomeação. Há um concurso de Avas e de ACS e é preciso, urgentemente, fazer as nomeações. Quero aproveitar e fazer também um memorando, da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, à Mesa Diretora, pedindo para colocar na pauta os vetos da LDO dessas 3 áreas: educação, saúde e cultura – de que nós precisamos muito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a sugestão de V.Exa. e vou solicitar que seja incluído, deputado. Realmente, é extremamente importante. Obrigado.

Concedo a palavra à deputada Jaqueline Silva. (Pausa.)

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Saúdo os deputados e deputadas e quem assiste a nós pela TV Câmara Distrital. Também gostaria de saudar quem está na galeria da Câmara Legislativa do DF pelas mais diversas e justas pautas de luta nesta casa.

Todo mundo sabe que sempre temos defendido a nomeação de servidores públicos – servidoras e servidores em diferentes áreas. E sabemos que há um déficit enorme hoje na segurança pública, especialmente na Polícia Civil. (Palmas.) Então, contem com o nosso apoio pelas nomeações. As nomeações são fundamentais para que possamos estruturar o trabalho das políticas públicas nesta cidade.

Eu queria também fazer um registro sobre a importância da luta por moradia. Sabemos que infelizmente existe uma questão estrutural no DF que tem a ver com a falta do acesso da população ao direito à moradia. Isso acaba, muitas vezes, proporcionando um ambiente fértil para o crime organizado – que foi citado aqui –, como a grilagem de terra. É inaceitável que isso ocorra. Mas a melhor forma de enfrentar a grilagem de terra é por meio de oferta de política pública de moradia para o povo e para quem mais precisa no Distrito Federal.

É importante que as instituições de políticas públicas nessa área possam funcionar na nossa cidade. E, mais do que isso, há muito tempo apontamos uma série de abusos por parte do DF Legal: corta direitos fundamentais; pratica derrubadas sem o cumprimento da legislação; faz participação protocolar da assistência social sem que se garanta o auxílio aluguel, o acompanhamento e o atendimento da população.

O DF Legal, infelizmente, tornou-se uma instituição que liga o trator contra a população em situação de vulnerabilidade e nós não podemos aceitar esse tipo de prática na nossa cidade. Uma

instituição que luta pela legalidade tem a sua importância, mas não podemos esquecer que nós vivemos, hoje, num território de muitas desigualdades e não podemos retirar da população que mais precisa aquilo que é o mínimo para a sua dignidade: o acesso à luz, à água. Isso é inaceitável. Essa é uma preocupação que eu tenho como defensor de direitos humanos; e eu acho que os direitos humanos vêm antes desse tipo de prática violenta. A preocupação com os direitos humanos tem que vir para os gestores antes de qualquer tipo de prática violenta, e o Governo do Distrito Federal e o poder público precisam viabilizar alternativas para a população que mais precisa.

Feitos esses registros, presidente, eu queria tratar muito rapidamente de 2 temas que acho que estão no debate público hoje. Um deles é a questão do transporte.

Ontem, nós enfrentamos o caos nesta cidade, pautado obviamente pela greve dos rodoviários e rodoviárias. É uma greve legítima dos trabalhadores que lutam por melhores condições de trabalho, especialmente por valorização salarial. Eles querem aumento de salário; eles querem melhoria no tíquete-alimentação; eles querem melhorias nos seus benefícios. É uma luta legítima que conta com o nosso apoio.

Entretanto, ao fazermos a discussão sobre a greve dos rodoviários, nós temos um pano de fundo que estrutura a discussão de mobilidade nesta cidade, que é a concepção do transporte público. Nós temos, hoje, um transporte público – como bem dito na última sessão, 71% subsidiado pelo Estado – de péssima qualidade. Todo dia é reclamação atrás de reclamação. Isso tem sido apontado aqui cotidianamente pelo deputado Max Maciel e por outros deputados que atuam nos seus territórios, mas ele, na condição de presidente da Comissão de Mobilidade, obviamente tem trazido esse debate com protagonismo para esta casa.

Contudo, a impressão que eu tenho é que esta casa fecha os olhos e os ouvidos para a situação de calamidade no transporte. Não dá mais, é uma caixa preta. São poucas empresas faturando tudo. E nós colocamos o selo, transferimos dinheiro sem cobrar os dados. Eles mandam no transporte público – que não funciona – e não cumprem o contrato. É lamentável a situação do transporte nesta cidade. Todos os parlamentares aqui vivem na realidade objetiva desta cidade e têm contato com seus eleitores, que são mais do que eleitores, são cidadãos e cidadãs que usam esse transporte de péssima qualidade.

Presidente, é inaceitável essa condição. Nós estamos chegando ao limite da condição do transporte público. Empresas que não renovam a frota, empresas que cometem uma série de abusos em relação à questão contratual, os ônibus que não passam na hora certa, o desmonte, o desmantelamento completo do Metrô. Ontem virou piada no Twitter, porque o presidente do Metrô anunciou que ele ia funcionar com a força máxima: 3 trens. Com a força mínima, ele pegou fogo; imaginem com a máxima. Quer dizer, é o descrédito da população.

Nós sabemos que esse desmonte não é aleatório. Ele é um projeto político, é um projeto que não é direcionado ao usuário do transporte, é um projeto que não pensa em quem mais precisa, é um projeto que quer privatizar o Metrô do Distrito Federal, porque esse tipo de desmonte do Metrô hoje, para mim, é a antessala da privatização. Os governos fazem isso para privatizar, e isso é muito ruim para a cidade, porque o Metrô é patrimônio desta cidade. Essa é a nossa preocupação.

Nós queremos uma discussão de fôlego em relação ao transporte. Nós precisamos parar esta casa, os 24 deputados e deputadas, para debater o transporte público desta cidade. A questão dos rodoviários nos liga um alerta da urgência da discussão de uma nova concepção de transporte para o Distrito Federal. Nós não podemos mais ficar reféns de algumas empresas que comandam o sistema de transporte. Isso está claro. Esse esforço tem que ser coletivo ou não vamos resolver o problema para quem mais precisa.

Queremos uma cidade pautada pelo transporte coletivo e não pelo transporte individual. E essa perspectiva não vemos colocada hoje. E tem culpado! O culpado, hoje, é o Governo do Distrito Federal, presidente, que infelizmente não tem agido para solucionar os problemas. O governo que poderia ter trabalhado para fazer uma nova licitação, que poderia ter feito os investimentos necessários no Metrô DF e não faz. É o governo. Nós temos que falar o nome e o sobrenome dessa culpa, hoje, que é da atual gestão do DF em relação à condição do transporte.

Que o problema é estrutural nós sabemos, mas quais são as ações concretas que esse governo tem feito para melhorar a condição de transporte? É renovar o contrato, ampliar o contrato com as empresas sem garantia de renovação da frota? É a entrega dos subsídios sem transparência? Não dá mais. Existe hoje uma indignação coletiva geral. Isso ficou configurado, concretizado no que nós vivemos ontem com a greve dos trabalhadores, que mostra a situação do sistema. É preciso

revolucionar esse sistema de transporte. Essa discussão tem que ser feita com urgência na Câmara Legislativa do DF.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Agradeço o pronunciamento.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, enquanto o deputado Gabriel Magno segue para a tribuna, eu só queria fazer um registro da presença dos alunos do CEF 20 de Ceilândia, que estão visitando a Câmara Legislativa. Quero dar-lhes as boas-vindas. Essa escola fica na quadra 8/10, perto da qual trabalhei por muitos anos. Saúdo todos. Muito obrigado por visitarem a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Da mesma forma, agradeço a todos os alunos, professores. Sejam bem-vindos a esta casa.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Boa tarde a todos, todas, estudantes, professores, professoras do CEF 20. É um prazer sempre tê-los aqui até para cobrar desta casa o respeito que a escola pública merece.

Quero saudar também os servidores da Polícia Civil, os dentistas que estão esperando a nomeação urgente, para tirarmos o DF do vergonhoso *status* de pior unidade da Federação quando se fala de atendimento de saúde bucal no Brasil. Também aqui está a turma da Ponte Alta e os servidores da Câmara Legislativa.

Presidente, quero tratar hoje de 2 assuntos. Faço um registro e um elogio, porque, nesse final de semana, nós tivemos, novamente, a retomada do processo de um grande instrumento de democratização do acesso ao ensino superior, o Enem, que voltou, porque, nos últimos anos, como tudo que o Bolsonaro tocou, ele estava sendo destruído.

Os dados do próprio Inep mostram que a taxa de inscrições de candidatos diminuiu nos últimos anos, fruto do ataque sistemático que o governo anterior fez, não só à prova do Enem, mas ao conjunto da educação pública brasileira. E aí vem o agronegócio dando chilique, dizendo que a prova é ideológica. Ideológicos foram os ataques que o governo passado fez. Ideológico é o que o agronegócio está fazendo, com a turma do bolsonarismo assinando embaixo!

A prefeitura de Bagé escondeu 8 mil toneladas de alimentos doados pelo MST, para acolher as vítimas das chuvas no Rio Grande do Sul. Adivinhem quem é o prefeito de Bagé!

Doutrinação ideológica é o que o bolsonarismo fez, atacando crianças e dizendo que estudantes com deficiência atrapalhavam. Doutrinação ideológica foi o que o Bolsonaro fez, tirando dinheiro das escolas públicas. Doutrinação ideológica foi o que o Bolsonaro fez, cortando recursos da merenda escolar. Aqui estão as crianças e os professores que sofreram nos últimos 4 anos. A educação pública deste país nunca passou tão mal como no governo passado.

Doutrinação ideológica foi feita no MEC, onde havia até Bíblia com barra de ouro dentro. Era um esquema de corrupção total, com ex-ministro preso. Isso é que era doutrinação ideológica e atrapalhava a educação.

Houve desrespeito e ataque à ciência e negação da vacina, que ocasionou a morte de milhares de brasileiros, de servidores públicos, inclusive professores e professoras, porque o governo passado não queria vacinar a população e queria obrigar a abertura das escolas.

Então, o agronegócio tem que parar com chilikies. O problema deste país mora no agronegócio. Presidente, temos um problema sério. Recentemente, uma pesquisa do Instituto Goiás Pesquisas mostrou que a qualidade do ar do Cerrado, hoje, atinge níveis alarmantes. Qual o motivo disso? Agrotóxico. Esta casa retrocedeu, e apresentamos um projeto de lei para proibir de novo a pulverização aérea de agrotóxicos no Distrito Federal.

Por fim, presidente, quero tratar das cidades. O Distrito Federal está abandonado. Não é à toa que a galeria está sempre tão cheia de servidores e de outros populares. O Ibaneis não governa. Na verdade, ele governa para os amigos, para os ricos, para os empresários.

Na semana passada, nós votamos um crédito de 142 milhões de reais para os empresários de ônibus. Ninguém sabe para onde foi esse dinheiro. Era para o Passe Livre Estudantil, diziam eles. Era

pegadinha, pois, depois, o dinheiro não era mais para o Passe Livre Estudantil. Ninguém sabe para onde foi o dinheiro.

Hoje, os trabalhadores da Marechal continuam em greve porque não receberam salário. O que o Ibaneis faz? Entra na justiça para processar o sindicato. Quero saber qual será a punição, a multa para um empresário que já recebeu, neste ano, R\$1.500.000.000,00 do dinheiro público e não paga o salário do trabalhador. Qual é a multa, a punição para esse empresário? Há o prêmio de mais um contrato de 10 anos, para continuar recebendo vultosos recursos.

O governador prometeu, na campanha, que não ia derrubar nenhuma casa. Acho que todos os moradores se lembram disso. Aliás, prometeu que não ia derrubar casas e que ia construir novas casas com dinheiro próprio, já que é rico. Ele ia tirar do bolso para construir as casas das pessoas. O que temos visto? Tratores, derrubadas e a destruição do serviço público na saúde, na educação e na segurança pública.

Então, quero trazer a necessidade de esta casa se debruçar sobre o patrimônio da cidade. Nós estamos assustados, porque, na última semana, houve mais um escândalo no BRB. São contratos sem transparência, com um monte de acordos feitos e dinheiro público, mais uma vez, sendo escoado para o bolso do empresário. Enquanto isso, é a população que está pagando a conta deste governo dos ricos e para os ricos.

O governador Ibaneis precisa parar de fingir que governa a cidade e apresentar soluções concretas para os problemas da população do Distrito Federal, na segurança pública, na saúde, na educação, na moradia e na assistência social.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Meu amigo, deputado Gabriel Magno, acho que V.Exa. não está andando no Distrito Federal para dizer que o Distrito Federal está abandonado. Eu não sou líder do governo para defender o governo aqui, mas, como membro do partido do governador, sei o quanto ele tem trabalhado pelo Distrito Federal.

V.Exa. disse que ele não olha para os mais pobres. Hoje mesmo, eu fui à inauguração de mais um restaurante comunitário – é o 16º –, onde as pessoas vão tomar café da manhã, almoçar e jantar. Sabe por quanto? Por 1 real o almoço e 50 centavos o café da manhã.

V.Exa. falou do transporte. Desde quando eu nem sequer imaginava ser deputado, o transporte público no Distrito Federal já era ruim. Eu nem imaginava, deputado Gabriel Magno. V.Exa. é do PT. Eu também já pertenci ao governo do PT, e foi um bom governo o do governador Agnelo. Ele mesmo enfrentou grandes dificuldades no transporte. Ele mesmo teve que suplementar, sempre na Câmara dos Deputados, deputado Ricardo Vale, o transporte.

Não podemos dizer que o Distrito Federal está abandonado. O problema do transporte é difícil? É. Assim como é o da saúde. A saúde também é difícil? É. Eu falo também da saúde porque, quando eu tinha 10 anos de idade, há 45 anos ou mais, minha mãe me levava ao posto de saúde do Núcleo Bandeirante para eu ser atendido e lá ela já falava mal. Eu me lembro da minha mãe falando mal. “Não há médico, não há atendimento!” Eu só tinha 10 anos de idade. Já estou com 50 e tantos. São problemas crônicos, difíceis de se resolverem.

Mas dizer que o Distrito Federal está abandonado?! O senhor não tem andado pelo Distrito Federal, com todo o respeito a V.Exa., por quem eu tenho um grande carinho. O senhor não andou pelo Distrito Federal e não está andando, porque o que há de obra, não só na parte de infraestrutura, mas social... A maior rede de assistência social do Brasil, hoje, está aqui no Distrito Federal.

Eu não sou líder do governo, não quero passar recibo, mas, como deputado do partido do governador, tenho visto o esforço dele, a dedicação dele. Tanto é, deputado, que ele ganhou em primeiro turno. Se ele estivesse fazendo um mau governo, ele não ganharia em primeiro turno.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Hermeto. Agradeço-lhe o pronunciamento.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo-lhe a palavra primeiro, porque V.Exa. foi citado, deputado Gabriel Magno. Na sequência, concederei a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu vou ser muito breve.

O nobre deputado talvez tenha participado de várias inaugurações de viadutos e túneis nesta cidade. De fato, isso não tem faltado, mas eu quero citar aqui números, que são públicos, do governo das filas: 15 mil crianças esperando vaga em creche; 20 mil pessoas esperando por uma cirurgia no Sistema Único de Saúde do Distrito Federal; a maior fila do Sistema Único de Assistência Social do Brasil, dos Cras e dos Creas, que, agora, ficou invisível porque ela não está na porta do Cras, pois o governo colocou na Central 156. Mas a fila está a mesma. Há 35 mil pessoas na fila da saúde – estão me atualizando aqui sobre os dados. Há filas nas paradas de ônibus, há filas nas portas do metrô.

Temos andado muito pela cidade, infelizmente, com dificuldade, porque não conseguimos nos locomover de carro, não conseguimos nos locomover de ônibus e, a pé, é mais difícil ainda, porque as calçadas estão um grande desastre nesta cidade.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu não estou vivendo na mesma cidade das maravilhas em que vivem o deputado Hermeto e o governador Ibaneis Rocha. É muito diferente a realidade da população.

Esta é a cidade da escuridão, é a cidade que não tem iluminação pública. As pessoas têm medo de andar na rua à noite porque, além de não haver calçada, como disse o deputado Gabriel Magno, não há iluminação. Talvez seja essa a única coisa que não escolha bairro, porque não há luz em lugar nenhum. Em tudo quanto é lugar, existe o problema da iluminação. Dos bairros nobres aos bairros da periferia da cidade, não há iluminação pública que funcione.

A quem quiser poste quebrado este governo entrega, porque poste quebrado, com iluminação que não funciona, há para todo lado e é fácil de achar. Se for essa a entrega do governador, ele a está fazendo. Parabéns ao governador do Distrito Federal, porque não há iluminação nesta cidade.

Nós sabemos o tempo de espera no postinho de saúde, que é a unidade básica de saúde – são 175. Nós somos uma das unidades da Federação que têm o mais baixo atendimento na Estratégia Saúde da Família, o que é um problema gravíssimo.

Se a educação hoje tem algum ponto de melhora, é por conta dos gestores, que, através do PDAF, conseguem executar o recurso e dão o sangue aqui, na Câmara Legislativa, para conseguir recurso.

Então, a situação do Distrito Federal hoje é péssima.

É óbvio que o governador, com muita verba de publicidade – esse é um governo marqueteiro –, consegue mostrar que está entregando até o que não funciona, como é o caso do Túnel de Taguatinga, onde o engarrafamento não melhorou nada para a população. Todo dia, é reclamação do túnel milionário, de centenas de milhões de reais, que não resolveu nada.

O mundo das maravilhas em que o deputado Hermeto e o governador Ibaneis Rocha estão vivendo não é o mundo real da população do DF.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu quero sugerir a V.Exa., o deputado Eduardo Pedrosa, relator, estando de acordo, que votemos no dia de hoje um crédito para o zoológico.

Deu para se remanejarem algumas emendas de parlamentares, inclusive, emendas de minha autoria, para cuidar das calçadas da Ceilândia.

Sugiro a V.Exa. que inclua esse projeto na pauta de votação e, se possível, como primeiro item da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Houve uma pane no computador.

Encerrados os Comunicados de Líderes.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Mas V.Exa. não é líder. V.Exa. deve usar da palavra nos Comunicados de Parlamentares. Isso foi o que eu acertei aqui, deputado Rogério Morro da Cruz. V.Exa. será o primeiro orador a falar nos Comunicados de Parlamentares. Por isso, estou encerrando os Comunicados de Líderes.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, V.Exa. irá falar nos Comunicados de Líderes. Tiraram o nome de V.Exa., mas V.Exa. vai falar agora. Nem que seja como o meu líder, V.Exa. irá falar.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, uma ótima tarde a V.Exa. e a todos os companheiros e companheiras da CLDF. Também deixo um abraço a todos os servidores e aos concursados que estão aguardando nomeação.

Eu gostaria de dizer que a regularização fundiária é importante para o desenvolvimento do Distrito Federal. Ela é o primeiro passo.

Senhor presidente, em relação à regularização fundiária, quero falar da minha alegria, da alegria dos moradores de São Sebastião e da alegria dos moradores do Jardim Botânico, pois, em breve, em breve mesmo, a adutora que irá abastecer todos os bairros carentes de São Sebastião e do Jardim Botânico será inaugurada.

Eu quero agradecer isso ao presidente da Caesb, Luís Antônio, e ao governador Ibaneis Rocha. O abastecimento de água potável para todas essas comunidades carentes de saneamento básico foi um dos primeiros pedidos que eu fiz ao governador quando fui eleito. A ordem já foi assinada. Eu não poderia deixar de agradecer, também, a todos os servidores da Caesb a grande adutora que abastecerá toda essa região e que, em breve, será inaugurada.

Senhor presidente, hoje eu estive com o coronel Edmar, coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. O nosso gabinete, junto com a administração do Jardim Botânico, solicitou, por ofício, a construção de uma base avançada do Corpo de Bombeiros Militar na BR-251, precisamente próximo ao Tororó, naquele balão que dá acesso ao Jardim ABC, ao Jardim Botânico e, também, acesso a Santa Maria e a São Sebastião. A BR-251 é uma rodovia onde sempre ocorrem acidentes. Pensando nisso, fizemos essa solicitação.

Através de uma articulação com o governo federal, também conseguimos, senhor presidente, junto com a PRF, uma base da Polícia Rodoviária Federal para a nossa região, próximo ao PAD-DF, o que ajudará muito. Ela será feita em breve.

Deputado Gabriel Magno, política se faz através do respeito, através de uma boa articulação. Eu não quero saber se é bolsonarista, se é lulista, eu quero que a minha cidade, o Distrito Federal, possa se desenvolver, e isso só acontecerá quando nós parlamentares esquecermos a bandeira partidária e trabalharmos para a população do Distrito Federal. É assim que se constrói uma sociedade melhor.

Senhor presidente, para finalizar, eu quero destacar as emendas parlamentares por mim destinadas. Sempre soube que não se brinca com a saúde. Por esse motivo, sempre estou articulando com a secretária de saúde do Distrito Federal, senhora Lucilene, e também com o doutor Juracy, presidente do Iges, sobre a questão das UPAs do Distrito Federal, especificamente de São Sebastião, e das UBS.

Presidente, eu não poderia deixar de destacar que nós estamos trabalhando pela construção do Hospital Regional de São Sebastião. Para os senhores terem uma ideia, já destinei, para a saúde, quase 5 milhões de reais, presidente, porque eu acredito que, sem saúde, nós não conseguimos trabalhar, estudar, sequer namorar. Eu quero dizer para os senhores que é de suma importância o investimento na saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu sei do que o senhor está falando.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ – Por esse motivo, o Governo do Distrito Federal, o governador Ibaneis Rocha, deixou bem claro que, neste mandato, ficará pronto o Hospital Regional de

São Sebastião. Tenho 6 filhos e 1 neto, deputado Hermeto, e eu acredito na saúde do Distrito Federal, que só vai melhorar quando todos nós dermos as mãos. Podem ter certeza disso.

Avança o Distrito Federal, avança a Câmara Legislativa! Vamos dar as mãos! Enquanto nós ficarmos brigando por questões de bandeiras partidárias, quem perde é a população. Eu acredito, sim, em um Distrito Federal melhor.

Que Deus nos abençoe. Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz, que bem concluiu os Comunicados de Líderes. Agradeço.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à deputada Jaqueline Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, eu quero fazer uma saudação especial nesta sessão aos moradores do condomínio Nova Petrópolis, aos moradores do assentamento Miguel Lobato, pessoal da área rural de Planaltina, pela conquista que obtiveram neste final de semana.

Eu acompanhei a luta junto à Secretaria de Obras, à CEB, para mudar a iluminação, que era muito precária, muito antiga, extremamente ruim, onde estavam morando, mais ou menos, 8 mil famílias, verdadeiramente em um breu, em uma escuridão total – o deputado Pepa conhece bem aquela região.

Particpei também de várias reuniões com os moradores no intuito de que a CEB resolvesse essa questão. Em uma articulação da CEB com a Secretaria de Obras, no último final de semana, todas as lâmpadas antigas e que não funcionavam foram trocadas por lâmpadas de LED. Ainda há muito a se fazer naquele local, mas foi uma grande conquista, porque realmente a situação era preocupante, com muita violência, muitos assaltos.

Portanto, quero dizer que a população está muito satisfeita, muito feliz, mas nós precisamos continuar avançando, porque ainda existem ruas em que sequer há postes; em várias ruas em Nova Petrópolis, ainda não há poste. As famílias estão ali fixadas há muitos anos, e sequer conseguimos colocar os postes.

Então, o nosso mandato tem destinado recursos ali para atender àquela comunidade. Infelizmente, há muitas cidades aqui, no Distrito Federal, naquela situação, mas foi um avanço. Quero parabenizá-los, porque foi uma luta e tem que ser assim! A sociedade tem que se organizar, tem que ir atrás, correr atrás dos seus direitos. Foi por isso que essa luz chegou lá. Quero parabenizá-los, porque eu acompanhei de perto todo o esforço daquela comunidade e sei que outros parlamentares também o acompanharam, ajudaram. Está de parabéns a comunidade de Nova Petrópolis e que sirva de exemplo para as outras comunidades que têm lutado por cidadania, por moradia digna, pelo que tem que ser.

Parabéns, mais uma vez, à comunidade de Nova Petrópolis.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, boa tarde. Boa tarde a todos os que nos acompanham do plenário pela TV Câmara Distrital. Saúdo todos os que estão presentes na galeria e que lutam pelos seus direitos, pela luta, pela conquista, seja da nomeação, seja contra as derrubadas, ou seja na perspectiva de lutar por uma sociedade mais justa, igualitária e servindo a quem de fato é o interesse, que é a população do DF.

Presidente, quero iniciar o dia de hoje, primeiro parabenizando, na pessoa de V.Exa., a Mesa Diretora por ter instituído nesta casa a primeira Semana Distrital do Hip-Hop nesta legislatura. Este é um marco importante para o segmento. Toda a casa e todos que estão aqui estão convidados a acompanhar toda a programação que a casa pensou para a Semana Distrital do Hip-Hop. De meio-dia a 1 hora da tarde, haverá filmes e documentários produzidos por personagens do Distrito Federal – e fora dele – no auditório. Há uma exposição com a linha do tempo no TS, contando um pouco, deputado Ricardo Vale, dessa história da memória do *hip-hop*, inclusive no Distrito Federal. No Foyer do Plenário, há uma exposição do Rivas. Inclusive, o Rivas foi companheiro do deputado Hermeto na

Polícia Militar. Ele é grafiteiro e irmão do finado DJ Jamaika, com a exposição belíssima no *foyer*. Na Praça do Trabalhador, haverá uma feirinha que estamos chamando de Feirinha de Quebrada e também uma série de atividades culturais no final da tarde.

É importante dizer que, quando entramos aqui, sabíamos muito bem a missão que o *hip-hop* nos deu de fazer esse movimento, que, em outro tempo, era tão criminalizado. Era um movimento, deputado Ricardo Vale, que sofria todo tipo de preconceito. Por incrível que pareça, o nosso mandato assumiu a tarefa de ser um mandato voltado para a luta pelo transporte público e vocacionado a isso, onde havia também o movimento cultural do *hip-hop* como interface. Posso dizer que conseguimos a agenda máxima dessa pauta. Fizemos o *hip-hop* ser patrimônio cultural e material desta cidade, sancionado pelo Governo do Distrito Federal, alinhado à Secretaria de Cultura, que lançou 3 editais: 1 edital de R\$1.200.000,00 para os segmentos de prêmio, 1 edital com o apoio do nosso mandato com as batalhas de MCs. Já foram premiadas 20. O próximo edital será para os grafites desta cidade.

Agora, com a semana distrital, findamos, nesta casa de leis, essa oportunidade e saudamos os funcionários que estão nos acompanhando: da TV Câmara Distrital, da copinha, da segurança, da Copol e de todos os que estão ajudando a comunicação desta casa. Saúdo também o Cerimonial. Todos se esforçaram durante meses para que essa semana acontecesse. E ela está acontecendo de forma muito bonita, em que o movimento está sendo aqui, mais uma vez, reconhecido pela história que ele tem nesta cidade, e que agora tem uma agenda de política pública.

Com isso, eu quero muito agradecer a todos e convido-os a rodar pela casa e prestigiar o que está aqui neste dia.

Dito isso e esses agradecimentos, presidente, vamos aqui para as ordens dos dias mil. A do transporte, o deputado Fábio Félix falou muito bem, mas é importante dizer que o Bloco PSOL-PSB fez uma representação ao Tribunal de Contas sobre a manutenção do metrô. É importante dizermos que nós vamos acompanhar, de fato, os valores que foram encaminhados, as empresas que foram contratadas e acompanhar se o serviço, de fato, foi prestado na necessidade e na forma que o metrô exige e de que precisa para funcionar, inclusive em carga máxima. Metrô esse que defendemos, enquanto estatal. Metrô que defendemos enquanto ferramenta fundamental e dorsal da mobilidade urbana.

Quero dizer também que, quanto a essa greve que ocorreu ontem, se voltarmos aos nossos pronunciamentos anteriores, verão que nós já vínhamos alertando, mas eu vou alertar de novo: já era esse modelo! Esse modelo que está hoje aqui já era. Ele não tem saída. Ele não vai ter saída. A tendência dele é, cada vez mais, as pessoas saírem do sistema, e, quanto mais pessoas saírem do sistema, ou aumentamos subsídio ou aumentamos tarifa usuário.

O que eu quero dizer para todo mundo que está nessa galeria e que está aqui na casa, anotem aí: no final do ano, vão aumentar a tarifa usuário nesta cidade. O governo jamais vai trazer essa pauta agora. Mas por que eu estou dizendo que vão aumentar a tarifa? Porque os nossos cálculos estão dizendo. A conta não está fechando. A arrecadação não se assimila. Vamos votar aqui crédito suplementar o tempo todo. A conta vai para alguém. Podem anotar aí, e depois, no ano que vem, vamos conversar: vai chegar o aumento para os usuários do transporte público, e o problema não vai se resolver, porque, se aumentá-lo para 6 reais, mais pessoas irão preferir uma moto, vão preferir comprar um carro.

Na contramão disso tudo, para encerrar, o que vimos o governador anunciar recentemente? Isenção para carro elétrico! Olhem, carro elétrico sequer... – é um debate que nós temos que fazer, se de fato causa algum impacto ambiental ou não. Pelo contrário, vão botar mais carro de novo na rua e vão dar isenção para quem tem dinheiro para comprar um carro de 140 mil reais, 200 mil reais; enquanto aquele empobrecido, que está lá no final da cidade, sequer consegue embarcar em um ônibus pagando já caro – R\$5,50 – para chegar ao seu local de trabalho, tendo que financiar absolutamente tudo.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Para encerrar, presidente... E pagando caro, entrando em transporte pirata sem nenhuma qualidade, e, mais uma vez, as empresas sendo beneficiadas.

O que o deputado Fábio Félix e o deputado Gabriel Magno falaram aqui é muito sério. Empresas renovaram frotas, receberam mais 142 milhões de reais de crédito e não pagam o salário do trabalhador! E a justiça querendo condenar cobrando 100 mil reais por dia. Isso é um ataque à classe trabalhadora!

Gente, os funcionários da Marechal não receberam o FGTS. Eles não estão recebendo a contribuição mensal do FGTS, mas a empresa recebeu o dinheiro. Nós temos que nos somar a esses trabalhadores e parar esta cidade toda até que, de fato, resolvamos esse problema, porque, enquanto formos criminalizar o trabalhador e beneficiar o empresário que, na ponta do lápis, não quer assumir o compromisso real, que é dar o mínimo, que é a qualidade de um sistema que é nosso, que é uma concessão, esta cidade não vai fazer sentido, porque aqueles que vão lutar por seus direitos serão criminalizados, e aqueles que não seguem à risca serão beneficiados.

Se o sistema fosse sério, empresa que não renovou contrato, que não renovou frota, que não paga contrato já era para estar fora do sistema há muito tempo; se o sistema fosse sério – e aqui eu encerro, presidente –, se fosse um governo forte e sério, teria entrado nas empresas e estatizado, porque, no final das contas, é tudo nosso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Inicialmente, quero parabenizá-lo e retribuir os agradecimentos. A Semana do Hip-Hop só é sucesso graças ao seu empenho, a sua dedicação e de toda a sua equipe. Sentimo-nos honrados em poder trazê-la para a Câmara Legislativa. Falei sobre a ideia de fazermos a Câmara Cultural e gostaria que V.Exa. nos ajudasse porque esse projeto que V.Exa. trouxe agora do *hip-hop* já demonstra a qualidade que é para a nossa casa e a aproximação que teremos com essa população. Vamos trabalhar juntos e, mais uma vez, parabéns pelo trabalho.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos, a todas, à assessoria, ao pessoal da TV Câmara Distrital. Eu trouxe alguns apontamentos rápidos. Presidente, eu tenho falado algumas coisas aqui há muito tempo, nós ficamos até repetitivos, mas temos algumas demandas que são preocupações nossa em relação ao que tem acontecido na ponta.

Eu estive ontem no Tribunal de Contas, inclusive com o Sindicato dos Agentes Comunitários. Temos tido uma dificuldade em descobrir a questão do repasse do valor do piso que eles recebem no vencimento, que é um valor de 2 salários mínimos que o governo federal passa para o Governo do Distrito Federal, o que não bate com o contracheque. Quando pegamos o contracheque do agente comunitário, vemos que o valor é bem inferior ao salário mínimo, e esse valor é repassado para que seja pago no vencimento, porque nenhum agente comunitário pode ganhar menos que 2 salários. Existe uma lei, que é a Lei do Piso Nacional.

Então, temos tido essa dificuldade, e é com muito pesar que eu falo isso, porque, apesar de eu ser sindicalista, presidente, eu acho que a greve é o último recurso que fazemos, porque, independentemente de ser uma coisa legítima – e é muito legítimo – e de o governo também ter as ferramentas, inclusive a judicialização das greves, eu acho que quem perde mais é quem precisa do serviço. Digo isso a despeito, inclusive, da categoria da assistência social, que continua com a greve, e do socioeducativo, o que é uma pena, porque, no final das contas, quem mais sofre é a população.

Quem me conhece sabe: eu sou uma deputada que cheguei aqui com muita vontade e continuo com muita esperança – esperança de uma política realmente de verdade, no sentido de que política se faz com muito diálogo mesmo. Nós convergimos, nós divergimos, mas, no final das contas, estamos do mesmo lado, porque precisamos fazer o nosso papel de pensar políticas públicas e fiscalizá-las. Esse é o nosso dever.

Quando eu falo isso, falo com muito pesar, porque em relação até aos agentes, ao pessoal do Sindsasc, que são os agentes que atendem nos Cras, que atendem no POP, que atendem nas outras pastas, na saúde da mulher, na Sindjus, é uma categoria que construiu uma mesa de negociação com os representantes do governo por meses. Quando levantamos a ata, vimos que foram mais de 2 meses de negociação. Na verdade, nós caminhamos, avançamos, mas algumas pautas foram tiradas, porque, inclusive, o sindicato entendia, naquele momento, a dificuldade orçamentária, e agora não há nenhuma sinalização, nada, nenhuma perspectiva.

Então, eu acho que é bastante preocupante. Nós sabemos que o orçamento é preocupante? Sabemos, mas eu acho que nós precisamos enfrentar algumas coisas, inclusive trazer projetos para pensarmos, como eu tenho falado, em trazer orçamento para o Distrito Federal, como eu tenho falado. É preciso tomar cuidado com projetos que isentam algumas pessoas de impostos, pessoas que têm condições de pagá-los. Há uma incoerência, eu tenho falado muito sobre isso.

Houve também algumas dificuldades, as quais trago para debater, como, por exemplo, o

concurso do Gaps. A carreira dos Gaps é uma das mais mal pagas do GDF, eu não sabia disso. Como eu representava os enfermeiros, eu lutava muito... Os enfermeiros sofreram muito. Chegaram a ganhar 70% menos que todos os profissionais de nível superior, mas, graças a Deus, nós avançamos.

A carreira Gaps é que faz toda a parte de trânsito da Secretaria de Saúde. O concurso deles chegou a sair, houve edital publicado, mas foi suspenso por conta do contingenciamento. E então a secretaria abre contrato temporário para a carreira. Eu fico pensando: "Poxa, não há dinheiro para concurso, mas há dinheiro para contrato temporário com cadastro reserva grande?"

Pedimos que haja planejamento e uma certa coerência em algumas áreas que são muito estratégicas – e essas são áreas muito estratégicas. Preocupa-me muito a questão de pessoal. Nós estamos desidratados em várias pastas. Agora, como parlamentar, eu sei que luto pelo Distrito Federal.

Vocês da polícia, então! Eu fiquei chocada quando vi o déficit de policiais, gente. É surreal o déficit de policiais. Nós temos sofrido em Brasília com isso.

Eu acho que nós precisamos melhorar em muitas coisas, sim, até no serviço público. Acho que servidor público não tem medo disso. É preciso pensar em algumas questões e conversar sobre elas como Distrito Federal: promover emprego, pensar no funcionalismo público, trazer planos de carreira estudados para cada categoria, para cada carreira, até com controle de produtividade.

Gente, eu sou servidora pública há 23 anos. Servidor público que é bom – a maioria – não tem medo de trabalhar por produtividade, porque nós trabalhamos e trabalhamos muito! Nós não temos medo disso. Trabalhar não é o nosso problema. Pelo contrário, nós estamos ficando doentes de trabalhar sem condição.

Se vocês quiserem visitar alguns hospitais comigo, vocês vão rapidamente ficar todos doentes, porque nós trabalhamos muito, como é o caso dos técnicos de enfermagem. Liberaram o TPD para os técnicos de enfermagem. O trabalho dos técnicos de enfermagem é um trabalho sofrido. E o TPD de técnico de enfermagem não é fácil, porque não há quem faça, já que o déficit de técnicos de enfermagem é de 5 mil pessoas.

(Soa a campainha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Para terminar, senhor presidente. Nós não conseguimos... Não adianta dar TPD. Nós só fazemos TPD em consideração ao paciente. Às vezes, nós estamos saindo de 12, de 18 horas de plantão, estamos indo para a nossa casa cuidar dos nossos filhos, e alguém fala assim: "Dayse, pelo amor de Deus, fica, porque, se você não ficar, não há quem cubra o setor". Aí nós voltamos e ficamos. Não é por querer o TPD, não, porque até com a hora extra acabaram – precarizaram até a nossa hora extra. Nós ficamos em consideração à população, porque o déficit de técnicos de enfermagem é de quase 5.700 pessoas.

Nós estamos aqui lutando por nomeação e por um serviço de qualidade que vá repercutir na população do Distrito Federal.

Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio, agradeço pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao deputado Pepa. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O quórum ainda é insuficiente, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Martins Machado.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos. Na semana retrasada, saiu a segunda publicação do censo em relação ao número de idosos no Brasil. Há 10 anos, em 2012, havia 14 milhões. Agora, foi para 22 milhões, ou seja, cresceu 57% o número de idosos no Brasil. Da população total, o número de idosos chega a 10,9%.

Quanto ao crescimento do número de idosos no Brasil e também no DF, sabemos que a conta vai chegar, a fatura vai chegar. E como fica a questão da previdência? Nos próximos anos, será necessária mais uma reforma. No DF, também, outra coisa está acontecendo. A taxa de natalidade está caindo, principalmente, na classe média, os casais têm 1 filho ou 2 filhos, de uma forma planejada. A população está envelhecendo mal e de uma forma precoce.

Temos que pensar nisso e nos preparar, porque, em breve, não vai demorar muito, teremos a dificuldade que há nos países da Europa. Mas qual a diferença de países da Europa, países de primeiro mundo, em relação ao Brasil? É que a maioria dos idosos são pobres. Estão em famílias humildes. É sabido que está aumentando a expectativa de vida. Sim, aumentou muito. Mas, sem qualidade. Sabemos que uma criança, quando vai ao hospital para ser atendida, um remedinho ou comprimido, dependendo do caso, resolve. Um idoso, não. É um comprimido, mais outro comprimido, um procedimento, mais outro procedimento. Então, este é um alerta para nos prepararmos, para a sociedade se preparar. É necessário políticas públicas. Não podemos nos esquecer do direito do idoso.

Achei estranho que, na publicação, saiu o número de idosos acima de 65 anos de idade. Mas, depois, foi feita uma correção, porque idoso, pelo Estatuto do Idoso, é considerado a partir de 60 anos de idade. O número de idosos de 60 anos a 64 anos de idade é de 9 milhões.

Então, o direito do idoso não pode ser deixado de lado – repito – já que a maioria dos idosos se encontram em uma condição muito humilde.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Martins Machado.

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, mais uma vez, aqui, quero ressaltar as palavras do meu conterrâneo de região, deputado Ricardo Vale, quanto a Nova Petrópolis. Essa é uma preocupação da RA VI. Fizemos várias reuniões naquela comunidade, principalmente, referente à questão do acesso às ruas. As máquinas da administração regional se encontram lá há mais de uma semana. Há a questão do acesso e, principalmente, a questão da iluminação pública.

Destinamos recursos para a iluminação pública em Planaltina. Eu falei para o presidente Edson, da CEB, que o meu sonho é que Planaltina fosse uma cidade luz – com luz de LED em toda a sua região e as áreas rurais bem atendidas nesse ponto.

V.Exa. tocou em um assunto importante: precisamos nos unir, precisamos estar juntos para que tenhamos um olhar diferente para essas comunidades, muitas das quais ficaram esquecidas por muito tempo. Há pouco tempo, uma ponte no Córrego do Meio, que há mais de 15 anos estava impedindo o pessoal de ir e vir, num trabalho em conjunto do DER com a Novacap, com a administração, com a nossa intervenção... Precisamos ter um olhar diferente, e eu sei que o amigo tem. Eu sei que, juntos, podemos fazer, nesse processo, toda a diferença para que a comunidade seja atendida.

Obrigado, amigo, pela sua menção.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para recomposição do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro, nos Comunicados de Parlamentares. (Pausa.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, antes do pronunciamento do deputado Pastor Daniel de Castro e também colaborando com a discussão que o deputado Max Maciel fez, quero dizer que existe realmente uma aura de aumento de tarifa para o usuário, mas esta casa não pode aceitar isso. Ela não pode aceitar aumento para o usuário. Há uma tarifa cara para um transporte que não funciona. Então, nós não damos como fato o aumento de passagem. Esta casa não pode aceitá-lo. Se houver algum decreto de aumento de passagem, temos que fazer uma ação coletiva para derrubá-lo. Não pode acontecer aumento de passagem, e essa precisa ser a nossa luta, até porque é extremamente desigual o governo querer jogar a conta no aumento mínimo, de pouco mais de 5%, no salário dos rodoviários, que têm condição de trabalho muito ruim nesta cidade. O governo não pode querer jogar essa conta nos trabalhadores.

A greve dos trabalhadores é legítima, a luta por melhores condições é legítima, como a de todos os outros servidores que estão em luta nesta cidade. Nós não vamos tolerar que haja aumento de passagem. Vamos lutar contra esse aumento. Isso vai ampliar a crise social, porque a população já

não respeita o transporte público que há aqui. Então, não podemos tolerar aumento no valor da passagem. Esta casa tem que se rebelar contra qualquer tentativa de aumentar a tarifa para o usuário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, segundo o painel, faltam 2 deputados para completarmos o quórum. Portanto, apelo aos deputados que estiverem pelos corredores, pelo cafezinho, pelo banheiro ou por onde quer que estejam que venham para o plenário marcar o ponto e votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço a V.Exa., deputado Chico Vigilante. Faço minhas as suas palavras. Convoco todos os parlamentares que se encontram nesta casa para, conforme o acordo de líderes, votarmos projetos de deputados e do Poder Executivo.

Até completarmos o quórum, concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, a deputada Dayse Amarílio e o deputado João Cardoso chegaram, então vai haver quórum. Acho que a prioridade hoje é votação. Vou até reduzir o meu discurso para votarmos. Tenho estado ávido, esses dias todos, cobrando a votação dos nossos projetos de lei, que são importantes. Eu só quero cumprimentar o presidente, os deputados, o Plenário, os nossos amigos da galeria, aos quais já nos manifestamos favoravelmente.

Quero também trazer uma pequena ponderação: recentemente o senhor Fauzi, presidente do DER, ligou-me preocupado com a necessidade de se parar a obra do Pistão Sul porque faltavam recursos. Ele conversou comigo, eu estava na fase de apresentação das emendas. Eu conversei com o doutor Maurício, secretário de assuntos parlamentares, nós conversamos com o governo, e eu autorizei que se fizesse uma indicação de 5 milhões de reais para que a obra não parasse. Eu queria dar essa informação. O governo liberou a emenda, a emenda foi para o DER. Sei que é uma emenda extremamente importante, deputada Jaqueline Silva.

Muitas vezes, o povo não sabe que está rodando em cima de uma obra que teve a participação parlamentar. Sabemos como é importante a participação parlamentar, com as suas emendas, para movimentar a cidade, para dar melhor qualidade de vida para a população do Distrito Federal.

Eu quero agradecer ao Fauzi ele ter me procurado nesta casa. Quero agradecer também ao governo, porque fizemos a indicação, apresentamos essa emenda no projeto de lei passado, ela já está liberada, e não foi necessário parar as obras do Pistão Sul.

Outra coisa importante – e aqui é uma pequena reflexão para todos nós – é o quanto a população assiste à TV Câmara Distrital. O povo está de olho em cada um de nós. Isso, é claro, traz para nós uma reflexão de que precisamos dar muitas respostas para a população. Mas uma coisa engraçada é que o povo faz as cobranças quando estamos andando na cidade. Eu tenho uma participação extremamente efetiva nas igrejas, rodo o tempo todo; aos finais de semana, não paro. Somos os ouvidos e os olhos da população. E agora também, sem dúvida nenhuma, somos a boca da população.

Eu estava em um evento, nesse final de semana, no Novo Gama – o encontro regional, uma santa ceia nas regiões 11, 12, 13 e 14 da nossa igreja. O ginásio estava extremamente cheio, e os pastores, as pessoas me procuraram pedindo para eu falar aquilo que eles querem que eu diga aqui nesta tribuna.

Então, quero dizer que estamos no caminho certo, não só eu, mas – tenho convicção – cada deputado que faz a defesa de sua pauta, que faz a defesa de sua cidade, que faz a defesa da sua ideologia. É para isso que fomos eleitos, é para isso que estamos aqui. Estou extremamente feliz na defesa do meu segmento, o segmento evangélico do Distrito Federal. Trinta e sete por cento da população do Distrito Federal é evangélica, o que mostra a importância dessa comunidade. Ela é importante para o governo e tem voz nesta Câmara Legislativa, pela bancada evangélica aqui presente e muito atuante.

Por exemplo, vou responder agora a fala do pastor Gilson, que é o meu pastor, quando ele fala comigo. Pastor Gilson, eu continuarei fazendo aquilo para o qual eu fui colocado nesta casa, através de toda a liderança evangélica do Distrito Federal e das pessoas que confiaram no nosso mandato. Serei, sim, o porta-voz da família nesta casa, como tenho me pautado em ser, deputado Rogério Morro da

Cruz. Além de representar Vicente Pires, a 26 de Setembro, Águas Claras, de quem estamos cuidando muito bem, sou, sim, o porta-voz da família nesta cidade, como outros que aqui estão, e dos quais reconheço a participação.

Reconheço ainda a participação de todos os deputados que representam a população. Aqui está a população do Distrito Federal, representada por todos nós, os 24 deputados. Essa população está de olho, ela quer os benefícios, e nós iremos cobrá-los, sim. Apoiamos o governo, deputada Jaqueline Silva; somos base do governo, mas isso não tira de nós o dever de cobrar do governo as melhorias para a população que representamos, que é o conjunto de toda a população do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Pergunto se algum deputado ainda quer fazer uso da palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, vou ser bem breve. Quero, mais uma vez, agradecer ao presidente da CEB Iluminação Pública, o doutor Edson. Destinei 6 milhões para iluminação. Eu costumo até dizer que São Sebastião e o Jardim Botânico podem não ficar como Nova York, mas ficarão iluminados, porque uma cidade iluminada é uma cidade mais segura. Quero agradecer a toda a equipe da CEB Iluminação Pública, na pessoa do doutor Edson. Agradeço também ao Landim. Já foi atendida a DF-473, que liga a BR-251, também o bairro São José e, em breve, todo o Morro da Cruz será iluminado, assim como o bairro Vila do Boa, o bairro Centro.

Eu também não poderia deixar de agradecer, na pessoa do diretor Fauzi, ao DER. Destinei 300 mil para colocarem as placas de endereçamento em toda São Sebastião, para facilitar o trabalho da Polícia Militar, dos bombeiros, do entregador de...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Para concluir, presidente, para facilitar a vida de todos os visitantes e principalmente dos moradores.

Então, gratidão, obrigado mais uma vez ao Governo do Distrito Federal por realmente acatar os nossos pedidos. Parabéns a todos os secretariados. Obrigado, presidente.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, peço a V.Exa. que inicie a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Olhem só, primeiro, não há deputado mentiroso aqui, não. Nós não vamos admitir desrespeito. Negativo! Vamos parar com essa porcaria aqui dentro. Aqui ninguém é moleque, não! Não adianta quererem intimidar, não! Primeiro, porque ninguém tem medo.

Vocês estão aqui buscando apoio. Vou pedir à segurança, inclusive, que se aproxime e, se tiver que tirar, vai tirar agora. Não há problema nenhum. Mas desrespeito, aqui dentro, não vai ser tolerado, não.

Se vocês fizeram um acordo mal feito, o problema é de vocês. Não venham nos cobrar aquilo que vocês não fizeram certo.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não interessa! Já peço à segurança que vá para lá. É bom que cobrem da liderança de vocês um acordo. Mas desrespeitar aqui, não! Se vocês têm a mania de mentir, fiquem com vocês as suas mentiras. Não as transfiram para nós.

Peço à segurança que retire imediatamente todos que aí estão. É para retirá-los agora! Vamos,

segurança! É para retirar todos os que estão aí. A sessão será suspensa até que todos sejam retirados. Negativo! Na base da pressão, não funciona. Na base do desrespeito, não funciona. Não existe isso.

A presidência vai suspender os trabalhos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h24min, a sessão é reaberta às 17h28min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço à segurança desta casa. Se há uma coisa que eu não gosto de fazer foi o que eu fiz agora. Na condição de presidente eleito por V.Exas., eu tenho a obrigação de manter a ordem na casa, o respeito aos deputados. Palavras como “mentirosos” e “palhaços” não podem prevalecer.

Estou tranquilo, deputado, até porque eu estou acostumado com crises na minha vida. Não é isso que vai nos abalar, mas, se não houver respeito aos representantes do povo, talvez nós não consigamos ter uma sessão ordeira e fazer aquilo que é a vontade do povo. Nós lamentamos muito.

Eu sei que alguns colegas aqui não gostam, não concordam. Eu mesmo jamais gostaria de fazer isso, mas farei todas as vezes que for necessário diante de desrespeito que haja contra os colegas deputados. Esses ataques, inclusive, não eram a mim, eram a outros colegas, mas eu me senti atacado, porque eu acho que o respeito tem que prevalecer sempre.

O deputado João Cardoso intermediou a conversa com essa carreira. Infelizmente as coisas não aconteceram da maneira que tinham que acontecer. E, se alguma coisa está saindo do controle, não é graças ao diálogo com essa casa. É necessário talvez melhorar com o Executivo. O Legislativo tem feito a sua parte, tanto é que essa galeria está lotada todos os dias pedindo o apoio dos nossos parlamentares.

Tenho a consciência tranquila de que fiz o que era necessário e farei todas as vezes que for preciso para que haja respeito a todas as senhoras e os senhores deputados e assessores dessa casa.

Muito obrigado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Eu não queria fazer aqui papel de advogado da carreira, mas eu acho que nós estamos vivendo um momento muito difícil para algumas carreiras no Distrito Federal. Há algumas categorias que têm salários muito baixos, condições de trabalho muito ruins e têm tentado estabelecer com o governo também o diálogo, lutado pelas suas condições de trabalho.

Não estou aqui para legitimar e defender direção sindical. Já fiz greve na minha vida e acho que você pode fazer uma luta radical e manter interlocuções importantes. E nós sabemos que uma interlocução, uma ponte importante para você ter resultado, ter conquista é a Câmara Legislativa. É manter sempre o diálogo, senão você não tem conquista. É preciso, numa greve, ter estratégia.

Então, não se trata aqui de defender a estratégia utilizada por uma direção sindical. O que eu quero dizer aqui é que essa é uma categoria que precisa do nosso apoio. Eu sei que V.Exa. conhece essa categoria há muito tempo. É uma categoria que precisa do nosso olhar. Eu faço parte dessa categoria. O meu segmento da categoria, a maior parte nem está na greve, porque a greve é majoritariamente dos agentes socioeducativos, mas envolve toda a categoria. Eu sou do segmento dos especialistas socioeducativos.

Essa é uma categoria que precisa de um olhar especial. Por isso, eu acho que há tanta indignação dos servidores, que não entendem por que a negociação foi interrompida, que não sabem dos problemas nesse processo. Então, existe uma indignação muito grande. Nesse ano, algumas categorias foram contempladas e outras não. E a nossa categoria é uma categoria que sofre muito com baixos salários, péssimas condições de trabalho e uma política pública que, muitas vezes, não alcança o seu objetivo por essa condição estrutural.

Eu sei que V.Exa. é alguém que respeita muito o movimento sindical, foi dirigente sindical, já foi preso lutando pela sua categoria. Eu respeito essa trajetória de luta sindical em defesa dos trabalhadores, mas eu faço esse registro dizendo que, por outro lado, nós entendemos a indignação dessa categoria pelo que ela vem sofrendo também nos últimos anos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Sem dúvida nenhuma, essa indignação encontra respaldo e respeito da nossa parte. Minutos antes, nós vimos o

pessoal da Ponte Alta tentando intimidar deputado aqui, tentando pressionar logo depois.

Batemos muito na tecla do desrespeito: chamar o deputado de palhaço, de mentiroso, de moleque. Porque, se há uma gestão que tem tido a tranquilidade, que tem dado espaço ao servidor público é esta, participando do colégio de líderes, participando do dia a dia no plenário e tendo voz. Quando alguns começam a se exaltar e atacar deputado, tentando intimidar, é a hora que eu entro para tentar...

Contudo o que o deputado Fábio Félix colocou é o que eu defendo, é exatamente isso. Nós não vamos virar as costas a essas categorias, continuaremos como interlocutores, mas não pode meia dúzia vir aqui, de fato, e atacar esta casa, porque é inadmissível. Não tenham dúvida de que nós continuaremos na luta em favor dessas categorias, que muito precisam do nosso apoio.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na verdade, o que eu quero é votar, mas, antes de votar, eu quero me solidarizar com V.Exa. O ato que V.Exa. tomou nesse momento não é ato de ditador, é ato de quem foi eleito quase por unanimidade por esta casa para fazer com que o Poder Legislativo seja respeitado.

Se alguém fez acordo e não cumpriu, o problema não é nosso. Eu e V.Exa. tivemos a oportunidade de, no Buriti, tratar de problema de servidores. Naquele dia, resolvemos a questão da paralisação dos trabalhadores auxiliares de administração escolar. Eu e V.Exa. estávamos lá e vimos qual foi o comportamento quando se tratou dessa categoria naquela mesa de negociação. Poderíamos ter avançado naquele momento.

Antes que saiam por aí dizendo que V.Exa. é ditador, eu quero me somar a V.Exa. pelo ato tomado por V.Exa., que tem todo o meu apoio. Eu não me escondo atrás das palavras. O ato tomado por V.Exa., nesse momento, tem todo o meu apoio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço, deputado, pelo carinho e apoio. O que tentamos, realmente, é prezar o respeito aos nossos colegas, para que possamos exercer bem as nossas funções.

Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO PEPA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, com as palavras do deputado Chico Vigilante, solidarizo-me com V.Exa. e me sinto representado por V.Exa. como presidente, porque esta casa respeita o povo, é a casa do povo. Mas o deputado chegar aqui para ser achincalhado, não! Essa representatividade e essa coragem do meu amigo têm meu respeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Sinto-me honrado.

DEPUTADO PEPA – Conte sempre com meu apoio se for agir dessa forma.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Mais uma vez, agradeço o apoio de sempre.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, serei muito rápido. Eu também vou na mesma linha – desculpem-me os deputados – não é nem de me solidarizar, é de lhe parabenizar pela sua atitude. Imagino com deve estar seu coração, porque, às vezes, V.Exa. tem que tomar uma atitude enérgica, mas ela se faz necessária para a proteção do nosso ambiente parlamentar. Nós estamos aqui representando... Muitas vezes, as pessoas não entendem, deputado Chico Vigilante. O deputado Chico Vigilante fez uma defesa em favor do cidadão, mas o cidadão se levantou e discutiu com deputado, mesmo o deputado o apoiando e batendo no grileiro.

Então, às vezes, a galeria também não entende, mas não se pode passar do limite atacando a honra do deputado. Ainda há pouco, eu lhe falei isto: eu tenho certeza de que, nos anais desta casa, vai chegar um tempo em que muita gente vai falar: "Ai, que saudade da presidência do deputado Wellington Luiz". Porque essa sua coragem – claro, seguramente vão entrar os bombeiros nessa situação. Sabemos disso. Sei como é o coração de S.Exa., mas não podemos deixar a desordem

prevalecer aqui. Os deputados não podem ser achincalhados ou xingados. Representamos a população. A posição firme de V.Exa. como presidente é o que nos honra.

Outrossim, quero dar um aviso ao deputado João Cardoso. Deputado João Cardoso, V.Exa. se ausentou do plenário. Na sua ausência, fiz uma fala corroborando a causa que V.Exa. vem trazendo e pedindo que esta casa atente a ela. Também falei nela em fevereiro. O presidente pediu ao deputado Gabriel Magno que mandasse um expediente à Secretaria de Saúde.

Tomei a liberdade de, no nome de V.Exa., pedir ao doutor Maurício que fizesse a intermediação para, na semana que vem, virem a esta casa a doutora Lucilene e o doutor Divino. Procurei V.Exa., mas V.Exa. não estava aqui. Pedi em nome de V.Exa., porque a CBN está procurando respostas quanto à possibilidade de uma epidemia de dengue estar chegando ao Distrito Federal.

Somei-me a V.Exa. como companheiro que sou e pelo fato de V.Exa. ter sido líder do nosso bloco.

Peço ao doutor Maurício, que aqui está, que nos ajude e que a secretária não falte a esta casa, na semana que vem. Precisamos unir a Câmara ao Governo do Distrito Federal, para dar uma resposta à população.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, em relação a tudo que V.Exa. falou, todas as tratativas foram feitas. O que a Câmara Legislativa pôde fazer fez. Nós nos reunimos várias vezes. Então, deixo o meu apoio também.

Dei uma entrevista sobre a epidemia que pode acontecer. Quando estive com a secretária, deixei bem claro que não existe culpado, viu, doutor Maurício. Não estamos culpando o governo. O governo fez o concurso, tem que chamar os aprovados e não pode contratar mais servidores por contrato temporário porque existe um concurso em andamento. A preocupação é de todos. Não existe um culpado. O que estamos pedindo é a possibilidade jurídica de celeridade na nomeação dos servidores, para não acontecer uma epidemia. Em hora nenhuma, culpamos alguém. O que não queremos é que aconteça uma epidemia porque ela pode levar ao colapso do serviço de saúde do Distrito Federal. A secretária de saúde também tem uma preocupação bem grande com isso.

Espero que o governo, esta casa e a procuradoria possam chegar a uma forma para convocar os servidores, não apenas para convocá-los, mas para evitar um possível problema no Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso.

Encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos demais 241 vetos da Ordem do Dia e votar as demais proposições das sessões ordinária e extraordinária. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passamos ao primeiro item de votação.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 244:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 6/2023, de autoria do Poder Executivo, que “altera o Anexo Único da Lei Complementar nº 958, de 20 de dezembro de 2019, que define os limites físicos das regiões administrativas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Aprovados os pareceres favoráveis da CDESCTMAT, CAF e CCJ na forma da emenda do relator da CAF.

A CDESCTMAT deverá se manifestar sobre a emenda da CAF e a CEOF, sobre o projeto e a emenda.

Solicito ao relator, deputado Daniel Donizet, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a emenda.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei Complementar nº 6/2023, de autoria do Poder Executivo, que “altera o Anexo Único da Lei Complementar nº 958, de 20 de dezembro de 2019, que define os limites físicos das regiões administrativas do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, no mérito, somos pela aprovação da emenda apresentada na CAF ao Projeto de Lei Complementar nº 6/2023.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao projeto e à Emenda nº 1.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 6/2023, de autoria do Poder Executivo, que “altera o Anexo Único da Lei Complementar nº 958, de 20 de dezembro de 2019, que define os limites físicos das regiões administrativas do Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição visa, exclusivamente, atualizar o Anexo Único da Lei Complementar nº 958, de 2019, que define os limites físicos das regiões administrativas do Distrito Federal, a fim de inserir, nos mapas e memoriais descritivos, as regiões administrativas de Arapoanga e de Água Quente.

Não se vislumbra qualquer impacto orçamentário e financeiro decorrente da aprovação da matéria, tampouco inadequação às demais leis de finanças públicas vigentes.

Ante o exposto, o voto é pela admissibilidade do PLC nº 6/2023, na forma da Emenda nº 1.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 6/2023 em primeiro turno. (Pausa.)

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Agora, conforme foi acordado, passaremos aos projetos de deputados. Lembrando que, conforme foi acordado também, votaremos os projetos de deputados que estão em plenário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu solicito a V.Exa. que, antes de entrarmos nos projetos dos deputados, possamos votar esse projeto relativo ao crédito, que é o Projeto de Lei nº 701/2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok. Eu acho que todos os deputados concordam. É um projeto extremamente importante, como foi dito ontem. Eu acolho a solicitação do deputado Chico Vigilante.

Item nº 246:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 701/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.001.943,00”.

A proposição não recebeu parecer. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre o projeto. Foram apresentadas 32 emendas de plenário.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 701/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.001.943,00”.

A proposição trata de crédito suplementar no valor de R\$641.943,00 em favor da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, destinado a atender despesas nos contratos contínuos de mão de obra e manutenção da unidade; e crédito especial no valor de R\$360.000,00 em favor da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, destinado à criação de ação e assistência financeira às mulheres em situação de vulnerabilidade ou vítimas de violência doméstica e aos órfãos do feminicídio.

Os recursos são oriundos de anulação de dotações.

Quanto à admissibilidade da matéria, restam atendidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, ambas de 2023.

Foram apresentadas 32 emendas que visam à realocação de recursos provenientes de emendas parlamentares dos próprios autores.

No âmbito desta comissão, manifestamos voto pela admissibilidade do projeto, com o acatamento das emendas apresentadas. As emendas nºs 3, 4 e 15 foram retiradas ou canceladas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 701/2023 em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Algum parlamentar pede prioridade no item nº 734? Trata-se de outro crédito. Ou nós podemos passar para a apreciação dos projetos dos deputados e depois voltamos para a apreciação dos projetos de autoria do Executivo? (Pausa.)

A pedido do deputado Eduardo Pedrosa, passaremos ao Projeto de Lei nº 734/2023.

Item nº 247:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 734/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, com a garantia da União e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto. Há 1 emenda de Plenário.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 734/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, com a garantia da União e dá outras providências".

A proposição visa autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, com garantia da União, no âmbito do Programa de Infraestrutura e Readequação Urbana do Distrito Federal – Infra-DF, destinado ao desenvolvimento de ações estruturantes da infraestrutura e readequação urbana e social nas regiões administrativas de Taguatinga, Sol Nascente e Pôr do Sol e modernização da gestão pública. As ações visam solucionar problemas estruturais do sistema de drenagem e modernizar a infraestrutura urbana em áreas com alta densidade populacional.

As regiões tratadas inserem-se na unidade de planejamento territorial mais populosa e carente do DF. O montante de recursos alocados para o DF foi estimado em 75 milhões de dólares, sendo a quantia de 60 milhões de dólares americanos via operação de crédito junto ao Fonplata, representando 80%, e 15 milhões de dólares por meio da contrapartida do Tesouro do DF, representando 20%.

O projeto atende aos requisitos estabelecidos nas normas de finanças públicas, estando em consonância especialmente com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foi apresentada emenda suprimindo dispositivo que autoriza a abertura de crédito mediante ato próprio do Poder Executivo. Como o dispositivo trata de matéria estranha ao projeto de lei, manifesto o voto pela admissibilidade do PL nº 734/2023, acatando a Emenda nº 1.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Solicito ao relator da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 734/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, com a garantia da União e dá outras providências”.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade da proposição e da emenda apresentada em plenário.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 734/2023 em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Apreciaremos agora os projetos de parlamentares.

Item nº 248:

Discussão, em 1º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Resolução nº 1/2023, de autoria do deputado Martins Machado, que “cria a Procuradoria Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, acrescentando os arts. 98-G, 98-H, 98-I e 98-J, alterando o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, aprovado pela Resolução nº 167/00 e dá outras providências”.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, comunico a V.Exa. que esse projeto não está com a tramitação concluída. Hoje nós pedimos vista na Comissão de Constituição e Justiça para analisá-lo e fazer a discussão na próxima reunião da comissão.

O debate que nós queremos fazer, inclusive levar ao Colégio de Líderes e ao deputado Martins Machado, primeiro autor do projeto de resolução, é sobre qual a estratégia iremos adotar para as questões temáticas nesta casa. Já criamos algumas procuradorias e queremos saber se a ideia é criar procuradorias temáticas de tudo, se vamos fortalecer as frentes parlamentares e qual é a estratégia em relação a alguns temas. A criação de uma procuradoria gera uma demanda, há uma consequência para a estrutura da casa.

Então, eu mesmo retirei um projeto que criava uma procuradoria, na última legislatura, justamente devido a esse debate, uma vez que existem comissões temáticas. Há um problema de temas coincidentes, esvaziamento de discussões, e existem outras estratégias, como as frentes parlamentares.

Abrimos esse debate com o pedido de vista na CCJ e queremos fazer essa discussão no Colégio de Líderes. Não é uma posição contrária ao mérito da proposta de resolução, deputado Martins Machado, mas é uma discussão que esta casa precisa fazer antes de criar novas procuradorias. Precisamos definir qual estratégia iremos adotar.

Nosso pedido de vista é para uma discussão na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Martins Machado.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, acato a sugestão do deputado Fábio Félix. Quero dizer que nós já temos algo em mente sobre o projeto, sobre a forma como será conduzido; porém, como não houve tramitação concluída, podemos colocá-lo em pauta em outra oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Martins Machado e deputado Fábio Félix.

Esta presidência informa que o projeto foi retirado de pauta.

Caso o deputado Martins Machado deseje incluir outro projeto, assim o faremos.

Item nº 249:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.702/2021, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que “cria o dia da literatura no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

A matéria tem tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 250:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.355/2020, de autoria do deputado Daniel Donizet, que “institui a Campanha 'Pet Sangue Bom' no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

A matéria tem tramitação concluída.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, V.Exa. sabe que eu trabalhei muito para que pudéssemos votar os projetos dos parlamentares. Tive a perspectiva de que eu teria 2 projetos para colocar em pauta. E qual foi a minha surpresa? Meus projetos ainda não estavam concluídos. Então, consulto V.Exa. e o Colégio de Líderes sobre a possibilidade de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 405, de minha autoria, que visa proibir a promoção, intermediação ou facilitação do turismo sexual por parte dos prestadores de serviço turístico no Distrito Federal, além de dispor sobre outras providências. Na ocasião do Colégio de Líderes, com a concordância e indicação dos deputados, ainda faltava a avaliação da CCJ para esse projeto, o que foi

concluído hoje pela manhã. Então, ele está pronto. Eu gostaria, se possível, consultando o Colégio de Líderes, que ele pudesse ser votado, porque ele é o único projeto meu.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Com a tramitação concluída, encaminho a solicitação do deputado, inclusive para que seja acolhida. Há algum deputado contrário? (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, solicito a inclusão do Projeto de Lei nº 405, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro.

Item nº 253:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 421/2019, de autoria do deputado Martins Machado, que “altera Lei nº 5.898, de 29 de junho de 2017, que “dispõe sobre inclusão no calendário oficial de eventos do Distrito Federal do Dia do Direito à Vida”, para instituir e incluir no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal “A Marcha Distrital da Cidadania em Defesa da Vida Contra o Aborto””.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão o projeto, em segundo turno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, o meu pedido não é para discutir, mas para colocarmos na ordem.

Estamos discutindo projetos em primeiro turno. Esse está em segundo turno. Portanto, que ele fique para ser votado na ordem dos projetos em segundo turno. Que possamos concluir a votação dos projetos em primeiro turno e o colocamos junto com os demais no segundo turno!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vou consultar os deputados. Apesar de que eu estou na mesma linha do deputado Chico Vigilante: deveríamos primeiro concluir a votação dos projetos de primeiro turno e depois os de segundo turno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Exatamente. Não vou entrar no mérito do projeto. Estou ordenando a votação!

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para dizer que esse projeto não é do meu partido, não é da minha instituição.

Eu recebi há um tempo um grupo espírita e o líder do movimento Pró-vida, que pediram esse projeto. Nós o votamos no primeiro turno, lá na legislação passada. Depois veio pandemia, ficou parado. O deputado João Cardoso é um lutador da causa, sempre participa do movimento. É apenas um projeto que defende a liberdade de a pessoa manifestar o que ela pensa e no que ela acredita – nada mais do que isso.

Por mim, se quiserem, posso acatar o pedido do deputado Chico Vigilante – sem problema algum – e votar todos os projetos no segundo turno, mas é um projeto que está aqui, que vai ficar aqui e que, mais cedo ou mais tarde, vai ser votado – e nós vamos acompanhá-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pode ser, concordo. Acato o pedido do deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu já havia encaminhado para consulta aos deputados. Os deputados concordam que seja votado já o projeto em segundo turno ou podemos deixar conforme foi proposto pelo deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Presidente, vamos dar continuidade e votar o projeto em segundo turno, como o deputado Chico Vigilante propôs.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Todos concordam?

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Está resolvido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Martins Machado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – É que não há só esse, há outro também para ser votado em segundo turno antes de concluirmos os projetos de primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Como houve concordância, assim faremos. Passemos ao próximo item da pauta.

Item nº 254:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 88/2023, de autoria do deputado João Cardoso, que “dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica, os *e-sports*, no âmbito do Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Tramitação concluída.

A CAS deverá se manifestar sobre a emenda da CCJ. Complementando a informação, além da emenda da CCJ, existe também uma emenda de plenário.

Solicito ao relator, deputado Pastor Daniel de Castro, que emita parecer sobre a emenda.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 88/2023, de autoria do deputado João Cardoso, que “dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica, os *e-sports*, no âmbito do Distrito Federal”.

Presidente, em nome da CAS, nós acatamos o substitutivo de plenário na forma do projeto de lei.

Somos pela admissibilidade do projeto bem como da emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 88/2023, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso para declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, agradeço a aprovação deste projeto do *e-sports*. Quero anunciar aos parlamentares que temos um representante do Distrito Federal que se chama Cardosinho e está vindo hoje da Malásia. O meu filho é do time da Loops e está disputando o campeonato mundial na Malásia. O time deles, Loops, ficou em primeiro lugar agora, na primeira fase do campeonato.

Esse esporte está, realmente, movimentando muitos jovens. Está movimentando também uma quantia grande de patrocínios. E eu fico contente. O time da Loops está voltando ao Brasil como primeiro colocado e retorna, em dezembro, à Turquia para a final desse campeonato.

Então, fico feliz de esse projeto do *e-sports* estar sendo aprovado aqui. Nós, no Distrito

Federal, temos que apoiá-lo. Esse time da Loops representou e representa o Brasil. Eu tenho a grata satisfação de dizer que o meu filho é do time e representa o Distrito Federal. O nome que ele escolheu é Cardosinho.

Neste momento, ele está voltando. São 23 horas de voo da Malásia para cá. Vamos aguardar a chegada dele a Brasília para festejar e comemorar. Um menino de 21 anos, que já tem uma profissão como jogador de *e-sports* e um futuro grande pela frente.

Eu vou apoiar o *e-sports* no Distrito Federal e acredito que todos os parlamentares irão apoiar também. Já temos a Secretaria de Esportes de olho nesse esporte que já está, inclusive, indicado para ir às Olimpíadas.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

Deputado Chico Vigilante, se V.Exa. puder se manifestar pela CCJ com relação ao substitutivo em plenário, eu lhe agradeço.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, é somente para alertar que os deputados dos itens nºs 255, 256 e 257 não estão em plenário, logo eles não deverão ser apreciados hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esse é o acordo.

Estamos seguindo a ordem dos deputados presentes. Pedimos à assessoria que tivesse esse cuidado. V.Exa. tem razão. São os projetos dos deputados que estão no plenário, no caso o do deputado João Cardoso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Portanto, eu já estou alertando que eles deverão ficar fora da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A ideia é essa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Onde está o substitutivo? Eu preciso vê-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Como ele vai se pronunciar se não há?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Tragam o substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Como é que V.Exa. vai se manifestar se não há – não é, deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Já passou aqui o tempo em que não se votava a matéria em plenário e ela aparecia aprovada, presidente. Foram em tempos remotos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo do Projeto de Lei nº 88/2023, de autoria dos deputados Eduardo Pedrosa e João Cardoso, que “dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica, os *e-sports*, no âmbito do Distrito Federal”.

“Dê-se ao Projeto de Lei nº 88/2023 a seguinte redação:

Projeto de Lei nº 88/2023.

(Autoria: Deputado João Cardoso)

Reconhece a prática esportiva eletrônica, denominada *e-sports*, como modalidade esportiva e dispõe sobre sua regulamentação no âmbito do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica reconhecida como desporto a prática de esporte eletrônico, denominado *e-sports*, no âmbito do Distrito Federal.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, o esporte eletrônico consiste em atividade que, fazendo uso de artefatos eletrônicos, envolve a participação de dois ou mais atletas ou equipes disputando a vitória entre si, por meio da internet ou de uma rede local, com recursos das tecnologias da informação

e comunicação ou outra tecnologia similar e com a mesma finalidade.

Art. 2º O praticante da atividade de esportes eletrônicos passa a receber a nomenclatura de “atleta”.

Art. 3º São objetivos específicos da regulamentação do esporte eletrônico:

I – fomentar a inclusão e a acessibilidade a todos os interessados por essa modalidade esportiva;

II – promover, fomentar e estimular a cidadania e a economia criativa, valorizando a boa convivência humanada, por meio dos *e-sports*;

III – propiciar a prática esportiva educativa, levando os jogadores a se entenderem como adversários e não como inimigos, na origem do jogo justo, para a construção de identidades e promoção de respeito;

IV – assimilar a influência e as inovações trazidas pela Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);

V – incentivar o desenvolvimento intelectual e cultural dos competidores, fortalecendo o raciocínio, a capacidade intelectual e a habilidade motora de seus praticantes;

VI – desenvolver a prática esportiva cultural, promovendo o intercâmbio cultural entre os atletas brasileiros e de outros estados e países, por meio dos *e-sports*, povos diversos em torno de si, independentemente do credo, raça e divergência política, histórica e/ou cultural e social;

VII – combater a discriminação de gênero, etnias, credos e o ódio, que podem ser passados subliminarmente aos sujeitos-jogadores nos jogos.

Art. 4º Ficam reconhecidas como fomentadoras da atividade esportiva as ligas e entidades associativas, que, dentro das suas competências, normatizam e difundem a prática do esporte eletrônico no Distrito Federal.

Art. 5º Fica instituído e incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o “Dia do Esporte Eletrônico”, a ser comemorado, anualmente, no dia 27 de junho.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.”

Senhor presidente, o nosso parecer é pela admissibilidade do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Na hora da redação final, certamente vão consertar algumas coisas no texto, mas isso não é da nossa responsabilidade. A nossa responsabilidade é admitir ou não o projeto. Portanto, ele está admitido. Devolvo-o à mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 88/2023. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

Quero consultar os líderes e os deputados sobre uma solicitação do deputado Robério Negreiros, que estava conosco até agora e teve de se deslocar para o hospital, para incluirmos o item

nº 257. Submeto ao plenário a solicitação do deputado Robério Negreiros. Todos concordam?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Se é questão de saúde, vamos apreciar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O deputado Robério Negreiros estava aqui, e eu mesmo sugeri que ele fosse ao hospital, dado o seu estado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Vamos incluir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço. Solicito a inclusão.

Item nº 257:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.938/2021, de autoria do deputado Robério Negreiros, que “Institui o Cicloturismo, no âmbito do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.938/2021, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 15 deputados.

Item nº 259:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.005/2021, de autoria do deputado Iolando, que “Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal “O Dia de Ações de Graças””.

Tramitação concluída.

A CESC deverá se manifestar sobre as Emendas nºs 1 e 2. Solicito à presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

O deputado Robério Negreiros agradece. Disse que está com muita dor, que tomou Tylenol e vai para casa agora. Volta amanhã para novas consultas.

A presidência designa o deputado Gabriel Magno para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Gabriel Magno, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura às emendas ao Projeto de Lei nº 2.005/2021, de autoria do deputado Iolando, que “Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal ‘O Dia de Ações de Graças’”.

Uma das emendas é para corrigir o texto para Ação de Graças.

Na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, somos favoráveis à matéria e aprovamos as Emendas nºs 1 e 2, do autor.

É o parecer.

Esperamos que, depois da Ação de Graças que está sendo criada aqui, o deputado Iolando possa fazer as cerimônias.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 260:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 80/2023, de autoria do deputado Gabriel Magno, que "Institui no calendário oficial do Distrito Federal o 'Dia do Técnico em Saúde Bucal – TSB e do Auxiliar em Saúde Bucal – ASB' a ser celebrado, anualmente, no dia 12 de dezembro".

Tramitação concluída.

A CESC deverá se manifestar sobre a emenda da CCJ.

Solicito ao relator, deputado Ricardo Vale, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a emenda.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura à emenda ao Projeto de Lei nº 80/2023, de autoria do deputado Gabriel Magno, que "Institui no calendário oficial do Distrito Federal o 'Dia do Técnico em Saúde Bucal – TSB e do Auxiliar em Saúde Bucal – ASB' a ser celebrado, anualmente, no dia 12 de dezembro".

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, o nosso voto é favorável à emenda apresentada pelo deputado Fábio Félix na Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 80/2023, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 263:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 77/2019, de autoria do deputado Martins Machado, que "Institui diretrizes para o estímulo ao Empreendedorismo para alunos do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, e dá outras providências".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 265:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.761/2021, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que "Altera a Lei nº 4.555, de 18 de janeiro de 2011, que institui a Política Distrital de Prevenção e Combate a Furto e Roubo de Cabos e Fios Metálicos, disciplina o comércio desse material, qualquer que seja sua forma de apresentação, e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação de medidas administrativas".

Aprovados os pareceres favoráveis das comissões na forma das 2 emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e da emenda da Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Segurança deverá se manifestar sobre as 3 emendas, e a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao relator, deputado Roosevelt, que emita parecer da Comissão de Segurança sobre as Emendas nºs 1, 2 e 3.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 1.761/2021, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que "Altera a Lei nº 4.555, de 18 de janeiro de 2011, que institui a Política Distrital de Prevenção e Combate a Furto e Roubo de Cabos e Fios Metálicos, disciplina o comércio desse material, qualquer que seja sua forma de apresentação, e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação de medidas administrativas".

Senhor presidente, o nosso parecer é pela aprovação, com as 3 emendas apresentadas.

Este é o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Roosevelt.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

A presidência designa o deputado Daniel Donizet para emitir parecer sobre a Emenda nº 3.

Solicito ao relator, deputado Daniel Donizet, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a Emenda nº 3.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.761/2021, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que "Altera a Lei nº 4.555, de 18 de janeiro de 2011, que institui a Política Distrital de Prevenção e Combate a Furto e Roubo de Cabos e Fios Metálicos, disciplina o comércio desse material, qualquer que seja sua forma de apresentação, e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação de medidas administrativas".

No âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, no mérito, somos pela aprovação da emenda apresentada na CCJ ao Projeto de Lei nº 1.761/2021.

É o parecer, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.761/2021, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 268:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.941/2021, de autoria do deputado Roosevelt, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas ou consultórios fornecerem extrato de todos os procedimentos realizados por paciente, e dá outras providências".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 270:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.934/2021, de autoria do Deputado Fábio Félix, que "Cria o Selo Desperdício Zero, com o objetivo de atestar o compromisso de entidades públicas e privadas com a redução do desperdício de alimentos no Distrito Federal".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta presidência lembra que amanhã a ideia é votarmos os projetos cujas tramitações estejam com tempo esgotado.

Passemos ao item extrapauta em substituição ao projeto de lei de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 405/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Proíbe a promoção, intermediação e/ou a facilitação de turismo sexual, por parte dos prestadores de serviços turísticos, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na verdade, não é substituição do projeto. Trata-se do substitutivo aprovado hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, que precisa do parecer da CDESCTMAT, ou melhor, da Comissão de Assuntos Sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Trata-se de 2 coisas: além de ser o substitutivo, é em substituição a outro projeto, não é isso, deputado? (Pausa.)

É só o substitutivo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É só o substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 405/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Proíbe a promoção, intermediação e/ou a facilitação de turismo sexual, por parte dos prestadores de serviços turísticos, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Somos pela aprovação do parecer, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, na forma do seu substitutivo, presidente.

Este é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 405/2023, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Estou sendo informado de que o projeto tramita pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e não pela Comissão de Assuntos Sociais.

Sendo assim, a presidência designa o deputado Daniel Donizet para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Daniel Donizet, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 405/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Proíbe a promoção, intermediação e/ou a facilitação de turismo sexual, por parte dos prestadores de serviços turísticos, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, somos pela aprovação do parecer substitutivo aprovado na CCJ ao Projeto de Lei nº 405/2023.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Ratifico a votação em primeiro turno: 15 votos favoráveis.

A matéria segue a tramitação regimental.

Pergunto aos líderes se há acordo para votarmos, em segundo turno, os projetos do Executivo, inclusive os créditos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero fazer uma sugestão a V.Exa. Há alguns projetos que tratam de título de cidadão honorário. Inclusive, um deles é de minha autoria – estou concedendo um título ao Tião Rodrigo. Portanto, eu queria sugerir a V.Exa. que votássemos os títulos de autoria dos deputados que estão presentes e depois vamos para o segundo turno de tudo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato a solicitação do deputado Chico Vigilante. Pergunto aos deputados se todos concordam. (Pausa.)

Item nº 272:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6/2023, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “Concede o título de cidadão benemérito de Brasília ao senhor Jair Nardelli Gifoni Gomes”.

Aprovado o parecer favorável da CAS. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, o deputado Fábio Félix é o relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 6/2023, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “Concede o título de cidadão benemérito de Brasília ao senhor Jair Nardelli Gifoni Gomes”.

O referido projeto de decreto legislativo satisfaz os requisitos constantes no art. 3º.

O PDL nº 6/2023 está em conformidade com o limite quantitativo de 8 proposições por sessão legislativa, veiculado pelo §1º do art. 2º da Resolução 334/2023.

Pelo exposto, manifestamos o voto pela admissibilidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 6/2023, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

É o voto, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 273:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Tião Rodrigues".

Aprovado o parecer favorável da CAS. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Presidente, eu sou o autor do projeto, e ele foi apreciado, hoje, na CCJ. E foi aprovado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, tramitação concluída.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Exatamente, mas o item nº 273 precisa ser votado agora em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É porque vai ser votado em bloco.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Está bem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Estamos lendo. Na sequência, já se votam todos, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Está bem.

DEPUTADO ROOSEVELT – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Sem revisão do orador.) – Presidente, solicito que V.Exa. inclua o PDL nº 19/2023, de nossa autoria, com tramitação concluída.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a solicitação do deputado Roosevelt.

Item nº 274:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38/2023, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que "Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Contra-Almirante Maria Cecília Barbosa da Silva Conceição".

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A CAS e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

A presidência designa o deputado Martins Machado para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 38/2023, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que "Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Contra-Almirante Maria Cecília Barbosa da Silva Conceição".

O parecer é pela aprovação do PDL nº 38/2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 38/2023, de autoria do Deputado Rogério Morro da Cruz, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Contra-Almirante Maria Cecília Barbosa da Silva Conceição”.

Analisando do ponto de vista da constitucionalidade, da técnica legislativa e também verificando que o projeto está adequado àquela resolução tomada aqui que estabelece limite de no máximo 8 títulos por ano, não há nada que impeça a tramitação do projeto. Portanto, nós somos pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 275:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46/2023, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria Fátima de Sousa”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 46/2023, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria Fátima de Sousa”.

Senhor presidente, o parecer da CAS é pela aprovação do PDL nº 46/2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 46/2023, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria Fátima de Sousa”.

Do ponto de vista da constitucionalidade, o projeto preenche todos os requisitos. Portanto, o nosso voto é pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 276:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52/2023, de autoria do deputado Hermeto, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Engels Augusto Muniz".

Deputado Chico Vigilante, essa é uma solicitação do nosso secretário chefe da Casa Civil por conta do prazo. Se V.Exa. concordar, nós o manteremos. Se não, eu pedirei para retirá-lo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sendo um pedido de V.Exa., eu não tenho como recusar, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço o carinho e a deferência. Obrigado, deputado Chico Vigilante, pelo carinho de sempre.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, terei de me ausentar por um instante. Gostaria de já deixar designado o deputado Fábio Félix para relatar a matéria pela CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 52/2023, de autoria do deputado Hermeto, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Engels Augusto Muniz".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, quanto ao mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 52/2023.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Solicito ao deputado Fábio Félix que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, eu só estou conferindo se essa matéria passou na comissão hoje, porque a CCJ votou alguns PDLs hoje. Então, talvez tenha sido votado. Se não foi votado, eu profiro o parecer.

Só um minuto para eu conferir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sem problema. (Pausa.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, vou relatar aqui no plenário mesmo, pois a proposição não tramitou na CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Relator, deputado Fábio Félix, para emitir parecer sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 52/2023, de autoria do deputado Hermeto, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Engels Augusto Muniz”.

Do ponto de vista da constitucionalidade, da regimentalidade, não há óbice para que o PDL prossiga.

Somos pela admissibilidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 52/2023.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Podemos votar em bloco agora ou ainda há mais PDLs? (Pausa.)

Passamos ao próximo item.

Item nº 278:

Discussão e votação, em turno único, Projeto de Decreto Legislativo nº 36/2023, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor José Carlos Dourado de Azevedo Júnior”.

Tramitação concluída.

Aprovado o parecer favorável da CAS.

A CCJ deverá se manifestar.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Presidente, designo o deputado Fábio Félix.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Presidente, esta matéria também não tramitou na Comissão de Constituição e Justiça hoje.

Parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 36/2023, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor José Carlos Dourado de Azevedo Júnior”.

Do ponto de vista da constitucionalidade, da regimentalidade, não há óbice para prosseguimento da matéria.

Então, somos pela admissibilidade do PDL nº 36/2023.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, só vamos votar proposições dos deputados que estão presentes?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Porque pularam a proposição de autoria da deputada Paula Belmonte, que não está aqui, justificadamente, por conta de um atestado. Trata-se do item nº 277.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – De fato, agimos conforme o acordo. Se os deputados concordarem, incluiremos esse item nas votações. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É viagem oficial.

Se todos concordarem, passaremos ao item nº 277.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, se a deputada estivesse de atestado médico, eu iria concordar. Viagem não está de acordo com o que combinamos.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não está de acordo com o que combinamos. Viagem oficial faz quem quer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão, em bloco, em turno único, as seguintes proposições:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 52/2023;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 6/2023;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2023;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 38/2023;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 46/2023;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 19/2023;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 36/2023. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando os projetos de decreto legislativo; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Estão aprovados.

As matérias seguem a tramitação regimental.

Nada mais havendo a tratar, convoco sessão extraordinária, nos termos do art. 120 do Regimento Interno, em atendimento ao Requerimento nº 129/2023, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei Complementar nº 6/2023;
- Projeto de Lei nº 701/2023;
- Projeto de Lei nº 734/2023.

Declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 18h48min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde
BRB – Banco de Brasília
Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CBN – Central Brasileira de Notícias
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CDESCMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo
CEB – Companhia Energética de Brasília
Celam – Conselho Episcopal Latino-Americano
CESC – Comissão de Educação, Saúde e Cultura
CID – Centro de Iniciação Desportiva
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Copol – Coordenadoria de Polícia Legislativa
Cras – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DF Legal – Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal
Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
Fonplata – Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata
Gaps – Gestão e Assistência Pública à Saúde
GDF – Governo do Distrito Federal
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Infra-DF – Programa de Infraestrutura e Readequação Urbana do Distrito Federal
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
Loas – Lei Orgânica da Assistência Social
MEC – Ministério da Educação
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAD-DF – Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PDL – Projeto de Decreto Legislativo
PLC – Projeto de Lei Complementar
ADCE – Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
POP – Centro Especializado para a População em Situação de Rua
PRF – Polícia Rodoviária Federal
Prouni – Programa Universidade para Todos
PT – Partido dos Trabalhadores
Semob – Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal
Sindjus – Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário
Sindsasc – Sindicato dos Servidores de Assistência Social e Cultural do Governo do Distrito Federal
Sisu – Sistema de Seleção Unificada
TEA – Transtorno do Espectro Autista
TPD – Trabalho em Período Definido

Ata Circunstanciada da 99ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 99ª
(NONAGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023.**

INÍCIO ÀS 15H02MIN

TÉRMINO ÀS 16H28MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de quinta-feira, dia 8 de novembro de 2023, às 15 horas e 2 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Daniel Donizet a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai a publicação.

Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Desconsidere-se a aprovação da ata.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h06min, a sessão é reaberta às 15h25min.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está reaberta a presente sessão ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu quero falar de 2 assuntos.

Existe um velho ditado que diz que Deus cria as coisas boas, e o capeta se encarrega de destruí-las. Isso está acontecendo com um programa muito importante: o PDAF, o programa de descentralização dos recursos para as escolas.

Hoje mesmo estive na Escola Classe 803, no Recanto das Emas, para onde liberamos recursos. Foi feita uma reforma extraordinária lá, a ponto de as crianças, de maneira emocionada, agradecerem os banheiros que foram construídos. A sala construída pela diretora Bete, para os trabalhadores terceirizados, os vigilantes, os trabalhadores da higienização e limpeza e as merendeiras, é um espetáculo! Ficou realmente maravilhosa! Coisa boa!

Mas, enquanto lá há esse avanço, em uma série de outras escolas, há alguns picaretas atrapalhando o andamento do PDAF. Foi relacionada a isso a operação da Polícia Civil do Distrito Federal que aconteceu em Sobradinho, hoje. Estou fazendo este pronunciamento para dizer que não se deve atacar o PDAF em função de más pessoas que tentam tirar proveito de um projeto importantíssimo para a população do Distrito Federal e para a comunidade escolar.

Portanto, nós temos que fortalecer, cada vez mais, o PDAF. A Polícia Civil está correta em agir para separar efetivamente o joio do trigo. Devem separar quem faz as coisas com decência e dignidade, como a diretora Bete, a Mariana, que é a diretora regional do Recanto das Emas, e outros que fazem correto, dos que fazem errado. Quem fez errado que pague o preço do erro que cometeu.

Dito isso, eu quero abordar também o assunto sobre a crueldade com que Israel está tratando 36 brasileiros e brasileiras, na sua maioria crianças, que estão sendo torturadas mental e psicologicamente.

O Brasil está lá. O presidente Lula mandou deslocar um avião presidencial. O avião está baseado no Egito há quase 1 mês, esperando a liberação para repatriar esses brasileiros, e saem filas e filas. Já são mais de 2 mil pessoas que foram autorizadas a sair da Faixa de Gaza, e Israel não autoriza a saída desses brasileiros, dessas crianças que estão lá.

Do meu ponto de vista, está na hora de o Brasil tomar uma posição mais arrojada. Acho que está na hora de o Brasil chamar o embaixador brasileiro em Tel Aviv, trazê-lo de volta e demonstrar para Israel que ele não é dono do mundo e que ele não pode continuar achando que é o senhor da guerra e tratar os brasileiros que estão na Faixa de Gaza dessa maneira. São brasileiros, crianças, mulheres, alguns até doentes, que também estão lá e que, infelizmente, não têm autorizado seu retorno à nossa pátria.

Isso é grave. Isso é muito sério e isso não pode efetivamente continuar ocorrendo na nossa nação brasileira. Portanto, eu espero efetivamente que o Brasil, que já repatriou todos que quiseram sair de Israel, através dos aviões da Força Aérea Brasileira, conforme autorizado pelo presidente da República, endureça um pouco mais a sua relação com Israel e faça valer o direito dos brasileiros que querem voltar para casa.

Eu fico imaginando as pessoas vendo a bomba caindo no terreno deles. Crianças assombradas, querendo voltar à nossa pátria e não são autorizadas por esse carniceiro, chamado Netanyahu, de extrema direita, que está levando o mundo à intranquilidade que o Brasil vive hoje.

Espero que, no futuro próximo, esses brasileiros e brasileiras retornem à nossa pátria.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos e a todas.

Presidente, o que me traz aqui hoje são alguns temas. Esta semana, eu estive em várias escolas: no Gama, em Santa Maria, em Samambaia. Existe uma coisa em comum nas escolas públicas do Distrito Federal hoje, presidente: faltam profissionais. Falta professor, falta orientador educacional, faltam supervisores serem nomeados e liberados, faltam psicólogos, falta assistente social, falta merendeira, falta vigilante, falta muita coisa na escola, falta gente. É de quase 15 mil professores a carência hoje na rede.

A Secretaria de Educação anuncia que vai nomear 700 professores no final do ano. Esse é um número vergonhoso porque querem jogar com a população a mágica dos números: “Nossa, 700 nomeações!”, mas há 700 escolas. Setecentos nomeados é 1 professor por escola. Há escolas em que 100% dos professores em sala de aula estão em regime de contratação temporária.

Isso é ilegal. Há uma lei nesta cidade que diz que vaga definitiva na rede de educação tem que ser preenchida por professor efetivo. É preciso nomear, e não se apresenta nenhum calendário. A LDO deste ano autoriza o Governo do Distrito Federal a nomear 6.200 professores. Até agora, nenhum foi nomeado. O Ibaneis vetou a nossa emenda que permite para o ano que vem a nomeação de 6.500 professores. A previsão é de somente 600. A rede está o caos.

A Secretaria de Educação anunciou semana passada que a expectativa para o ano que vem são 30 mil novos alunos na rede. Qual é o planejamento? O planejamento, inclusive, como o deputado Chico Vigilante bem disse, é esvaziar e atacar o PDAF. Para se ter uma ideia, senhor presidente, a LOA deste ano estabeleceu 130 milhões de reais para o PDAF. Para o ano que vem, são 119 milhões, 11 milhões a menos com 30 mil novas matrículas. A conta não fecha. As escolas vão, cada vez mais, passar pelo problema que estão passando de falta de investimento.

Estamos indo, presidente, de novo, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público cobrar que o Governo do Distrito Federal cumpra a lei, nomeie, convoque já os professores; que ele cumpra, inclusive, o primeiro ponto do acordo da greve dos professores: a nomeação imediata dos professores aprovados no concurso. Até agora não houve nenhuma sinalização nesse sentido.

Infelizmente isso não ocorre só na educação. Hoje, soubemos de mais uma notícia na UBS 1, de Taguatinga, de agressão contra enfermeiro e enfermeira. Isso acontece, deputado Chico Vigilante, porque a população também já está no limite de chegar às UPAs e às UBS, e não haver atendimento. A culpa não é do servidor que está se desdobrando, a culpa é porque não há servidor. O governador Ibaneis Rocha deixou acabarem todos os contratos temporários da Secretaria de Saúde e não fez nomeações.

Ele está apostando no caos – já denunciamos isso –, está usando a vida das pessoas. Vão acontecer tragédias na rede. Pessoas vão morrer na fila e depois vão tentar justificar para, mais uma vez, terceirizar, como tentaram fazer ao dar o golpe do Iges no Hospital Cidade do Sol. Depois eles disseram que não era nada disso. Querem apostar no caos, querem usar a vida dos servidores e da população para ampliar a terceirização. Estamos vendo o desastre que é o Iges, o dinheiro que vai pelo ralo no Hospital de Base, onde a cozinha está de novo com problemas. Estamos acompanhando isso desde o início do ano. E também em Santa Maria e em todas as UPAS.

Então, mais uma vez, a cidade está paralisada. E o Ibanes parece que continua tirando uma soneca, como ele fez no dia 8 de janeiro.

Por fim, senhor presidente, eu também gostaria de tratar de um assunto que tem tudo a ver com a nossa cidade. Quero aqui, mais uma vez, denunciar e lamentar o que está acontecendo em São Paulo. Hoje é o sexto dia, e ainda há gente sem energia elétrica em São Paulo! A empresa não resolve a situação, o governador coloca a culpa na árvore, o prefeito coloca a culpa no vento, e agora querem taxar a população para poder enterrar a fiação! E a empresa continua tendo lucro bilionário! É muito fácil esse serviço. A empresa tem lucro, e, quando precisa investir, é o Estado que paga ou a população que paga!

E a desculpa da árvore, senhor presidente, está acontecendo aqui em Brasília também com a privatização da CEB. Nós fizemos um ofício no dia 23 de outubro, porque vários moradores do Mangueiral têm reclamado do estado das árvores, que já estão tocando a fiação elétrica. No Mangueiral, a fiação também é aérea, como na maioria das cidades fora do Plano Piloto.

A resposta da Novacap é que eles não podem fazer a poda das árvores, porque elas encontram-se em contato com a rede de alta tensão. Resposta do dia 1º de novembro. Vão deixar acontecer aqui em Brasília o que está acontecendo em São Paulo! Aí vão culpar a árvore, vão culpar o vento! E a culpa, nós sabemos, é da privatização. É da venda, sem nenhum critério, do patrimônio público, para os amigos empresários que estão lucrando, estão ganhando muito dinheiro! É dinheiro público, é taxa, e não dão conta do serviço.

Então, eu quero lamentar a gestão bolsonarista do estado e da cidade de São Paulo! E também a tragédia anunciada aqui em Brasília, que foi a venda da CEB. Se não cuidarmos – nós vamos continuar denunciando aqui –, se o Governo do Distrito Federal continuar insistindo que a culpa é da árvore e que não pode fazer nada, nós vamos ter a população do Distrito Federal, logo, logo, com uma semana sem energia elétrica. A população já está pagando a energia muito cara e, de fato, se há vento, acaba a luz. Isso acontece em todas as cidades do Distrito Federal.

Por fim, eu não poderia deixar de citar isto, senhor presidente, só um minutinho. O Bolsonaro vai pedir música no Fantástico. Foi condenado de novo! É a terceira vez! Bolsonaro é tri-inelegível! Vai pedir música! E, aqui, eu dou uma sugestão da música: Está na hora de o Jair já ir embora! E vai tarde! E vai para a cadeia, na Papuda, daqui a pouquinho.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu quero muito rapidamente tratar de um tema que preocupou a todos os brasileiros e brasileiras nos últimos dias, que foi o forte apagão em São Paulo. Milhões de famílias ficaram sem energia em São Paulo.

Por que eu trago isso para o Distrito Federal? Recentemente, de ofício, sem discussão no Poder Legislativo, o governador do apagão – porque aqui também há uma série de apagões pela cidade –,

privatizou a CEB e a vendeu para uma empresa, a Neoenergia, que hoje comanda o setor energético, a distribuição de energia no Distrito Federal.

Isso gera uma enorme preocupação. Privatização não é brincadeira. Nós vendemos a CEB, uma empresa lucrativa, que prestava à sociedade um serviço com limitações, mas que era gerida pelo Estado de forma estratégica. Hoje há uma onda de privatizações como se isso fosse resolver o problema de áreas estratégicas, como fornecimento de água e energia.

A Enel, a mesma que presta um péssimo serviço em São Paulo, também prestava esse péssimo serviço aqui no nosso vizinho Goiás. Agora o governador Caiado, que não é de esquerda, deputado Chico Vigilante, fala que o maior atraso estratégico no estado do Goiás tem a ver com a privatização do setor de energia, porque o governo perde a possibilidade de orientar a lógica do funcionamento energético. Ele não consegue ligar a energia em uma área de interesse social, porque não é prioridade da empresa. O governador Caiado, de Goiás, falou que a empresa só quer saber de lucro e não quer saber de garantir energia para a população. Aqui nós vendemos a CEB, hoje administrada pela Neoenergia.

O governador Ibaneis Rocha, que não é, do meu ponto de vista, preocupado com os serviços públicos, é um governador que tem a sanha da privatização. Meu medo é o que ele fará com outras empresas públicas que são patrimônio do Distrito Federal. O ideal é, obviamente, reverter a privatização da CEB, para que essa empresa possa novamente se reestruturar como empresa pública.

Nesta casa, nós não podemos aceitar essa onda de privatizações que este governo quer impor. Nós sabemos que há estudos de privatizações. Querem privatizar a rodoviária, querem privatizar outras áreas estratégicas, querem privatizar o metrô. Não foi 1 nem 2 vezes que secretários e agentes do governo nos falaram que a intenção do governo é privatizar o metrô, concedê-lo. Nós sabemos que, no mundo, não há metrô nenhum privatizado, os maiores e melhores metrôs do mundo não são privatizados; aqueles que foram privatizados foram reestatizados, porque não é negócio, é transporte público, é garantia da dignidade, da mobilidade das pessoas.

Eu venho aqui levantar um alerta sobre as privatizações, já que este é o governador dos negócios. Quer fazer negócios, mas com o patrimônio público, com aquilo que é patrimônio da população do Distrito Federal. Nós não podemos assistir calados a essa discussão sobre a venda do patrimônio da nossa população. Esta é uma reflexão séria, muito séria.

O governador de São Paulo, Tarcísio, agora quer privatizar a água, quer privatizar a Sabesp, mesmo vendo essa crise escancarada na Enel, que não garante o direito à energia – milhões de pessoas em São Paulo perderam alimentos, tiveram enormes prejuízos na vida, no cotidiano, em seus negócios, por causa do desgoverno do bolsonarista Tarcísio.

Essa discussão não pode ser feita a toque de caixa, esta casa tem que fazer uma reflexão séria sobre a questão das privatizações de forma geral.

Senhor presidente, por último, eu queria voltar a trazer um alerta à população do Distrito Federal – a quem assiste a nós, a assessoria que nos acompanha –, sobre a privatização da Rodoviária do Plano Piloto. Faço esse alerta porque o governo começou uma ofensiva, nos últimos dias, para trazer para a pauta a privatização da Rodoviária do Plano Piloto. Esse é um tema que está na surdina, e vou dizer a vocês: isto não é assunto de direita nem de esquerda, é de todos que se preocupam com a cidade.

O projeto tem 3 artigos: o primeiro autoriza o governador a conceder a Rodoviária do Plano Piloto. O segundo trata do prazo. O terceiro diz que a lei entra em vigor na data de sua publicação. É um cheque em branco. O projeto não trata da concessão, não trata dos limites, não trata das condições, não trata dos permissionários, não fala dos ambulantes, não fala da taxa de acostamento – que vai aumentar a tarifa de ônibus –, não fala de nada. Existe um processo enorme no Tribunal de Contas sobre esse assunto, e a Câmara Legislativa simplesmente está se abstendo de fazer a discussão sobre a questão da rodoviária.

Então, presidente, nós temos um desafio, que é trazer este debate para esta casa. A população do DF quer melhoria na rodoviária com o dinheiro que existe em caixa; o Governo do Distrito Federal tem condição de investir e fazer uma boa gestão da rodoviária.

O abandono daquele local, porém, vem desde a época eleitoral. O descaso é a antessala da privatização; o objetivo deles é criar o caos para privatizar, como se essa fosse a solução. E querem privatizar por 20 anos prorrogáveis por mais 15, ou seja, por 35 anos. É um presentão para uma empresa fazer o que quiser, numa área que poderia ser muito bem gerida e orientada pelo Governo do Distrito Federal.

Alerta máximo para a população: mais um elemento de precarização, privatização e entrega de um serviço fundamental para a população do DF!

Os permissionários não se iludam! Se lá na frente, houver um acordo para que eles permaneçam algum tempo, vai ser por algum tempo. Eu me lembro bem, deputado Ricardo Vale, de que nós fizemos um acordo, batalhamos – não passou por esta casa –, quase imploramos, os trabalhadores se mobilizaram para que não houvesse demissão na CEB. Depois de 1 ano, a Neoenergia demitiu 60 funcionários, e depois demitiu mais um monte de gente. Quando a concessão aumentar o valor, os permissionários vão embora, não ficam os atuais. Essa é uma das nossas preocupações.

Somos contrários à privatização da rodoviária. Pior ainda é a Câmara Legislativa abrir mão do seu papel de debater essa questão aqui no plenário, de fazer o debate nas comissões e uma ampla discussão com a população do DF.

Então, alerta máximo, porque o governo está pressionando esta casa para votar o quanto antes a privatização e a entrega da Rodoviária do Plano Piloto, sem a devida discussão com a população.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

(Assume a presidência o deputado Gabriel Magno.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Assumo a presidência e concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, venho a esta tribuna hoje para falar sobre mais esse episódio lamentável que vimos hoje na imprensa: esse escândalo de corrupção no PDAF, principalmente em Sobradinho e em outras cidades do Distrito Federal. Lamentamos muito porque, em 2017, eu estava nesta casa quando fizemos a mudança no PDAF justamente para fazer com que os recursos públicos chegassem de forma mais objetiva e mais rápida às escolas públicas do Distrito Federal.

Eu me lembro, naquele momento, em 2017 e em 2018, que fui um dos deputados que mais destinou recursos públicos para mais de 100 escolas do Distrito Federal naquele momento. Agora, retornando para esta casa – se não me engano –, durante este ano, já destinei recursos para umas 60 escolas em todas as cidades. Sou testemunha – e muitos deputados sabem disso – de que estamos fazendo uma verdadeira transformação nas escolas públicas do Distrito Federal.

Há escolas públicas no Distrito Federal que não deixam nada a desejar hoje para uma escola da rede privada. Os banheiros se parecem com os de *shopping centers*, as cantinas e os refeitórios são muito bem estruturados. As salas de aula muito bem equipadas. Tudo isso foi fruto do PDAF e do esforço de vários parlamentares desta casa, principalmente.

Precisamos registrar isso porque temos que ter cuidado com o PDAF, que não pode, em hipótese alguma, em função de desvio de conduta de alguns gestores, acabar ou sofrer qualquer tipo de mudança. É preciso que os órgãos de fiscalização se aprimorem e façam um controle melhor do uso desses recursos. Mas, em hipótese alguma, acabar com o PDAF.

Corrupção existe em todas as áreas do governo, infelizmente. Em todas as áreas do governo, há pessoas que acabam se desviando da sua função e praticando a corrupção, mas não podemos, em hipótese alguma, acabar com programas e com projetos iguais a esse, que está revolucionando a educação. Lamentamos muito porque roubar dinheiro de escola é roubar dinheiro do futuro da nossa cidade.

Então, espero que a Secretaria de Segurança aja de forma muito firme e que identifique quem são os corruptos, os corruptores, e que puna essas pessoas. Que o Governo do Distrito Federal, juntamente com a Secretaria de Educação, possa fiscalizar melhor o uso desses recursos.

Para finalizar, eu gostaria de pedir ao nosso presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa, do qual também sou membro, que fôssemos conversar com o secretário de segurança do Distrito Federal para entendermos o que que está acontecendo com o PDAF. Já houve um episódio, no final do ano passado, se não me engano em Planaltina. Parece-me que esse, de hoje,

pega a regional de Sobradinho, mas também pega outras regionais, outras escolas.

Nós temos que acompanhar isso de perto, presidente, porque é aquilo que falei, nós temos que ter muito cuidado com esse instrumento do PDAF. Ele é transformador, ele é revolucionário, ele é fundamental para a educação do Distrito Federal.

Então, fica aqui o meu lamento, mas, sobretudo, também a vontade de olhar de perto, de acompanhar de perto todo esse processo para que esse programa não se perca. Que a gente possa continuar esse processo de melhorar a qualidade das nossas escolas, do ensino público aqui do Distrito Federal.

Era isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, deputado. Já estou acatando aqui o encaminhamento de V.Exa. Na semana que vem, nós combinaremos uma data para a Comissão de Educação, Saúde e Cultura se reunir com o secretário de segurança pública.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, essa situação gravíssima que está acontecendo em São Paulo com relação à falta de energia abre a oportunidade de nós fazermos um debate a respeito da importância de determinados setores estratégicos não sofrerem privatização.

Muita gente não sabe, mas a Light era uma empresa privada, deputado Gabriel Magno. A Light prestava serviços de energia em São Paulo e no Rio de Janeiro. Sabe quem foi que estatizou a Light em São Paulo? Foi exatamente o governador Paulo Maluf, que é de direita — era de direita na época. Foi ele que a estatizou. E aí a Eletropaulo passou a funcionar e a funcionar bem.

Agora houve, por parte do governo de São Paulo, a venda da Eletropaulo para uma empresa italiana. Essa empresa, para quem está assistindo a mim aí e não sabe, na Itália, é estatal. É uma empresa pública de energia na Itália e uma das maiores da Europa, que vem para o Brasil para pegar lucros daqui, são bilhões de lucros, e dar boa vida para os italianos enquanto o povo aqui está se lascando. Quando foi privatizada a Eletropaulo em São Paulo e passou a ser chamada de Enel, havia 7500 trabalhadores. Hoje ela tem 3500. Por isso está acontecendo o que está acontecendo lá em São Paulo.

Eu estou dizendo tudo isso para falar que a mesma coisa poderá acontecer aqui no Distrito Federal com a Neoenergia. Essa que está em São Paulo é italiana. A Neoenergia é espanhola. Portanto, são grupos econômicos. A Neoenergia na Espanha é privada, essa de São Paulo é pública na Itália, é empresa pública, é do Estado. E aqui está acontecendo a mesma coisa. A Neoenergia está demitindo os profissionais competentes para reduzir custos.

E é grave a situação vivida no Distrito Federal hoje. Nunca vi cair tanto poste como anda caindo por aí. Eu moro na Ceilândia. Na biqueira da minha casa, há um poste. Todo dia, eu fico olhando para aquele miserável para ver se ele não está pendendo para cair, porque o que mais vemos hoje no Distrito Federal é poste caindo.

Quando houve a privatização da CEB, deputado Fábio Félix, nós fomos à justiça, que disse que a CEB Distribuidora não era a empresa mãe, logo não precisava de autorização do Poder Legislativo, o que é um erro da justiça do Distrito Federal, porque a CEB Distribuidora é a mais velha do conglomerado. Logo, dependeria de autorização do Legislativo para que acontecesse a privatização.

E o que acontece hoje? A Neoenergia... Antigamente, quando a CEB era pública, se havia uma rede clandestina, a CEB ia lá, fazia uma rede nova e colocava a sua fiação para colocar os medidores de energia. Hoje, deputado Eduardo Pedrosa, a Neoenergia vai lá, usa aquela rede clandestina, e o único gasto que ela tem é o de colocar os medidores de energia. Aí, claro que vai dar lucro, cada vez mais lucro! E é por isso que a situação está da maneira que está no Distrito Federal e merece um debate de todos nós.

Lá no Maranhão, temos um ditado que diz que, quando vemos a barba do vizinho pegando fogo, é bom botarmos nossa barba de molho. É o que está acontecendo com relação à energia. O que está acontecendo em São Paulo já aconteceu em Goiás e poderá acontecer no Distrito Federal se não tomarmos as providências que devem ser tomadas.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, em primeiro lugar, quero fazer um agradecimento especial ao diretor do DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Fauzi Nacfur. Fizemos um pedido para que o governo fizesse a pavimentação de algumas ruas lá no Gama, na Ponte Alta Norte. E ele tem feito essas obras, levado muita alegria para a comunidade. Obras esperadas há muitos anos.

Eu tive oportunidade, visitando essas obras, de uma pessoa chegar a mim e falar: “Olha, eu estou há 35 anos aqui aguardando essa pavimentação, que enfim chega”.

Então, quero parabenizar e agradecer a esse órgão que tem trabalhado, realmente, com muito afinco, por essa dedicação diária e por estar atendendo esses pedidos e anseios da comunidade, levando desenvolvimento para as pessoas e respeito, acima de qualquer coisa.

Queria, também, aqui fazer um apelo. Eu estive esses dias no Riacho Fundo II e uma das reivindicações da comunidade é uma questão relacionada às instituições financeiras. Não há nenhum banco na cidade. Faço um apelo ao BRB para fazer um estudo para colocar uma agência naquela cidade, para facilitar a vida da população naquele local.

Sabemos que lá há muitas pessoas que precisam de utilizar o banco e, às vezes, não têm condições de estarem se locomovendo, pelo custo e tudo mais. Isso acaba pesando muito.

Então, quero fazer um apelo ao BRB para que coloque uma instituição financeira naquela cidade, coloque um BRB para a comunidade, faça os estudos necessários para ver a viabilidade disso, mas, antes de qualquer coisa, que atenda a comunidade. Eu acho que esse é o intuito que temos quando discutimos aqui, por exemplo, a existência de um banco público.

Eu também queria, por fim, falar de uma situação que eu tenho visto em todas as cidades do Distrito Federal e que tem me incomodado muito. As pessoas com mais de 40 anos têm tido uma enorme dificuldade de acesso ao emprego. Nós falamos muito dos jovens. É muito importante que tenhamos políticas de emprego para os jovens, mas nós não podemos nos esquecer das pessoas com mais de 40 anos que têm lutado, que já entregaram muito para o Distrito Federal, com experiência, com trabalho, com dedicação ao longo desses anos, que ajudaram a construir o nosso estado e que hoje, muitas vezes, têm portas fechadas nas empresas e não conseguem acesso ao mercado de trabalho.

É preciso haver um programa para que as pessoas consigam ter acesso ao emprego. É uma preocupação que eu tenho. Essas pessoas têm condição de trabalhar e entregar muito para o Distrito Federal. Então, que tenhamos aqui um viés, uma visão no sentido de buscar mais geração de emprego, mas também de buscar inserir nesses empregos as pessoas com mais de 40 anos. Em 2060, nós teremos mais pessoas de 40 anos no mercado de trabalho do que quaisquer outras pessoas. Então, nós precisamos ter uma política pública eficiente para que as pessoas consigam ter acesso ao trabalho.

Esse é um pedido que eu faço. Vamos trabalhar por isso. Quero pedir a todos os deputados que trabalhemos em conjunto para que ajudemos a desenvolver bons programas nesse sentido, cobremos do governo, participemos de ações do governo e consigamos ajudar essa população a ter acesso a um trabalho, porque o trabalho dignifica e é a base de todas as coisas.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel. Por último, a deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Se a base não quiser falar, nós falaremos aqui até a sessão terminar, presidente.

Boa tarde. Boa tarde a todos e todas que nos acompanham pela TV Câmara Distrital. Este pronunciamento de agora é sobre um fato que ocorreu no dia de ontem, mas, antes de contar esse fato, eu preciso contar uma história.

O ano era 2002, deputado Ricardo Vale. Eu estava saindo de Ceilândia para assistir a uma peça de teatro no Teatro Goldoni, aqui na Asa Sul. Era um final de tarde de um domingo. Fazíamos sinal com a mão, e o ônibus passava direto. Aí nós criamos uma estratégia, que é uma estratégia periférica de embarcar em ônibus quando o motorista não quer parar: você se esconde atrás da parada e bota

alguém para pedir. Quando alguém pede, o ônibus para, e entramos nele. Essa era a forma que fazíamos para acessar o ônibus.

O ônibus – eu lembro muito bem – fazia o percurso *shopping* via SOF e pegava o Eixo para descer ao teatro. Em algum momento, nós estávamos dentro do ônibus muito felizes, empolgados, porque fomos convidados pela primeira vez para ir ao teatro, quando vimos o ônibus parado na garagem da empresa, que já faliu, e um monte de policiais em volta do ônibus. Nós não estávamos entendendo nada. De repente, o cobrador disse que o ônibus parou e a polícia foi acionada, porque o ônibus estava em iminência de assalto. Nós ficamos preocupados: “Poxa, nós estamos indo... O ônibus vai ser assaltado. O que aconteceu?” Olhamos para fora da janela. A iminência de assalto era eu, um jovem periférico, de bermuda larga, camisa larga, de boné. O que um jovem de periferia faz no sentido Plano Piloto, em um domingo, com o argumento de ir ao teatro? “Você não vai trabalhar, você não estuda”. Eu tive que justificar para a Polícia Militar que eu ia a um teatro.

Bem, eu já disse, nesta casa, sobre as várias relações obscuras e íntimas que eu tenho com essa corporação, pela forma como ela nos trata. Eu estou contando essa história porque ontem aconteceu isto com um jovem negro de Planaltina: alguém fez uma denúncia de que havia uma pessoa armada dentro do ônibus, e esse jovem, que estava voltando para a casa dele, saiu enforcado de dentro do ônibus. Foi humilhado, dentro do transporte público – já não basta a humilhação que passa –, por agente do Estado, que o reconheceu como a pessoa armada, até que, depois de toda a humilhação, a agressão e a violência, falaram que ele não tinha nenhuma arma e o liberaram.

Esse é o absurdo do racismo estrutural de uma polícia que é treinada e sabe fazer uso seletivo da força e do protocolo de abordagem. Isso tudo é treinamento. A polícia tem uma forma de abordar que depende do CEP e da cor da pessoa e ninguém tira isso de mim. Eu já conversei com o comandante-geral, com comandante local, já sentei com batalhão, com soldado, com cabo, com primeiro e segundo sargentos. Essa é uma prática recorrente inclusive de policiais advindos do nosso próprio território, mas que criaram, no imaginário, o estereótipo de que aquele padrão de jovem preto e periférico é sempre um problema para a sociedade. E é ele que vai ser humilhado, arrastado, enforcado, expulso de qualquer espaço e, inclusive, já será condenado.

Ora, se há uma pessoa armada em um transporte público, como é que devemos intervir? Deve haver um protocolo. Eu duvido que, na área central de Brasília ou em qualquer festa de *playboy* desta cidade, a polícia invada e saia arrastando alguém pela iminência de haver alguém armado. Essa não pode ser a polícia em que nós apostamos, essa não pode ser a polícia que defendemos.

Sim, há policiais que passam por todo tipo de abuso, que passam por violência na saúde mental o tempo todo e que têm a saúde mental bagunçada. Há pouco efetivo. Há uma lógica enraizada, que é ostensiva e repressiva, nunca preventiva.

Está aí! Eu fui membro do Conselho de Segurança Pública desta cidade. Eu conheço como funcionam as AISPs, eu conheço as zonas quentes, eu sei como funcionam as estratégias. Parece até cena de filme. Se posicionarmos as polícias nessas manchas criminais mais quentes, nós as reduzimos, mas isso não acontece nem vai acontecer, porque não há interesse. O interesse é em você juntar 4 homens para invadir um ônibus para arrancar um jovem negro de dentro do veículo, dizendo que o jovem é ameaça.

Quem vai reparar a imagem e o sofrimento desse jovem, que, mais uma vez, foi acusado de ser bandido, de ser marginal simplesmente por estar voltando para casa? Esta cidade adoce qualquer um, gente. Essa lógica vai adoecer qualquer um.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Para concluir, senhor presidente, quero me solidarizar com a família desse jovem e com o próprio jovem.

Esperamos que esta cidade possa, um dia, deputado Fábio Félix, implementar aquilo que apresentamos quando éramos membros do Conselho de Segurança: uma ouvidoria independente da Polícia Militar no Distrito Federal. Existe a Controladoria de Atividade Externa Policial, que é do Ministério Público, porém, hoje, se aquele jovem quisesse ir a uma delegacia fazer um boletim de ocorrência por abuso de autoridade, teria que fazer isso em um órgão militar, que iria abrir um inquérito militar, um policial iria intimá-lo e ficaria sabendo o endereço dele.

Eu falo isso porque acompanhei o caso de vários jovens que tentaram fazer esse caminho e “deu ruim para eles”, por quê? Porque as policias se protegem e não temos um espaço civil tranquilo. Pode ser pior: é capaz de a polícia dizer que fez tudo aquilo para o jovem porque sofreu um desacato.

Como disse uma juíza a quem nós acompanhávamos em um fórum de Brasília e com quem conseguimos estabelecer um entendimento: "Muitas vezes, o desacato é em decorrência do abuso de autoridade!"

Existem formas de abordagem. Ninguém está questionando que não haja formas adequadas de abordagem. Há até manuais para isso.

Não podemos ter uma corregedoria que proteja esse tipo de polícia ou que não consiga, minimamente, treinar a Polícia Militar para entender a situação e não colocar em risco o conjunto das pessoas no dia a dia, porque o que aconteceu ontem não pode ser reconhecido como um caso isolado mais uma vez. Não estou, aqui, penalizando a Polícia Militar. Estou, aqui, penalizando a história de uma corporação que treina os seus num racismo estrutural para perseguir os nossos.

Para concluir, presidente, sempre que eu tiver oportunidade, vou falar.

Muita gente acha que eu fico de boné, aqui, só porque dá estilo, mas é só para afrontar mesmo quem não gosta. É só para "tirar onda" mesmo. Não estou nem aí. Desculpe-me falar, deputado, sabe por quê? Eu já andava assim lá fora e eu paguei caro por andar assim lá fora. Agora que podemos ter a premissa de andar assim aqui dentro, faço só para afrontar o que eles fizeram conosco no final dos anos 1990, em que transformaram esse meu estereótipo no chamado "kit peba". Se ninguém sabe: foi com base nisso que saiu o manual da corporação, definindo quem era o jovem padrão suspeito de abordagem. E qualquer jovem, voltando da escola ou voltando do trabalho, que não se adeque ao que eles reconhecem como pessoa ou cidadão de bem é uma pessoa com potencial para sofrer abordagem.

Estou aqui com um padrão de abordagem em um lugar que, talvez, eles não gostariam que eu estivesse. Só que nós chegamos! Se falávamos lá fora, com 2 microfones, então, não achem que ficaremos calados!

Fica aqui o meu repúdio a essa ação que aconteceu com esse jovem no dia de hoje.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, obrigado.

Quero parabenizar o deputado Max Maciel por essas palavras que ele acabou de proferir.

Nós que viemos de periferia e toda a minha vida foi lá, na Ceilândia, vemos a nós mesmos nesse processo que ele falou. Eu me vejo nesse processo, por mais que, toda a vida, eu tenha sido um camarada de igreja, mas eu estava do lado também, porque, se há alguém que conhece de jovens de periferia, é aquele que vive na igreja. As nossas igrejas estão todas na periferia, para, justamente, estender as mãos para essa nossa juventude. Graças a Deus, podemos dizer que há uma juventude extraordinária e não pode ser uma roupa ou um boné que vá dizer a essência da pessoa.

Parabéns pelas palavras, deputado Max Maciel.

Sofremos muita discriminação, mesmo sendo de periferia ou mesmo, toda vida, na igreja, deputado Gabriel Magno. Quantas vezes, chegando da igreja, à noite, com Bíblia nas mãos, eramos parados também? Justamente devido a esses preconceitos com os quais temos que acabar na cidade.

Outrossim, presidente, eu quero trazer aqui um fato – até engraçado – que aconteceu ontem. Uma cidadã foi à UBS nº 1 de Taguatinga fazer uma revisão normal de ginecologia, e tiveram que chamar o Samu urgentemente, porque a menina deu à luz uma criança na hora. A família ficou extremamente feliz, foi um acolhimento tão extraordinário. Estou até pedindo ao meu gabinete que levante o nome de todo mundo para fazermos aqui uma moção de louvor.

São de gestos como esses que a comunidade precisa saber. Esse é o funcionário público que temos. Ele acolheu a menina, trouxe a criança à luz da vida. A criança está bem, assim como a mãe. É uma felicidade total, pois é mais uma vida que vem a este mundo, mas com um trabalho extraordinário dos servidores públicos. São esses servidores que precisamos valorizar. O servidor já é tão – V.Exa. conhece bem – desvalorizado, desde o ambiente de trabalho, das condições de trabalho... Está na hora de estendermos a mão e valorizarmos, mais do que nunca, os servidores do Distrito Federal.

De antemão, ficam registrados os meus parabéns a toda a equipe, desde a gerente da UBS nº

1 até os servidores e os vigilantes. Parabéns! É esse tipo de servidor que precisamos ter em todos os órgãos para acolher as pessoas que necessitam. Que elas possam sair de lá falando bem dos servidores.

Parabéns à UBS nº 1 de Taguatinga.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos, a todas e ao pessoal que nos acompanha pela TV Câmara Distrital.

Deputado Max Maciel, enquanto V.Exa. falava, eu estava visualizando as imagens, porque eu não tinha visto ainda as imagens de ontem. Uma coisa que mexe muito comigo são essas imagens e situações que vi aqui enquanto o deputado Max Maciel falava. É algo que mexe comigo profundamente. Eu fico completamente angustiada. Eu não consigo ver ninguém gritando com ninguém, falando rispidamente e se sentindo melhor que alguém. Cada vez mais, eu continuo acreditando... No final, quando o deputado Max Maciel falou da situação do boné, eu fiquei pensando o quanto ainda precisamos avançar em relação à representatividade e sobre a responsabilidade que temos dentro desta casa, 24 pessoas representarem um Distrito Federal tão diverso. Parece uma coisa muito distante. Depois de tantos anos, vemos, na Câmara dos Deputados, 3 profissionais de enfermagem entre os 513 deputados. Hoje, temos aqui 2 profissionais da saúde. Vemos o quanto precisamos avançar: 4 mulheres, 1 mulher negra, é a primeira vez que temos, mas deveria ser normal num país com tantos negros.

Ainda temos um desafio muito grande de ressignificar isso. Quando eu estava descendo, um grupo falou assim: "Que bom que pudemos estar aqui no gabinete, porque desacreditávamos de política!" Não que eu faça uma política extremamente diferente ou que eu seja especial, mas eu também tinha uma dificuldade de acreditar e, muitas vezes, criminalizamos a política. Eu até estou fazendo um desabafo, porque são imagens que doem em nós. Que possamos ter mais: mais negros, mais mulheres, mais pessoas de boné aba reta, mais profissionais de saúde, pessoas que realmente possam expressar a diversidade do nosso país, que possui tantas desigualdades.

Deputado Pastor Daniel de Castro, V.Exa. trouxe também essa situação que ocorreu ontem. Eu queria mandar um abraço aos servidores do Centro 1 de Taguatinga. Conheço muita gente, tenho amigos lá, e vou dizer: os servidores – principalmente os da saúde, que é a pasta que eu conheço, por onde eu transito – realmente fazem muito com muito pouco.

Se você tiver a experiência de entrar em um hospital e perguntar: "Tudo bem?" A pessoa responde: "Tudo bem". O hospital está um caos, ele está naquele leito, muitas vezes no corredor, e você pergunta: "O que você está achando do atendimento?" Ele fala: "Estou sendo muito bem atendido". E isso com muita dificuldade.

A última vez que eu recebi um amigo que é enfermeiro no HRT, que esteve aqui me visitando, ele falou que no plantão anterior havia 1 enfermeiro para 130 pacientes – 1 enfermeiro! Eu perguntei: "E aí? Como está lá?" Ele disse: "Está difícil daquele jeito". Eu estava sozinho ontem no plantão. É isto que vemos: dificuldades dos técnicos de enfermagem, que são profissionais que estão na cabeceira do paciente – o trocando, o limpando, cuidando dele. Às vezes, o técnico de enfermagem tem que antecipar a medicação porque ele sabe que não vai dar tempo de fazer a medicação inteira naquele plantão.

Há um déficit de 5 mil servidores, técnicos de enfermagem. Falam que vão abrir TPD. Quem vai fazer TPD? As pessoas estão adoecidas, ninguém quer TPD, que é uma hora extra precarizada. Queremos dignidade! Não só dignidade para nós, queremos dignidade para que a pessoa de que cuidamos tenha o mínimo, que é a chance de viver. Pessoas estão morrendo porque não conseguimos prestar assistência. Como fica a nossa cabeça, do servidor? Então, venho trazendo isso aqui.

Para terminar a minha fala, venho trazer também outra preocupação. Saímos do Outubro Rosa, estamos chegando no Novembro Azul, falamos muito da questão oncológica, sabemos que foi feito um mutirão para zerar a fila em relação ao câncer, que estava com mais de 700 pacientes. E, na última prestação de contas do Iges – uma prestação de contas em uma audiência que demorou 7 horas –, a minha preocupação foi que, quando eu perguntei ao presidente, ele falou que aquilo foi um mutirão realizado com os médicos do Sírio-Libanês. Eu perguntei: "Mas se resolveu o problema, contratou-se mais médicos? Ele disse: "Não. Foi um mutirão, aqueles médicos não vão estar ali todos os dias". Eu

perguntei: "A fila vai voltar a crescer?" Ele disse: "Provavelmente, porque, se eu não tenho servidor, se eu não tenho médico para continuar atendendo, a fila vai voltar a crescer".

Então, precisamos pensar em algo perene. Não tem como! Precisamos nos sentar e pensar. Eu fiz uma busca, e temos grandes dificuldades, inclusive para a oncologia na parte de mastologia. Temos alguns dados aqui. A nossa preocupação é para que possamos ter, realmente, uma perenidade. Existe uma lei, deputado Gabriel Magno...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – ... que diz que o intervalo, desde o diagnóstico do paciente até o início do tratamento, deve ser de até 30 dias. Essa é uma previsão da lei para o início do tratamento oncológico.

Temos dificuldades. Os pacientes ficam até 10 meses à espera da cirurgia contra o câncer, por exemplo, na parte de mastologia. Verificamos que há 138 pacientes com risco vermelho esperando neste momento, são 501 pacientes, no total, esperando uma cirurgia de mastologia. Temos muitas dificuldades. Logico, é importante o mutirão? É importante. No entanto, quando zeramos uma fila, temos que pensar que fechamos o diagnóstico, mas como vai ficar a perenidade, a continuidade desses tratamentos? Então, deixo aqui a minha preocupação nesses meses em que falamos tanto sobre isso.

Para terminar, mesmo, demonstro o meu pesar – eu falei ontem aqui, deputado Gabriel Magno, V.Exa. que é presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura – por mais uma greve sinalizada para o dia 13 de novembro, dos ACS e dos Avas.

É uma greve que eu espero que não aconteça. Isso não é justo com a população. Falo isso com muito pesar. O sindicato também não quer fazer essa greve, mas precisamos de uma mesa de negociação para recebermos o sindicato, entendermos a situação e evitarmos a greve. Não queremos essa greve, porque sabemos que quem mais vai ser penalizada é a população do Distrito Federal. Então, espero que possamos resolver isso antes da assembleia. Espero que o governo se sente com o pessoal do sindicato. Espero, inclusive, que a lei que trata da paridade e da equiparação entre os ACS e os Avas seja cumprida.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero só registrar que a Comissão de Direitos Humanos recebeu uma denúncia de um caso lamentável de violência policial – mais um. A comissão já recebeu vários casos de violência policial ao longo deste ano. Inclusive, neste ano, a comissão recebeu mais casos de violência policial que em outros anos. Os casos têm aumentado e parece-me também que a naturalização da violência por parte do Estado, das instituições. É muito triste uma cena como essa. Estamos no mês de novembro, o mês da luta antirracista, o Novembro Negro, que homenageia Zumbi dos Palmares, e uma cena de racismo e truculência na atividade policial chama a nossa atenção.

A Comissão de Direitos Humanos oficiou o Ministério Público do Distrito Federal e outros órgãos de controle para se apurar o caso. Não é o primeiro, é o centésimo, o milésimo, caso isolado. É que todo mundo fala: "É um caso isolado. A polícia não atua dessa forma". Não! A instituição, infelizmente, precisa tomar medidas concretas para coibir esse tipo de ação violenta.

Eu comentava há pouco com o deputado Max Maciel sobre a preocupação que tenho com o fato de a Polícia Militar ter suspenso a licitação das câmeras corporais. Foi realizada uma audiência pública sobre isso nesta casa. Há um projeto de lei que tramita nesta casa que dá diretrizes para as câmeras corporais. Seriam compradas 2 mil câmeras para aparelhar a polícia. A experiência piloto já seria feita com os policiais militares. Duas mil câmeras, e a Polícia Militar suspendeu a compra! A câmera corporal é justamente para proteger o cidadão e a cidadã de qualquer ação violenta, truculenta e excessiva de uma instituição que atua pelo Estado – uma instituição importante que atua pelo Estado. As câmeras protegem o bom policial, que atua dentro do protocolo, que cumpre as normas da instituição, e, ao mesmo tempo, protegem o cidadão e a cidadã do Distrito Federal.

Nós já vamos fazer um requerimento de informação e tomar as providências para entender o motivo da suspensão da licitação em relação às câmeras corporais, porque elas são uma medida que inclusive em São Paulo diminuiu substancialmente a letalidade policial.

Essa é uma preocupação que nós temos como defensores de direitos humanos.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero só registrar um fato.

Na semana passada, fui procurado por alguns trabalhadores terceirizados da área de limpeza que prestavam serviço para o Metrô. Eles, desde 2018, tentam receber salários que não foram pagos, assim como os 40% do FGTS, que também não foram pagos. Eles têm lutado muito junto à direção do Metrô para que esse pagamento seja feito, mas a direção do Metrô acaba sempre recorrendo da decisão e não paga. São trabalhadores da área de limpeza, que não possuem meios nem condições de ficar pagando um bom advogado. Eles pediram que eu fizesse esse pronunciamento nesta casa para que a direção do Metrô se sensibilize e faça o pagamento que é devido, pois eles trabalharam. Eles ficaram sem receber o pagamento em algumas oportunidades.

Eu vou citar o nome das empresas: uma das contratantes é a Usibank, que deixou de pagar salários; e a RDJ, que não pagou os 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos trabalhadores.

Então, faço um apelo à direção do Metrô para que se sensibilize, faça o pagamento devido e vá à justiça depois requerer seus direitos se, de uma forma ou outra, as empresas não prestaram o serviço como deveriam. Mas os trabalhadores trabalharam, então merecem e devem ser pagos pelo trabalho prestado.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, vice-presidente.

Eu devolvo a presidência a V.Exa. para os encaminhamentos finais da sessão.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado.

Reassumo a presidência. (Pausa.)

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- Ata Sucinta da 98ª Sessão Ordinária;
- Ata Sucinta da 22ª Sessão Extraordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Há um comunicado da presidência.

A presidência informa que, conforme Memorando Circular nº 40/2023, da Seleg, encaminhado a todos os gabinetes, haverá reunião entre os 24 deputados, restrita aos parlamentares, das 9 às 10 horas da manhã, no dia 13 de novembro de 2023, próxima segunda-feira, na sala de reuniões do plenário. Posteriormente, a partir das 10 horas, haverá reunião entre os deputados e o presidente do Banco Regional de Brasília, senhor Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa, restrita também aos parlamentares e ao presidente do BRB.

Em 13 de novembro, segunda-feira que vem.

Consulto se algum deputado quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Esta presidência informa que, em razão da aprovação do Requerimento nº 898/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 9 de novembro 2023, será transformada em comissão geral para debater sobre o Parque das Garças, no Lago Norte.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h28min.)

Ata Circunstanciada da 22ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 22ª
(VIGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023.**

INÍCIO ÀS 18H49MIN

TÉRMINO ÀS 19H22MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão extraordinária do dia 7 de novembro de 2023, nos termos do art. 120 do Regimento Interno.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, só por questão de justiça, indago a V.Exa. se o projeto de autoria do deputado Martins Machado está incluso aí para votação em segundo turno. Ele estava no primeiro, e nós o colocamos no segundo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Nós votaremos primeiramente os do Executivo. Depois, havendo acordo, votaremos os projetos em segundo turno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu já estou propondo a V.Exa. – a proposta foi minha – que coloque junto o projeto de autoria do deputado Martins Machado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeito.

Acato a solicitação de V.Exa.

Convido o deputado Ricardo Vale a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 6/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Altera o Anexo Único da Lei Complementar nº 958, de 20 de dezembro de 2019, que define os limites físicos das regiões administrativas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 6/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Altera o Anexo Único da Lei Complementar nº 958, de 20 de dezembro de 2019, que define os limites físicos das regiões administrativas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 701/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.001.943,00”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 deputados.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 701/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.001.943,00”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 734/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, com a garantia da União e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 734/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, com a garantia da União e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se deem como lidas e aprovadas as redações finais dos projetos de decreto legislativo nºs 52/2023, 6/2023, 16/2023, 38/2023, 46/2023, 19/2023 e 36/2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 52/2023, de autoria do deputado Hermeto, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Engels Augusto Muniz".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6/2023, de autoria do deputado Ricardo Vale, que "Concede o título de cidadão benemérito de Brasília ao senhor Jair Nardelli Gifoni Gomes".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Tião Rodrigues".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 38/2023, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que "Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Contra-Almirante Maria Cecília Barbosa da Silva Conceição".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46/2023, de autoria da deputada Dayse Amarílio, que "Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria Fátima de Sousa".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 19/2023, de autoria do deputado Roosevelt, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília a Senhora Vera Lúcia Bezerra da Silva".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 36/2023, de autoria do

deputado Eduardo Pedrosa, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor José Carlos Dourado de Azevedo Júnior".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esses são os PDLs cuja redação final não foi aprovada na sessão anterior a esta.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos de decreto legislativo vão a promulgação.

Estou sendo informado de que não houve tempo suficiente para ser preparada a pauta de segundo turno. Portanto, a sugestão, para que não aguardemos tanto tempo, é que a votação fique para amanhã.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, tudo bem que fique para amanhã, mas que o projeto do deputado Martins Machado, que já estava na pauta de segundo turno, seja votado agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Concordo com V.Exa.

Acato a solicitação do deputado Chico Vigilante.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 421/2019, de autoria do deputado Martins Machado, que "Altera Lei n.º 5.898, de 29 de junho de 2017, que "Dispõe sobre inclusão no calendário oficial de eventos do Distrito Federal do Dia do Direito à Vida", para instituir e incluir no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal "A Marcha Distrital da Cidadania em Defesa da Vida Contra o Aborto".

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, primeiro, gostaria de dizer que nós votamos vários projetos de deputados hoje. Muitos projetos absolutamente consensuais. Eu vejo que esse é um projeto muito ruim, porque traz para o Calendário Oficial do Distrito Federal um tema que é polêmico. É um tema sobre o qual já existe regulamentação no país.

Hoje, existe aborto legal no Brasil. Existe aborto legal em 3 casos na legislação brasileira, e nem por isso essas mulheres podem ser apontadas, agredidas, sofrerem violência e preconceito.

Então, é importante dizermos que é muito ruim que, agora, coloquemos essa discussão dentro do Calendário Oficial do Distrito Federal. Acho que esse é o primeiro elemento.

O segundo elemento que eu vejo como importante é que nós, que defendemos a regulamentação, a legalização – quando se fala em legalização, não é liberação. É regulamentação do aborto no Brasil como direito à saúde pública. Porque, hoje, centenas de milhares de mulheres no mundo morrem em decorrência do aborto ilegal.

O aborto ilegal acontece por várias razões: pela violência que a mulher sofre e não tem coragem de procurar um serviço de saúde; porque muitas mulheres não conseguem – como algumas mulheres ricas conseguem – acessar as clínicas pagas. As ricas conseguem acessar as clínicas pagas de maneira segura para fazer o aborto, mesmo ilegal, mas as mulheres em situação de vulnerabilidade morrem. Morrem no aborto ilegal porque não conseguem bater na porta do serviço de saúde. É importante que se diga isso.

O aborto ilegal acontece, senhor presidente, pela hipocrisia. Hipocrisia! Sabe por que, senhor presidente? Isso o deputado Chico já falou aqui: muitas mulheres fazem o aborto pressionadas pelos seus companheiros. Alguns companheiros são casados, vão lá e pressionam. A discussão do aborto está atravessada na hipocrisia, no machismo, no patriarcado. Está atravessada no controle do corpo das mulheres.

Ninguém, do meu ponto de vista, está defendendo o direito à vida. Não se trata do direito à vida. Todo mundo defende o direito à vida. Inclusive, se o aborto estiver inserido de forma regulamentada no Sistema Único de Saúde, eu não tenho dúvida de que vai haver, como aconteceu em outros lugares do mundo, menos procedimentos de aborto porque vai ter atendimento psicossocial, porque vai ter atendimento especializado, atendimento médico especializado. É importante que se diga isso.

Então, eu acho que é muito ruim que isso vá para o Calendário Oficial. A minha posição, a posição do meu partido, é absolutamente contrária. Os países do mundo que legalizaram o procedimento do aborto, diminuíram o aborto, justamente porque o trataram como saúde pública. Quando você trata como crime, você cria um tabu. Você não abre nem a discussão, nem o debate sobre a questão. Quando você trata como saúde pública, você tem a oportunidade de conversar, você tem a oportunidade de mediar, você tem a possibilidade de abrir o atendimento psicossocial antes da decisão da mulher. Porque eu defendo que seja uma decisão da mulher, com autonomia.

Então, eu sou a favor da legalização do aborto. Portanto, vou votar contrário. Eu sei que é a inclusão no Calendário Oficial. Nós estamos tratando só disso, do nome da marcha. Eu defendo a vida, a vida das mulheres, a vida das crianças e dos adolescentes. Mas defendo de forma muito prática, pragmática, pela vida das mulheres, pela legalização e pela regulamentação do aborto no Brasil.

Portanto, sou contra esse projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Fábio.

DEPUTADO ROOSEVELT – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, obrigado. Eu quero parabenizar o deputado Martins Machado pela iniciativa do projeto e já, de antemão, externar o nosso apoio.

Deputado Pastor Daniel de Castro, presidente Wellington Luiz, eu não acredito no que eu acabei de ouvir. Eu vou mudar o exemplo só para entendermos o tamanho do absurdo.

As taxas de homicídio no país são altas. Nós estamos longe de países considerados de primeiro mundo, onde as taxas de homicídio são baixas. O que acabou de ser dito foi como se nós tivéssemos dito o seguinte, deputado Pepa: “O número de homicídios no país está muito alto, e nós não estamos conseguindo combatê-lo. Vamos fazer o seguinte: vamos legalizar o homicídio. Todo mundo pode matar todo mundo, porque aí nós não teremos homicídio ilegal.” Deputado Iolando, isso é o que foi dito agora. Acabaram de dizer isso.

O aborto é considerado legal nos 3 casos citados aqui: quando a mulher é vítima de estupro; quando, durante a gestação, é comprovado que o feto é anencéfalo, ou seja, não há cérebro e, conseqüentemente, a chance de vida é nula; e quando fica comprovado o risco de morte da mãe.

Eu fico abismado como nós conseguimos distorcer os fatos ao nosso favor e defender o que realmente é hipocrisia. Dizer que defende a vida e defende o aborto? Isso é um absurdo! Defender a vida, deputado João Cardoso, é defendê-la no momento da concepção, no momento em que ela é mais vulnerável. Onde a vida nasce? Quando o óvulo se encontra com o espermatozoide. Ali inicia-se o processo de divisão celular, ali há vida.

Nós, como cidadãos – em tese, civilizados –, temos que defender a vida, assim como defendemos o combate ao feminicídio, porque aí a mulher, deputada Jaqueline Silva, está em desvantagem. Então, toda a sociedade tem que partir em defesa dela. Temos que defender a vida, assim como defendemos as crianças nos casos de homicídio contra menor de idade, em que a pena é agravada porque o menor não tem como se defender; ela é agravada quando é contra o idoso. Quando é contra o feto – aborto –, também deve ser. Eu quero deixar clara a nossa posição contrária ao aborto em qualquer nível, exceto nos casos já previstos em lei.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Cada deputado terá no máximo 15 minutos para falar, já que é uma discussão pacífica. (Risos.)

Concederei a palavra ao deputado Gabriel Magno e, em seguida, à deputada Jaqueline Silva.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, ainda bem que nós temos a ciência, porque aí nós fugimos do “eu acho”, do “é um absurdo”.

O número de abortos no mundo, desde os anos 90, caiu à média puxada pelos países que legalizaram o aborto. Isso não é “eu acho”, nem “é um absurdo”. São os dados. Viva a ciência, porque ela foi negada durante um período. Essa prática continua insistentemente no país, mas vai passar.

O primeiro dado importante: nos países que legalizaram, que regulamentaram a prática do aborto, vejam só, o número de abortos diminuiu. O deputado Fábio Félix já falou aqui: eles trataram como saúde pública. Há também a questão da educação, de se fazer o debate sobre a educação sexual, inclusive dentro das escolas, mas há gente que é contra, porque há prevenção e há política pública. O Estado assume o direito, inclusive, da autonomia da saúde reprodutiva e sexual das mulheres e trata como direitos. Aqui querem negar essa parte do debate.

Então, ainda bem que existe ciência, ainda bem que existem institutos sérios e pesquisas que mostram que criminalizar a prática do aborto, primeiro, não resolve porque o aborto continua sendo feito, é uma realidade na vida das mulheres. Pelo contrário, é desigual, é injusta e é desonesta a criminalização, porque impacta, sobretudo, as mulheres mais pobres e as mulheres negras. De novo, ainda bem que temos a ciência e estudos sérios.

Quero trazer outro dado, presidente, que eles não gostam de falar. De 2010 a 2019, no Brasil, 252.786 crianças de 10 a 14 anos deram à luz. De 10 anos a 14 anos! Em 9 anos, mais de 250 mil crianças no Brasil de 10 anos a 14 anos deram à luz! Se alguém acha esse número razoável ou normal, aí perdemos a noção de civilização, porque uma criança de 10 anos a 14 anos que deu à luz é porque ela foi estuprada, é porque ela foi violentada e teve um direito negado, o direito ao aborto legal. Esse dado é assustador. Isso significa um parto, a cada 20 minutos no Brasil, de uma criança. É isso que nós estamos discutindo.

Incluir isso no Calendário Oficial do Distrito Federal é negar essa realidade. A maioria das vítimas, de novo, são crianças da periferia, negras, que são violentadas, muitas vezes, em casa pelos próprios familiares ou amigos próximos, que diziam que eram amigos. Não dá para tratar isso como amizade. Esse é um problema real, fora o conjunto dos outros problemas.

Acho que aprovar isso no calendário oficial é um sinal que esta casa dá contra a ciência, contra o direito sexual e reprodutivo do conjunto das mulheres e contra a vida. Se alguém acha razoável, se alguém acha normal que uma criança de 10 anos a 14 anos faça um parto e dê à luz, realmente perdemos o critério do debate.

Vamos votar contra esse projeto de lei porque ele não é razoável, ele é um grande retrocesso na garantia de um direito fundamental das mulheres. Quero dizer, presidente, que sou a favor da vida e a favor da legalização do aborto no Brasil.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu acredito que já vimos essa discussão não somente aqui na Câmara Legislativa, mas também nas assembleias legislativas de todo o nosso país. Esse é um tema bem polêmico.

A ministra Rosa Weber deixou essa maldição para o Brasil quando ela se aposentou e colocou em pauta esse projeto para discussão no Supremo Tribunal Federal. O ministro Barroso, que é um abortista, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não estava preparado para a discussão desse tema e nem mesmo para a votação dele. Com isso, ele resolveu paralisar o processo de votação no Supremo Tribunal Federal.

Eu acredito, presidente, que é um tema bem importante para o nosso país, porque ele não se envolve com guerra. Nós não temos indícios de tráfico, enfim, de envolvimento nessas questões globais. O Brasil é um país pacífico, que está sempre construindo a possibilidade de crescimento, e é um dos maiores produtores agrícolas do mundo inteiro. Então, temos todos os vieses de um país de paz, de crescimento. Pautar essa questão do aborto é uma catástrofe para todos nós.

Esse projeto de lei do deputado Martins Machado simplesmente inclui, no Calendário Oficial do Distrito Federal, o Dia do Direito à Vida. Há inúmeras pessoas que são a favor da vida. O projeto está simplesmente colocando o direito à vida. Nós somos a favor da vida, independentemente da forma que

ela é, somos a favor da vida.

Presidente, somos favoráveis ao projeto. Eu acredito que, se ele for votado, contará com o apoio unânime dos deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro .

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero ser bem rápido, porque é um projeto muito polêmico mesmo. Não consigo entender quem é favorável à vida dizer que é favorável ao aborto. É algo antagônico dizer que é a favor da vida e a favor da morte, de matar inocente indefeso! Vamos ser bem claros. Isso está regulado e pacificado no ordenamento jurídico.

A Constituição Brasileira declara no *caput* do art. 5º que o direito à vida é inviolável. Quer ser favorável ao aborto, eleja a maioria do Congresso Nacional e mude a Constituição. O art. 2º do Código Civil diz que os direitos do nascituro estão assegurados desde a concepção. E há mais, o art. 4º do Pacto de São José...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – ... diz que a vida do ser humano deve ser preservada desde o zigoto. Nós estamos falando de lei, nós já temos lei. Isso é pacificado, deputado Iolando!

O Supremo Tribunal Federal só tirou da pauta esse projeto porque o ministro Barroso falou que o tema não está maduro. Não é porque não está maduro, não; é porque essa sociedade nossa, majoritariamente, é contrária ao aborto. Não dá para entender quem diz que é favorável à vida dizer que é favorável ao aborto! Você está matando indefeso, gente! Você está matando o ser humano indefeso que não pediu para vir à vida, mas foi gerado. Ninguém pode tirar a vida. Só um pode tirar a vida: quem a deu! Quem deu a vida foi Deus. Dizer que é favorável à vida e vir defender que tem que legalizar o aborto, assim como querem legalizar as drogas nesta nação?!

Eu falei recentemente no Congresso Nacional que não estamos legalizando o aborto não. Nós estamos legalizando o assassinato de indefesos. Essa é a verdade! Ainda bem que iremos votar, e Brasília saberá quem é realmente favorável à vida e quem é favorável ao assassinio de crianças.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço.

As próximas discussões aqui serão: a eutanásia e a liberação das drogas, que são temas bem leves, assim como a redução da maioria penal. (Risos.)

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – . Presidente, eu fico assistindo a essa discussão toda e fico triste porque triste da nação que tem 800 mil mulheres que são obrigadas a fazer aborto anualmente. Dessas 800 mil mulheres, 200 mil vêm parar no SUS. Esses são dados da OMS, mas falam que pode chegar a 1 milhão.

Sabe por que eu fico triste? É porque transformaram esse debate, presidente, que tem que ser um debate sério a respeito de saúde pública, na hipocrisia de colocá-lo no palanque para tentar ganhar voto. É essa a tristeza que me dá. Para ganhar voto, mascaram a discussão e jogam na cara: "Você é a favor do aborto".

Eu não conheço uma pessoa, deputado Gabriel Magno, que seja a favor de aborto. Não conheço! Mas todos nós temos que ter preocupação com o que está acontecendo.

Quando eu era deputado federal, presidente Wellington, eu participei de uma CPI que investigou a exploração de crianças neste país. Eu vi coisas esterecedoras. No final da tarde, eramos eu; a deputada Maria Luiza Fontenelle; a deputada Benedita da Silva; a deputada Maria Valadão, aqui de Goiás; e o deputado Moroni Torgan, deputado federal, delegado. Todos nós parávamos para chorar, porque é triste você assistir a uma menina que foi engravidada à força, contra a vontade dela ter que, depois, usar agulha de crochê, canudinho de mamona e chá de ervas terríveis para tentar praticar um aborto, adoecendo ainda mais.

Essa discussão tem que ser tratada com a seriedade com que deve ser tratada e não com a hipocrisia com que é tratada hoje, de se tentar dizer que a esquerda é defensora de aborto e que a direita é defensora da vida.

Da vida de quem? Da vida de quem?

É preciso que as pessoas discutam isso com seriedade. Não se está discutindo a legalização do aborto no Brasil, até porque o Supremo já disse em que condições ele pode ser feito. No entanto, é preciso discutir isso para que as mulheres não continuem sendo vítimas da maneira que são, porque, em última instância, as maiores vítimas são as mulheres.

É preciso pararem de apontar, também: "Você é a favor do aborto. Eu sou contra. Portanto, eu defendo a vida e você defende a morte." Isso é mentira. Não é essa a discussão que tem que ser travada. O que tem que ser travada é a discussão sobre a questão de uma mulher que foi violentada e fez o aborto na hora do desespero.

Muitas vezes, são meninas que vêm do interior do Brasil para trabalhar de empregada, são violentadas pelo patrão, ficam grávidas, vão fazer um aborto, e, depois, quando vão à delegacia, ainda são tratadas como criminosas, ou, quando chegam ao hospital, depois de passarem por todo esse trauma, são tratadas como criminosas.

É essa a discussão que tem que ser travada. É essa a clareza que se tem que ter com as coisas. Eu acredito que ninguém defenda que essas mulheres, além de todo o trauma de que foram vítimas, continuem ainda sendo tratadas como criminosas.

As ricas, deputado Fábio Félix, vão às clínicas de luxo, fazem e ninguém as perturba. Há até clínicas regularizadas no exterior. Elas vão de jatinho, fazem aborto, e ninguém as perturba.

Eu estou falando das negras, pretas, pobres da periferia deste país, que são as grandes vítimas. Portanto, vamos tirar isso aí do palanque e vamos discutir, com seriedade, a vida dessas mulheres.

O deputado Martins Machado foi muito claro aqui, foi muito claro. A igreja dele, a qual eu respeito, não defende isso. Eu conheço o princípio da sua igreja porque eu já tive a felicidade de conversar com o líder maior dela. Foi um grupo de espíritas que pediu porque o espiritismo defende isso mesmo, e o deputado atendeu ao pedido. É isso.

Para concluir, o deputado Martins Machado não está a pedir a liberação ou a dizer que é contra, até porque eu nunca o vi fazer esse discurso aqui dentro. Ele está colocando na marcha. Portanto é isso, é somente isso que está sendo colocado aqui.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Lembrando que agora, toda vez, antes de encerrar a sessão, nós vamos ter temas mais leves, como: aborto, eutanásia, liberação das drogas, essas discussões mais tranquilas. (Risos.)

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 deputados. Houve 5 votos contrários: deputado Ricardo Vale, deputado Chico Vigilante, deputado Gabriel Magno, deputado Fábio Félix e deputado Max Maciel.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso para declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sim, agora eu falo.

Presidente, agradeço muito a aprovação desse projeto de lei porque não foi só um pedido da comunidade espírita, deputado Martins Machado, foi um pedido dos cristãos, que acreditam na vida, que defendem a vida.

O Projeto de Lei nº 421, eu tenho certeza, será muito comemorado porque o dia da marcha é um dia da vida.

Hoje nós fizemos um seminário nesta casa, senhor presidente, um seminário a favor da vida, do qual participaram estudiosos do Brasil todo e também pessoas jurídicas que sabiam do que estavam falando, contra a ADPF nº 442.

Eu digo aqui: eu sou a favor da vida. Quero dar um viva ao nascituro; um viva a todos vocês e a mim, que estou vivo; um viva à vida de todos os deputados que votaram contra este projeto e também um viva à vida de todos os que votaram a favor dele. Vida é vida, vida nós temos que defender!

Este é um dia memorável, um dia que Brasília vai comemorar, porque estaremos sempre defendendo a vida e a verdade.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 421/2019, de autoria do deputado Martins Machado, que "Altera Lei n.º 5.898, de 29 de junho de 2017, que "Dispõe sobre inclusão no calendário oficial de eventos do Distrito Federal do Dia do Direito à Vida", para instituir e incluir no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal "A Marcha Distrital da Cidadania em Defesa da Vida Contra o Aborto".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Informo aos deputados presentes que o presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal está aqui e vai fazer uma nota de retratação, apenas para fazer constar.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h22min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

OMS – Organização Mundial da Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 09/11/2023, às 18:42, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1425163** Código CRC: **F114BAC7**.

Se você envia documentos para publicação no
DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

Use o SEI

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

Envie os originais

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

Use os modelos

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

Veja esse resumo

Tahoma 12

4

5

Cuidado com as tabelas

770 pixels ou 100%

clique e saiba mais...

Trabalhando juntos podemos oferecer
um serviço de qualidade para a população do DF.

